

Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018

*Documento aprovado na Reunião do Conselho de Administração do dia 9 de fevereiro
de 2015*

Lista de Autoridades

Reitor: Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Silvio Romero de Barros Marques

Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos: Ana Maria Santos Cabral

Pró-Reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação: Francisco de Sousa Ramos

Pró-Reitor de Extensão: Edilson Fernandes de Souza

Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças: Hermano Perrelli de Moura

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida: Lenita Almeida

Pró-Reitor de Gestão Administrativa: Niedja Paula S. Veras de Albuquerque

Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis: Silene Carneiro do Nascimento

Pró-Reitor de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação: Décio Fonseca

Elaboração do PDI

Coordenação Geral:

Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças: Hermano Perrelli de Moura

Diretoria de Avaliação e Planejamento Institucional: Maria Cristina Falcão Raposo

Secretaria de Gestão Estratégica: Prof. Hermino Ramos de Souza

Sumário

INTRODUÇÃO	5
MÉTODO UTILIZADO	7
ORGANIZAÇÃO DA EQUIPE DE EXECUÇÃO	7
PROCESSO DE PLANEJAMENTO	7
O PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2013-2027	10
PROCESSO DE PLANEJAMENTO	10
MAPA ESTRATÉGICO DA UFPE	11
PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	13
HISTÓRIA DA UFPE	14
A UFPE HOJE	17
MISSÃO	22
VISÃO	22
VALORES	23
PERFIL DO EGRESSO	24
CORPO DOCENTE	24
CONCEPÇÕES FILOSÓFICO-PEDAGÓGICAS	25
CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	27
APOIO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	32
O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO ENSINO	35
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	37
POLÍTICAS DE INOVAÇÃO NO ENSINO	38
ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	40
POLÍTICAS DE GESTÃO DO ENSINO	42
ANÁLISE SITUACIONAL	44
FORMAÇÃO ACADÊMICA	44
ENSINO DE GRADUAÇÃO	44
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	47

PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO	52
INTERNACIONALIZAÇÃO	57
EVOLUÇÃO RECENTE DAS ATIVIDADES DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA UFPE	57
A CULTURA E AS INDÚSTRIAS CRIATIVAS	62
O CENÁRIO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS NA UFPE	62
DESAFIOS ESTRATÉGICOS E DEFINIÇÃO DE CENÁRIOS DE FUTURO	63
VIDA ESTUDANTIL	65
FORMAS DE ACESSO E POLÍTICAS DE INCLUSÃO	65
PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	67
PESSOAS E QUALIDADE DE VIDA	71
GESTÃO DE PESSOAS	71
PERFIL DO CORPO DOCENTE	72
GOVERNANÇA INSTITUCIONAL	81
GESTÃO ADMINISTRATIVA	81
GESTÃO DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA	82
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	86
INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA	94
SEGURANÇA INSTITUCIONAL	95
INFRAESTRUTURA DE MANUTENÇÃO E EXPANSÃO	96
MEIO AMBIENTE, ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE	97
ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	98
FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO - FADE	99
HOSPITAL DAS CLÍNICAS - HC	100
<u>ACÇÕES PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2014-2018</u>	<u>102</u>
<u>ACÇÕES ESPECÍFICAS PARA O CAMPUS CARUARU</u>	<u>114</u>
<u>ACÇÕES ESPECÍFICAS PARA O CAMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO</u>	<u>116</u>
<u>MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDI</u>	<u>118</u>

Introdução

As estratégias adotadas pela UFPE no processo de elaboração do planejamento estão alicerçadas em três níveis: estratégico, tático e operacional, conforme ilustra a Figura 1.



Figura 1: Arcabouço de planejamento da UFPE.

O primeiro nível estabelece a missão e elementos básicos do planejamento estratégico institucional para um ciclo de longo prazo, no caso atual, de 2013 a 2027. O segundo associa as metas e indicadores de gestão aos objetivos a serem alcançados pelas diversas áreas no médio prazo, e portanto devem constar no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é um plano quinquenal. Por último, no planejamento operacional, as unidades acadêmicas e administrativas alinham suas propostas anuais aos fundamentos institucionais e, neste nível, a UFPE faz uso do Plano Ação Institucional (PAI).

Esses marcos temporais, por atravessarem vários períodos de mandato eletivo, caracterizam esta prospecção como um projeto da Universidade, transcendendo, portanto, a uma visão atual da gestão e dos aspectos conjunturais. Contudo, é importante que se diga que o esforço de elaboração desse novo PDI-2014/2018, está na direção da institucionalização do pensamento estratégico e tático, de longo e médio prazos, respectivamente, direção esta, proposta pela gestão do atual reitor, o Professor Anísio Brasileiro.

Um processo de planejamento implantado numa organização aumenta suas chances de sucesso, auxilia no reconhecimento de problemas futuros, permite melhor identificar e explorar oportunidades de mercado, agiliza a tomada de decisão, e principalmente facilita a criação de mecanismos de avaliação e controle.

O PDI- 2014-2018 é o plano que define os rumos da instituição universitária em termos de seu desenvolvimento e suas metas para os próximos cinco anos. O Plano reafirma a missão da instituição definida no PEI-2013/2027, explicita as ações, as metas e os indicadores que serão executados no próximo quinquênio.

Os órgãos suplementares ligados à UFPE, tais como o HC- Hospital da Clínicas, e outras unidades como a FADE-Fundação de apoio ao Desenvolvimento da universidade, além dos centros, departamentos e núcleos acadêmicos devem elaborar os seus respectivos planos pautados nos objetivos e diretrizes do PEI e do PDI.

Vale a pena ressaltar que a garantia de sucesso de todo o processo de planejamento requer esforços dos diversos atores na busca por um plano que agregue a melhoria da qualidade acadêmica com uma maior eficiência administrativa, associadas à incorporação dos valores institucionais, em benefício de toda a sociedade.

Este documento foi elaborado seguindo as instruções constante do Artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, contemplando um capítulo específico do PPI- Projeto Pedagógico Institucional, um capítulo com uma Análise Situacional englobando um exame dos últimos 5 anos, e, por fim as Diretrizes propostas para o quinquênio 2014/2018.

Método Utilizado

O Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI da Universidade Federal de Pernambuco foi elaborado no ano de 2014, com vigência até 2018, alinhado com os objetivos estratégicos do seu Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027.

Sendo o PDI uma proposta de referência para o futuro da instituição, seu processo de elaboração se pautou por ampla discussão com todos os segmentos da comunidade universitária para coletar propostas e sugestões e subsidiar a apreciação do Conselho Universitário da UFPE.

Devido à importância do processo de planejamento tático para a Universidade foram adotados os seguintes princípios no processo de elaboração do PDI:

- É Participativo (professores, técnico-administrativos, alunos e sociedade);*
- É Forte interação com o projeto do NOVO ESTATUTO (em fase de elaboração);*
- É Interação com o processo de avaliação institucional;*
- É Alinhado com o plano estratégico institucional.*

Organização da equipe de execução

A elaboração do PDI contou com uma comissão coordenadora, qual seja a Diretoria de Planejamento e Avaliação Institucional inserida na Pró-reitoria de Planejamento e Avaliação- PROPLAN, e a SEGE-Secretaria de Gestão Estratégica. A equipe coordenadora contou com a colaboração dos Centros Acadêmicos, de todas as Pró-reitorias e Órgãos suplementares bem como o Gabinete do reitor.

Processo de planejamento

O processo de planejamento tático adotado, foi dividido em cinco fases:

Fase 1: Iniciação e Criação de Ideias

Iniciada com a apresentação do processo que seria adotado, em diversas reuniões, inicialmente com o reitor e os gestores da Administração Central e, em seguida, nos diversos centros acadêmicos.

A técnica de Design Thinking¹ foi utilizada nesta etapa com o objetivo de levantar ideias, como um brainstorm, relacionadas a cada um dos objetivos estratégicos propostos no PEI, quais sejam:

- É Tornar a UFPE uma das 100 melhores universidades do mundo;*
- É Consolidar e expandir a interiorização;*
- É Implantar uma política de internacionalização;*
- É Desenvolver a educação midiática;*
- É Promover a expansão de cursos garantindo a qualidade;*

¹ Referência para Design Thinking.

- É Implantar um escritório de projetos para viabilizar a integração da universidade com a sociedade, dentro de um programa de pesquisa, extensão e inovação;
- É Promover uma política de Sustentabilidade;
- É Implantar política de resgate, preservação e acesso à cultura;
- É Implantar uma política de avaliação (interna e externa) em todas as instâncias;
- É Redefinir a política de contratação de pessoal (docentes e técnicos) para garantir a excelência da instituição;
- É Ser referência na gestão e governança de tecnologia de informação e comunicação.

Os trabalhos consistiram de uma apresentação do padrão de um Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, e sua base legal, sua importância e seu alinhamento com os objetivos do Plano Estratégico Institucional. Em seguida, os presentes eram divididos em grupos, para discutir e apresentar sugestões de ações para serem executadas no prazo de cinco anos, em consonância com os objetivos estratégicos do PEI.

Como uma teoria, o Design Thinking é "o conjunto de métodos e processos para abordar problemas, relacionados à aquisição de informações, análise de conhecimento e propostas de soluções. Como uma abordagem, é considerada a capacidade para combinar empatia em um contexto de um problema, de forma a colocar as pessoas no centro do desenvolvimento de um projeto; criatividade para geração de soluções e razão para analisar e adaptar as soluções para o contexto". O uso desta técnica resultou em trabalhos bastante dinâmicos e participativos.

Fase 2: Análise e Consolidação das propostas

A coordenação da elaboração do PDI reuniu todas as sugestões apresentadas pela comunidade na etapa anterior e, organizou as propostas em áreas temáticas, a saber: ensino de graduação, ensino de pós-graduação, pesquisa, internacionalização, infraestrutura, ensino à distância, assistência estudantil, gestão de pessoas, gestão da comunicação e cultura, dentre outras. Em seguida enviou as propostas então organizadas para apreciação dos respectivos gestores.

Os gestores reuniram as pessoas diretamente interessados na questão, como por exemplo: A PROACAD reuniu o fórum dos coordenadores de curso, a PROGEPE reuniu um conjunto de técnicos representantes dos diversos centros acadêmicos da UFPE, ou seja, dependendo da atividade sob sua coordenação cada gestor utilizou um modelo apropriado para discussão e definição das propostas.

Em seguida essas propostas foram enviadas para a comissão coordenadora do plano.

Fase 3: Construção da primeira versão do plano

A comissão coordenadora organizou um documento preliminar, contendo todas as colaborações, e enviou para apreciação de todos os gestores e de seus colaboradores, para uma análise do conjunto de todas as sugestões, para que fosse possível pactuar possíveis conflitos ou superposição de ações, fatos esses bastante comuns, tendo em vista a transversalidade das atividades numa instituição universitária como a UFPE. Nesta etapa

houve apreciação das propostas pelo reitor e pelo seu gabinete. Toda a equipe teve um prazo adequado para realizar esta atividade.

Fase 4- Construção da segunda versão do plano

Após receber as sugestões dos diversos gestores a equipe de coordenação elaborou uma nova versão, denominada "VERSÃO PRELIMINAR- para apreciação da comunidade" a qual foi disponibilizada para toda a comunidade através do site da UFPE, com ampla divulgação, inclusive para os membros do conselho universitário, para que todos os interessados pudessem opinar sobre as propostas de ações da UFPE para os próximos 5 anos. Foi disponibilizado um prazo para esta atividade.

Visando proporcionar maior diálogo com a comunidade, também foi criado um blog do PDI, no link <http://pdiufpe.wordpress.com>, onde foi disponibilizada a versão preliminar para "download" e contendo diversos campos para comentários e sugestões de melhoria ao plano, as quais puderam ser feitas por qualquer pessoa, professor, aluno, técnico administrativo e sociedade em geral.

Fase 5- Construção da versão final para apreciação do Conselho Universitário

Apreciando as críticas e sugestões recebidas na etapa anterior, a comissão coordenadora elaborou o documento final para apreciação do Conselho Universitário.

Insumos considerados

Para construção desse Plano foram considerados os seguintes insumos:

ÉPlano Estratégico Institucional UFPE 2013-2027;

ÉPlano de Desenvolvimento Institucional UFPE - 2009 ó 2013;

ÉPlano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação da UFPE -PDTI- 2014-2015;

ÉRelatório de Auto Avaliação Institucional anual elaborada sob a coordenação da CPA, em parceria com a DAP-PROPLAN em março de 2014;

ÉDados do sistema acadêmico da UFPE (graduação e pós-graduação);

ÉDados dos servidores (docentes e técnicos/administrativos).

O Plano Estratégico Institucional 2013-2027

Processo de Planejamento

O Plano Estratégico Institucional da UFPE, PEI 2013-2027, é um plano que define os rumos da instituição em busca de seu desenvolvimento e suas metas, explicitando a missão da Universidade e seus objetivos estratégicos e se colocando como proposta de referência para o futuro.

Construído no ano de 2013, seu processo de elaboração foi pautado por ampla discussão com todos os segmentos da comunidade universitária e com a sociedade para coletar propostas e sugestões e subsidiar a apreciação no Conselho Universitário da UFPE. Além disso, teve como princípios ser participativo, combinando opiniões de professores, técnico-administrativos, alunos e sociedade; possuir forte interação com o projeto do novo estatuto da Universidade, o qual se encontra em elaboração; ter interação com o processo de avaliação institucional e utilizar sistemas sociais em rede visando aumentar a participação.

O processo de planejamento estratégico adotado foi dividido em cinco fases, conforme apresentado a seguir.

Fase 1: Preparação

Iniciada com as discussões do processo que seria adotado que culminou com a constituição do GAPE- Grupo de Apoio ao Planejamento Estratégico, um grupo de professores responsáveis pela construção do Plano, constituída através da Portaria nº 02 de 28/05/2013 e a definição de nove grupos temáticos:

G1 ó Formação Acadêmica de Graduação e Pós Graduação

G2 ó Pesquisa, Inovação e Extensão

G3 ó Desenvolvimento Estudantil

G4 ó Gestão

G5 ó Internacionalização

G6 ó Gestão de Pessoas

G7 ó Informação, Comunicação e TI

G8 ó Infraestrutura e Segurança

G9 ó Cultura

Fase 2: Análise e Avaliação Institucional (Diagnóstico)

Foram realizadas discussões de grandes temas nos Grupos Temáticos para elaborar um texto de referência da Visão de Futuro para UFPE em 2027

Fase 3: Análise SWOT

Nesta fase foi elaborado um conjunto de fatores críticos internos (forças e fraquezas), definidos a partir da avaliação institucional, e externos (oportunidades e ameaças), definidos

em função do texto de referência para visão de futuro da UFPE, para a construção de cenários.

Em seguida, foi construída a matriz de correlação de fatores internos e externos (SWOT) com a comunidade universitária, e em decorrência da mesma, os desafios estratégicos foram definidos.

Fase 4: Definição da visão, missão e valores, construção do Mapa Estratégico e definição dos objetivos e ações estratégicas

Foram traçados também a missão, a visão e os valores, culminando com a construção do Mapa Estratégico e a definição dos objetivos e ações estratégicas.

Mapa Estratégico da UFPE

O Mapa Estratégico da UFPE, contido no PEI 2013/2027, a seguir inserido, apresenta a missão e visão da Universidade, bem como 17 objetivos estratégicos que são derivados das demandas de seus stakeholders, traduzindo assim de forma visual todos esses objetivos. O mapa foi dividido nas perspectivas: Alicerces, Processos e Resultados, com cada perspectiva englobando um conjunto de objetivos estratégicos, e estes sendo desdobrados em ações estratégicas.

O texto completo do PEI-UFPE-2014/2027 encontra-se no link: http://www.ufpe.br/proplan/images/pdf/pei13_27.pdf

MISSÃO: Como instituição pública, promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais

VISÃO: Ser uma universidade de classe mundial comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade



Projeto Pedagógico Institucional

O projeto pedagógico, entendido como instrumento de organização do trabalho pedagógico da instituição formadora, constitui uma dimensão do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPE, que diz respeito diretamente à forma como as ações pedagógicas necessárias à formação dos estudantes são concebidas em determinado momento e aponta os elementos constitutivos das atuações prioritárias para consecução do projeto de sociedade que ampara sua formulação. Sua elaboração representa uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente, como afirma Veiga (2002, p. 13) ². Resulta ainda de um conjunto de reuniões, debates, análises e reflexões realizadas na PROACAD com diretores, coordenadores e técnicos tendo o intuito de estabelecer um processo contínuo de orientação e avaliação de suas ações institucionais.

Nesse sentido, o projeto pedagógico compreende duas dimensões fundamentais para a gestão de processos educativos, uma vez que sendo pedagógico o projeto é também político. Constitui-se como instrumento político por estar envolvido no compromisso sociopolítico com os interesses e necessidades da sociedade. Por essa razão, sua elaboração inclui escolhas e disputas no interior dos grupos. Disputas que revelam a defesa de interesses, nem sempre convergentes, e escolhas que dizem das opções políticas dos grupos participantes, mas dizem, sobretudo do grau de envolvimento social e político dos gestores na condução de projetos voltados ao atendimento às demandas da sociedade. De outra parte, o projeto é pedagógico porque se volta para a dimensão pedagógica da formação profissional e humana dos estudantes, ou seja, define ações educativas com vistas ao cumprimento das intencionalidades formativas da instituição.

Dessa forma, o projeto pedagógico da UFPE identifica-se como um instrumento da gestão democrática da educação pública, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96³, no seu Artigo 3º, inciso VIII. Assim, entendido em sua dimensão conceitual, como político e pedagógico, corrobora os princípios definidos para o ensino pela LDB, quais sejam: a igualdade, a qualidade, a gestão democrática, a liberdade e a valorização do magistério, sendo que este último ocupa lugar central na busca por uma formação de qualidade para o estudante e supõe a promoção de condições satisfatórias para o ensino, a pesquisa e a extensão.

A elaboração de um novo projeto pedagógico para a UFPE, nesse momento, justifica-se na medida em que o mesmo é compreendido como elemento orientador das

2 VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

3 BRASIL. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicado no DOU de 20.12.1966, Seção 1. p. 27833. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 18 de setembro de 2014.

ações pedagógicas a serem alcançadas em um período de tempo determinado, tendo o projeto anterior cumprido sua vigência entre os anos 2009-2013. Por esta razão, deverá ser vivenciado por um período de quatro anos, devendo orientar os processos educacionais durante o período de 2014-2018.

O projeto pedagógico da UFPE é compreendido como instrumento dinâmico que informa sobre os movimentos educativos desenvolvidos pela instituição, em contraposição à ideia de um documento elaborado para cumprimento de uma formalidade burocrática. Logo, ao antever as ações educativas para um intervalo de tempo, abarca as intencionalidades formativas que deverão compor os currículos dos vários cursos, tendo como horizonte uma concepção ampliada de currículo que envolve as diversas práticas e experiências formativas vivenciadas pelos estudantes.

Como instrumento de organização do trabalho educacional, o projeto pedagógico representa a dinâmica institucional da UFPE e deverá ser periodicamente (re)avaliado, com vistas ao procedimento dos ajustes necessários. Com esse entendimento, objetiva orientar a (re)elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos a serem desenvolvidos nos próximos quatro anos, com vistas a qualificar a gestão dos processos de ensino e os procedimentos de avaliação.

História da UFPE

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ainda como Universidade do Recife (UR), teve o início de suas atividades datado de 11 de agosto de 1946, tendo sido fundada por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.338/46, de 20 de junho do mesmo ano. A Universidade do Recife compreendia a Faculdade de Direito do Recife (1827), a Escola de Engenharia de Pernambuco (1895), a Faculdade de Medicina do Recife (1895), as Escolas de Odontologia e Farmácia e de Belas Artes de Pernambuco (1932), e por fim a Faculdade de Filosofia do Recife (1941), sendo considerado o primeiro centro universitário do Norte e Nordeste.

Em 1948, iniciou-se a construção do Campus Universitário em um loteamento na Várzea, onde hoje está localizado o Campus Recife. No ano de 1965, a Universidade do Recife passou a integrar o Sistema Federal de Educação do país, com a denominação de Universidade Federal de Pernambuco, na condição de autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

No período de 2005 a 2012, foram criadas 2.402 vagas em cursos de graduação, passando de 4.425 vagas para 6.827 vagas em 2012, num crescimento de mais de 54%. Neste período, 27 cursos foram implantados, entre eles uma Licenciatura em Dança e os bacharelados em Cinema e Audiovisuais, Arqueologia, Museologia, Sistemas de Informação, Engenharia de Materiais, Engenharia de Energia e Engenharia Naval. O crescimento se deu em decorrência, principalmente, de dois Programas do Ministério da Educação: o de Interiorização do Ensino Superior e o de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Atualmente a UFPE possui oito Pró-Reitorias e nove Órgãos Suplementares, além de doze Centros Acadêmicos, sendo dez na capital, um em Vitória de Santo Antão e um em Caruaru. De acordo com os dados recentes, a UFPE oferece 105 cursos de

graduação, 124 cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) e 53 cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

Estão listados a seguir alguns dos principais Marcos Históricos da UFPE:

- É *Criação da Universidade Federal de Pernambuco em 11 de agosto de 1946, por meio do Decreto-Lei nº 9.388, 20 de junho de 1946, com o nome de Universidade do Recife. Sua formação inicial agregava as seguintes faculdades isoladas:*
 - *Faculdade de Direito do Recife (1827)*
 - *Escola de Engenharia de Pernambuco (1895)*
 - *Escolas anexas de Farmácia (1903)*
 - *Escola de Odontologia de Pernambuco (1913)*
 - *Faculdade de Medicina do Recife (1915)*
 - *Escola de Belas Artes de Pernambuco (1932)*
 - *Faculdade de Filosofia do Recife (1941)*
- É *Criação do Campus Universitário, denominado de Cidade Universitária pela Lei Estadual nº 42, de 12 de dezembro de 1947.*
- É *Elaboração do Projeto Arquitetônico em 1949 pelo arquiteto italiano Mario Russo, a quem foi confiado o ensino da arquitetura na Escola de Belas Artes.*
- É *Inauguração do Campus Universitário, em 1958, quando o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, entrega o prédio da Faculdade de Medicina, hoje Centro de Ciências da Saúde.*
- É *Criação de unidades voltadas para os inovadores campos do ensino e do saber como o Instituto de Nutrição, o Instituto de Antibióticos, o Instituto de Micologia e o Instituto de Ciências do Homem.*
- É *Criação da Imprensa Universitária em 1955, atualmente denominada Editora Universitária.*
- É *Pioneira na criação do Departamento de Extensão Cultural (DEC) que foi completada com a instalação da Rádio Universitária e em seguida da Televisão Universitária, para promoção da abertura da universidade para a sociedade.*
- É *Em 1965 a Universidade do Recife passou a integrar o novo sistema de educação do país com o nome de Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), autarquia vinculada ao MEC.*
- É *Em 1967 foram criados os primeiros cursos de Pós-Graduação: Matemática, Economia, Sociologia e Bioquímica.*
- É *Órgãos Suplementares e instituições vinculadas que fazem parte da UFPE: Hospital das Clínicas; Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social (NUSP); Colégio de Aplicação; Editora Universitária; Núcleo de Educação Física e Desportos; Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI); Núcleo de Televisão e Rádio Universitárias (NTVRU); Núcleo de Hotelaria e Turismo (NHT); Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami (LIKA); Núcleo de*

Teles Saúde(NUTES); Memorial de Medicina; Biblioteca Central; Prefeitura da Cidade Universitária(PCU); Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (FADE); Centro de Convenções; Assessorias de Comunicação e Cooperação Internacional.

É *Início do processo de interiorização da UFPE em 2006, com a criação dos centros acadêmicos do Agreste (CAA) e de Vitória (CAV).*

A UFPE Hoje

Atualmente a UFPE se faz presente em três regiões de Pernambuco nas quais mantem três campi. Um campus está situado na cidade de Caruaru, região do Agreste pernambucano, um campus na Zona da Mata, na cidade de Vitória de Santo Antão e o já tradicional campus Joaquim Amazonas no Recife, localizado na capital pernambucana. Os três campi comportam 12 Centros Acadêmicos nos quais atua um corpo docente formado por 2.270 professores do quadro efetivo, 328 professores substitutos, 8 professores visitantes e um quadro técnico-administrativo composto por 4.106 pessoas. Conta ainda com um total de 5417 funcionários terceirizados.

A UFPE reúne uma comunidade de mais de 40 mil pessoas, entre professores, servidores técnico-administrativos e alunos de graduação e pós-graduação. A Administração Central é composta pela Reitoria, oito Pró-reitorias, uma Superintendência de Segurança Institucional (SSI) e uma Superintendência de Projetos e Obras.

Os 10 centros acadêmicos do Campus Recife comportam 79 departamentos acadêmicos; 3 Núcleos Integrados de Ensino (Niates); 12 bibliotecas setoriais e 1 biblioteca central; 1 Editora Universitária; o Clube Universitário; 1 Colégio de Aplicação, que oferece ensino médio e ensino fundamental; 1 creche; 1 Hospital Universitário; e o Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami (Lika) e o Núcleo de Acessibilidade.

Situados fora do Campus Recife encontram-se o Centro de Ciências Jurídicas, o Núcleo de Televisão e Rádio Universitária, o Centro Cultural Benfca, o Memorial de Medicina e o Memorial da Engenharia. No Interior do Estado, estão situados o Centro Acadêmico do Agreste, em Caruaru, e o Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão, localizado na Zona da Mata Norte.

Em termos da infraestrutura da Universidade, um grande investimento foi proporcionado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado pelo governo federal em 2007 com a missão de reestruturar as universidades federais e ampliar o acesso dos brasileiros ao ensino público superior, pelo acréscimo na oferta de vagas.

Com a implantação do REUNI, no período de 2008 a 2012, a UFPE realizou melhorias para a infraestrutura de apoio acadêmico, destacando-se as reformas das bibliotecas setoriais, ampliações dos Centros de Ciências da Saúde (CCS), Artes e Comunicação (CAC) e Informática (CIn); construção dos três Núcleos Integrados de Atividades de Ensino (Niates) destinados às áreas de saúde, humanas, biológicas e engenharias; construção do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA); da Clínica Escola de Fonoaudiologia, o Restaurante Universitário e da Casa do Estudante Feminina/Masculina.

A aquisição de equipamentos no âmbito do Programa REUNI teve como finalidade a melhoria e modernização dos laboratórios e das salas de aula, assim como o provimento de equipamentos necessários para o funcionamento dos cursos novos e

dos já existentes. Desse modo, foram utilizados recursos para aquisição de equipamentos laboratoriais para os cursos de Física e Química; computadores para as salas dos Nates e Laboratórios de Informática; projetores multimídia e lousas interativas para as salas de aula e mobiliário para a Biblioteca Central, entre outras aquisições.

A expansão da Universidade se deu com evidente melhoria da qualidade, fruto de planejamento, de investimentos, determinação e qualificação do conjunto de professores e servidores da UFPE. Sabe-se, no entanto, que a realidade socio-educacional é dinâmica, complexa e multidimensional e, por conseguinte, gera necessidades de revisão, atualização e manutenção regulares dos aparatos infraestruturais dos ambientes de ensino, pesquisa e extensão. Por essa razão, se faz necessária uma vigilância contínua sobre os processos de elaboração e acompanhamento do planejamento, execução de obras, aquisição de materiais e equipamentos que atendam às demandas das áreas administrativa, acadêmica e de gestão de pessoas na UFPE.

Em relação à ampliação das oportunidades de formação para os jovens, a UFPE oferece 102 cursos de graduação somando um quantitativo de 30.450 alunos, sendo 98 cursos presenciais, com 29.759 matrículas e 4 cursos EAD, com 691 matriculados. A pós-graduação oferece 51 cursos de doutorado, com 3.265 alunos; 69 cursos de mestrado acadêmico com 3.947 matriculados; 10 cursos de mestrado profissional com 373 alunos; 54 cursos de especialização presencial com 2.038 alunos; 3 cursos de especialização EAD com 1.169 matrículas, além de manter 5.713 alunos em 138 cursos de extensão presencial e 1.778 em 7 cursos de extensão EAD. Uma instituição de ensino com expressiva inserção na sociedade através de suas bibliotecas, seu hospital de clínicas, museus, programas de inovação tecnológica e de políticas públicas, e funciona utilizando-se de um adequado planejamento (Plano Estratégico Institucional 2013/2027), que melhor redefiniu a sua missão, visão de futuro, valores e objetivos estratégicos definidos no contexto do sistema de ensino superior do estado de Pernambuco e do Brasil.

A UFPE atua em todas as áreas acadêmicas, conforme apresentado na Tabela 1 que ilustra o quantitativo de cursos de graduação e pós-graduação, por área do CNPq.

Tabela 1: Cursos presenciais de graduação e pós-graduação ofertados pela UFPE, por tipo, em 2013

Área do CNPq	Graduação	Programas de Pós-graduação		
		Stricto-sensu		Latu-sensu
		Mestrado	Doutorado	
CB- Ciências Biológicas	6(6,1%)	11(13,9%)	8(15,7%)	3(6,8%)
CSA- Ciências Sociais Aplicadas	2(2%)	0	0	19(43,2%)

<i>CET- Ciências Exatas e da Terra</i>	17(17,3%)	7(8,9%)	12(23,5%)	0
<i>CH- Ciências Humanas</i>	13(13,3%)	13(16,5%)	12(23,5%)	3(6,8%)
<i>CS- Ciências da Saúde</i>	15(15,3%)	14(17,7%)	9(17,6%)	0
<i>CSA- Ciências Sociais Aplicadas</i>	17(17,3%)	16(20,3%)	7(13,7%)	0
<i>ENG- Engenharias</i>	15(15,3%)	15(19,0%)	2(3,9%)	15(34,1%)
<i>LLA- Linguística, Letras e Artes</i>	13(13,3%)	3(3,8%)	1(2%)	4(9,1%)
Total	98(100%)	79(100%)	51(100%)	44(100%)

Adiante encontra-se o detalhamento dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação stricto-sensu existentes, por centro acadêmico:

Cursos de Graduação

Centro Acadêmico do Agreste - CAA

- Bacharelados em: Administração, Ciências Econômicas, Design, Medicina
- Licenciaturas em: Educação Intercultural, Física, Matemática, Pedagogia, Química e Música
- Engenharia Civil e Engenharia de Produção

Centro de Artes e Comunicação ó CAC

- Bacharelados em: Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Cinema e Audiovisual, Design, Gestão da Informação, Jornalismo, Letras, Música Canto, Música Instrumento, Publicidade e Propaganda, Rádio, TV e Internet
- Licenciaturas em: Artes Visuais, Dança, Expressão Gráfica, Letras Espanhol (Presencial e EaD), Letras Francês, Letras Inglês, Letras Português (Presencial e EaD), Música e Teatro

Centro Acadêmico de Vitória - CAV

- Bacharelados em: Educação Física, Enfermagem, Nutrição e Saúde Coletiva
- Licenciaturas em: Ciências Biológicas e Educação Física

Centro de Ciências Biológicas - CCB

- Bacharelados em: Biomedicina, Ciências Biológicas e Ciências Biológicas (Ciências Ambientais)
- Licenciaturas em: Ciências Biológicas

Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN

- Bacharelados em: Física, Matemática, Química e Estatística
- Licenciatura em: Física, Matemática (Presencial e EaD) e Química

Centro de Ciências Jurídicas - CCJ

- Bacharelado em Direito

Centro de Ciências da Saúde ó CCS

- Bacharelados em: Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Terapia Ocupacional

- Licenciatura em: Educação Física

Centro de Ciências Sociais e Aplicadas ó CCSA

- Bacharelados em: Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis (Presencial e EaD), Ciências Econômicas, Hotelaria, Secretariado, Serviço Social e Turismo

Centro de Educação - CE

- Licenciatura em Pedagogia

Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH

- Bacharelados em: Arqueologia, Ciência Política, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História, Museologia e Psicologia

- Licenciaturas em: Ciências Sociais, Filosofia, Geografia (Presencial e EaD) e História

Centro de Informática - CIN

- Ciência da Computação, Engenharia da Computação e Sistemas de Informação

Centro de Tecnologia e Geociências - CTG

- Engenharia Cartográfica, Engenharia Biomédica, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais, Engenharia de Minas, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia Naval, Engenharia Química, Geologia, Química Industrial, Oceanografia

Cursos de licenciatura para atender ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica ó PARFOR

Presencial

- Licenciatura em: Ciências Biológicas, Educação Física e História

Educação à Distância

- Licenciatura em: Letras Língua Espanhola, Letras Língua Portuguesa e Matemática

Programas de Pós-Graduação

- Administração (Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional)
- Antropologia (Mestrado e Doutorado)
- Arqueologia (Mestrado e Doutorado)
- Biologia Animal (Mestrado e Doutorado)
- Biologia Aplicada à Saúde (Mestrado e Doutorado)
- Biologia de Fungos (Mestrado e Doutorado)
- Biologia Vegetal (Mestrado e Doutorado)
- Bioquímica e Fisiologia (Mestrado e Doutorado)
- Biotecnologia Industrial (Mestrado)
- Ciência da Computação (Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional)

- *Ciência de Materiais (Mestrado e Doutorado)*
- *Ciências Biológicas (Mestrado e Doutorado)*
- *Ciências Contábeis (Mestrado)*
- *Ciências da Informação (Mestrado)*
- *Ciências da Saúde (Mestrado)*
- *Ciências Farmacêuticas (Mestrado e Doutorado)*
- *Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação (Mestrado)*
- *Ciências Políticas (Doutorado)*
- *Cirurgia (Mestrado e Doutorado)*
- *Comunicação (Mestrado e Doutorado)*
- *Desenvolvimento e Meio Ambiente (Mestrado)*
- *Desenvolvimento Urbano (Mestrado e Doutorado)*
- *Design (Mestrado e Doutorado)*
- *Direito (Mestrado e Doutorado)*
- *Direitos Humanos (Mestrado)*
- *Economia (Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional)*
- *Educação (Mestrado e Doutorado)*
- *Educação Contemporânea (Mestrado)*
- *Educação Matemática e Tecnológica (Mestrado e Doutorado com início em 2014)*
- *Enfermagem (Mestrado e Doutorado, com início em 2014)*
- *Eng. Biomédica (Mestrado)*
- *Eng. Civil (Mestrado e Doutorado)*
- *Eng. Civil e Ambiental (Mestrado)*
- *Eng. de Produção (Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional)*
- *Eng. Elétrica (Mestrado e Doutorado)*
- *Eng. Mecânica (Mestrado e Doutorado)*
- *Eng. Mineral (Mestrado)*
- *Eng. Química (Mestrado e Doutorado)*
- *Ergonomia (Mestrado Profissional)*
- *Estatística (Mestrado e Doutorado)*
- *Filosofia (Mestrado e Doutorado)*
- *Física (Mestrado e Doutorado)*
- *Fisioterapia (Mestrado)*
- *Genética (Mestrado e Doutorado)*
- *Geociências (Mestrado e Doutorado)*
- *Geografia (Mestrado e Doutorado)*
- *Gerontologia (Mestrado)*
- *Gestão e Economia da Saúde (Mestrado Profissional)*
- *Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (Mestrado Profissional)*
- *História (Mestrado e Doutorado)*
- *Inovação Terapêutica (Mestrado e Doutorado)*
- *Integrado e Saúde Coletiva (Mestrado)*
- *Letras (Mestrado e Doutorado)*

- *Matemática (Mestrado e Doutorado)*
- *Medicina Tropical (Mestrado e Doutorado)*
- *Neuropsiquiatria e Ciência do Comportamento (Mestrado e Doutorado)*
- *Nutrição (Mestrado e Doutorado)*
- *Nutrição, Atividade Física e Plasticidade Fenotípica (Mestrado)*
- *Oceanografia (Mestrado e Doutorado)*
- *Odontologia (Mestrado e Doutorado)*
- *Patologia (Mestrado)*
- *Políticas Públicas (Mestrado Profissional)*
- *Psicologia (Mestrado e Doutorado)*
- *Psicologia Cognitiva (Mestrado e Doutorado)*
- *Química (Mestrado e Doutorado)*
- *Saúde da Criança e do Adolescente (Mestrado e Doutorado)*
- *Saúde Humana e Meio Ambiente (Mestrado)*
- *Serviço Social (Mestrado e Doutorado)*
- *Sociologia (Mestrado e Doutorado)*
- *Tecnologias Energéticas e Nucleares (Mestrado e Doutorado)*

Programas de Pós-Graduação em Associação com a UFPE

- *Filosofia ó CFCH (UFPB/UFPE/UFRN) ó Doutorado*
- *Artes Visuais ó CAC (UFPB/UFRN) ó Mestrado*
- *Desenvolvimento e Meio Ambiente ó Rede (Doutorado)*
- *Biotecnologia ó Renórbio ó Doutorado*
- *Nanotecnologia Farmacêutica (UFG/UFRGS/UFSC/UFPE e outras) ó Doutorado (início em 2014)*
- *Letras ó PROFLETRAS ó Mestrado Profissional*

Missão

"Como instituição pública, promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais"³.

A Universidade contemporânea não pode deixar de cumprir funções, antecipar e atender solicitações da sociedade global que se renovam, mudam, se ampliam e exigem, sobretudo, novas competências institucionais (entendidas como a capacidade técnica e ética de responder a tais solicitações e antecipá-las) que precisam ser desenvolvidas enquanto projeto institucional duradouro, sem, no entanto, abandonar as exigências de responsabilidade moral, de cuidado com o meio ambiente e de respeito à diversidade cultural como fundamentos de uma convivência social mais igualitária, responsável e justa.

Visão

"Ser uma universidade de classe mundial comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade"⁴.

A noção de Humanidade, aqui adotada, não se refere ao conjunto numérico dos homens e mulheres (demografia), mas a um conjunto de valores que supomos válidos, necessários e dignos de serem perseguidos, tais como a alteridade, a justiça, a dignidade humana, o direito dos povos, a liberdade, as diferenças culturais. Uma universidade comprometida com esta visão é necessariamente de "classe mundial" o que significa, ao mesmo tempo, duas coisas: situada entre as melhores do mundo e preparada para colocar o "mundo" (como mundo das significações humanas, como os sentidos que os homens atribuem às suas experiências) como centro de suas preocupações.

Valores

O compromisso social da UFPE é com a melhoria das condições de vida da população de Pernambuco a partir de sua atuação em três regiões do Estado nas quais contribui com a formação profissional de jovens de várias cidades pernambucanas agrupados em diversos cursos oferecidos nos campi de Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão.

A UFPE, que tem como meta integrar o elenco das melhores universidades do mundo, assume esse compromisso social através da oferta de uma sólida formação profissional em várias e diferentes áreas do conhecimento e de uma formação humana que ofereça a base para vivências sociais/profissionais pautadas na ética universal do ser humano.

A UFPE como instituição de referência baseia-se nos seguintes valores:

- É **Cidadania** ó assegurar a liberdade, os direitos e as responsabilidades individuais e comunitárias;
- É **Cooperação** ó interagir para o bem comum: local, regional, nacional e internacionalmente;
- É **Criatividade** ó inovar teórica e aplicativamente, na construção interdisciplinar de conhecimentos relevantes à transformação socioambiental;
- É **Sustentabilidade** - produzir conhecimento eticamente responsável, consciente de que desenvolvimento econômico e social é perfeitamente compatível com preservação ambiental;
- É **Dignidade** ó tratar e retratar com respeito toda pessoa e comunidade;
- É **Diversidade** ó respeitar as características distintivas de pessoas e comunidades, em seus modos de ser e agir;
- É **Equidade** ó promover o justo compartilhar das condições fundamentais ao desenvolvimento humano;

⁴ PEI UFPE. Plano Estratégico Institucional UFPE, 2013-2017. Dezembro de 2013. Disponível em: www.ufpe.br/proplan/images/pdf/pei13_27_.pdf. Acesso em 26/09/2014.

- É **Ética** ó avaliar sistematicamente os fins e as consequências sócias e humanas do conhecimento produzido, à luz das ideias de universalidade, respeito, integridade e dignidade de todos os homens;
- É **Integridade** ó promover a honestidade e a ética, nas relações interpessoais intra e extra campus.

Perfil do Egresso

O perfil do aluno egresso da UFPE em quaisquer áreas de formação profissional deverá estar pautado por uma conduta ética e comprometida com as questões sociais e ambientais que afetam as populações, em especial, aquelas em situação de desvantagem socioeconômica, como característica de uma atuação profissional apoiada em princípios éticos de solidariedade, cooperação, respeito à alteridade e justiça social.

Esse compromisso implica no preparo técnico-científico indispensável à produção e aplicação do conhecimento, além de competências, atitudes e habilidades que caracterizam a capacidade de diagnosticar, analisar e contextualizar problemas próprias a um profissional da área; a defesa dos Direitos Humanos e a capacidade de atuar de forma crítica, autônoma e criativa no atendendo às demandas da vida social; o desenvolvimento da capacidade para atuar em equipe na defesa, individual e coletiva, do bem comum; a capacidade comunicativa para compor equipes no desenvolvimento de um trabalho integrado e contributivo, que supõe investimentos na própria formação contínua, reconhecendo-se como ser inacabado e em busca de constante aprimoramento científico e técnico.

O percurso formativo dos acadêmicos da UFPE prima por preparar profissionais com sólida base científica, humanística e cultural para uma atuação que, sendo propositiva, estará empenhada na busca de soluções para as questões sociais demandadas pela contemporaneidade.

Corpo Docente

Atualmente a Universidade Federal de Pernambuco conta com 2650 docentes sendo 2314 efetivos e destes 94,4% do seu quadro docente com titulação em nível de formação *stricto sensu*, sendo 77,4 doutores e 17,3 mestres. Dos professores efetivos 85,9% com dedicação exclusiva. Embora esse dado seja considerado significativo, objetivando a valorização da docência e primando pela qualificação da educação superior, a UFPE tem buscado oferecer oportunidades para reflexão e trocas de experiências entre pares que atuam nos vários campos da docência universitária. Dessa forma, a Universidade prima por espaços contínuos de aperfeiçoamento e de debates, por entender que esses constituem fatores indispensáveis para a construção e aprimoramento dos processos de ensino e melhoria da aprendizagem.

Para atender o corpo docente desenvolve uma proposta de formação continuada dos professores da UFPE justifica-se pela necessidade de oportunizar aos docentes desta Universidade uma formação pedagógica que os estimule a participar de

um processo de desenvolvimento pessoal e técnico- profissional-político, em face das demandas internas institucionais de melhoria do magistério superior e das exigências externas legais e, sobretudo, dos requerimentos sociais postos à educação superior. Além disso, esta proposta baseia-se no entendimento da docência como uma prática multidimensional que não se dá de forma isolada, nem distante das subjetividades dos sujeitos, razão pela qual não se afasta da dimensão humana da formação.

Com este entendimento, a UFPE conta com o Núcleo de Formação Continuada Didático-Pedagógica dos Professores da UFPE (NUFOPE), que surgiu como uma necessidade de ampliar as oportunidades de diálogo entre docentes, dando maior consistência e aprofundamento a um processo de formação didático-pedagógica continuada, que toma o exercício profissional da docência como objeto de investigação e de intervenção dos professores da UFPE na realidade social e política. Os objetivos do Núcleo de formação de professores estão alicerçados no princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e da docência como principal articuladora desta relação, no sentido de contribuir para a construção de uma docência teórico-prática na Universidade.

Concepções Filosófico-Pedagógicas

O Projeto Pedagógico Institucional da UFPE, visando à concretização de um projeto de sociedade em que a produção e disseminação do conhecimento sejam acessíveis a todos os cidadãos, está ancorado em valores como cidadania, cooperação, criatividade, sustentabilidade, dignidade, diversidade, equidade, ética e integridade, visando, sobretudo contribuir para a inclusão social dos sujeitos, independente de sua condição sociocultural e econômica.

Como instituição pública de ensino, pesquisa e extensão, a UFPE está comprometida com a formação de profissionais bem preparados, com competência técnica inquestionável, mas também atentos às demandas sociais das comunidades e sensíveis à condição humana dos sujeitos. Visa à formação de pesquisadores competentes e comprometidos com o bem comum, por entender que a competência relacional se destaca entre as mais relevantes condições para um exercício profissional qualificado em quaisquer área da docência, da pesquisa e da extensão que constituem o tripé de sustentação da Universidade. Assim, em consonância com Santos (2010, p. 89)⁵, a universidade assume sua responsabilidade social ãoaceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para se impor. Com base nesse entendimento, o projeto pedagógico da UFPE assume as concepções de ensino e de aprendizagem, destacadas a seguir.

Concepções de Ensino e de Aprendizagem

5 SANTOS, Boaventura de Souza. A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

As concepções de ensino e de aprendizagem de uma instituição formadora expressam o projeto de sociedade em curso em determinado momento histórico. Dizem sobre a maneira como a IES concebe a atuação social dos sujeitos, as relações em sociedade e a democratização do conhecimento, ou seja, revelam as intencionalidades e o envolvimento com um projeto de transformação social em que a relevância do conhecimento científico, embora amplamente reconhecida, não exclui outras formas de conhecimento, tais como o conhecimento filosófico, ético, estético, religioso, de senso comum, entre outros. Nesse sentido, alinha-se a Santos (2010, p. 76)⁴ quando o autor chama atenção para o fato de que ãa universidade, ao especializar-se no conhecimento científico e ao considerá-lo a única forma de conhecimento válido, contribuiu ativamente para a desqualificação e mesmo destruição de muito conhecimento não científico e que, com isso, contribuiu para a marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimentoõ.

Assim, em contraposição a essa concepção de conhecimento único e universal, a compreensão que ancora o trabalho na UFPE argumenta em favor de um processo educativo que considere o conhecimento como produção histórica, reconhecendo sua condição de provisoriedade, bem como a condição de inacabamento do ser humano que o produz nos vários espaços de suas vivências cotidianas.

A princípio, parece consenso entre educadores que ão objetivo da ação educativa, seja ela qual for, é ter interesse em que o educando aprenda e se desenvolva, individual e coletivamenteõ, como afirma Luckesi (2000, p. 121)⁶. No entanto, esse objetivo diz da relação que se estabelece entre a docência e a produção e disseminação do conhecimento. Implica compreender que a construção do conhecimento não se processa de forma linear e fragmentada, antes supõe um permanente diálogo entre áreas do saber e entre diferentes saberes, como suporte a uma perspectiva de ação interdisciplinar.

Nessa mesma direção, a ação interdisciplinar, por sua natureza essencialmente dialógica, não pode prescindir da flexibilização que deve perpassar os currículos dos vários cursos, como possibilidade de favorecer a mobilidade acadêmica, a correção de fluxos interrompidos ou espaçados e a vivência de situações de aprendizagem diversificadas. Assim sendo, com vistas ao alcance da meta 12 antevista no Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos, que prevê a elevação da taxa de matrícula no ensino superior, uma das estratégias é ãconsolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superiorõ. (BRASIL, 2014)⁷.

6 LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 17 edição. São Paulo: Cortez, 2005.

7 BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Publicado no DOU de 26.6.2014 - Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 18 de setembro de 2014.

Com esse entendimento, a UFPE concebe o ensino como processo de mediação da relação que se estabelece entre o sujeito que aprende e o conhecimento a ser aprendido. Supõe interação e compartilhamento de saberes, apoiados no rigor metodológico que essa mediação requer. Trata-se de uma ação que demanda planejamento e organização da atividade docente com vistas a oferecer espaços formativos de aprendizagem. Nesse sentido, ao professor não caberia a transmissão de conhecimentos, uma vez que não se concebe o conhecimento como objeto de transmissão, mas como uma construção dos sujeitos.

Assim sendo, ao professor compete a problematização de situações que possam provocar o estudante a buscar respostas para questões que emergem da realidade socioeconômica e político-cultural e, portanto dizem respeito a sujeitos concretos, aos quais devem ser oportunizadas experiências curriculares interdisciplinares e flexíveis, visando à garantia de acesso amplo e inclusivo.

Dessa forma, as respostas aos problemas formulados poderão/deverão ser construídas com base nos conteúdos acadêmicos em articulação com a realidade cotidiana de sujeitos comuns, entendendo-se que ãa educação é antes de tudo um ato político sério, um processo que se direciona para finalidades que estão intrinsecamente envolvidas com valores que embasam a formação técnica e cidadão (MELO, 2008, p. 153)⁸.

Trata-se ainda de pensar o ensino apoiado em uma relação dialógico-problematizadora que contribua para a construção de conhecimentos científicos, mas também de valores e atitudes necessários à construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais cidadã.

Nessa perspectiva, a aprendizagem consiste na reconstrução de esquemas interpretativos, com base nos conhecimentos e representações construídos pelo estudante através de suas experiências acadêmicas e extra-acadêmicas. De acordo com esse entendimento, aprender é muito mais que memorizar ou reproduzir discursos veiculados nos textos orais e escritos disponibilizados aos estudantes durante a formação acadêmica. Aprender representa uma ação, ao mesmo tempo, individual, cognitiva, social, cultural, racional e afetiva, que envolve condições internas e externas de aprendizagem e resulta na reestruturação dos esquemas mentais do estudante.

Desse modo a construção do conhecimento é pensada como atividade humana que se dá em conexão com o contexto social do qual emerge, sem negar as condições históricas e culturais de sua produção.

Concepção de Avaliação

⁸ MELO, Márcia M. de Oliveira. Influências das crises da sociedade sobre o currículo e a docência universitária e as necessidades de rupturas epistemológicas e pedagógicas nessas práticas. In: CORDEIRO, Telma Santa Clara; MELO, Márcia M. de Oliveira. Formação peagógica e docência do professor universitário: um debate em construção. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

A avaliação na UFPE é compreendida como um processo de retroalimentação da prática pedagógica, que de acordo com Souza (2009)⁹, inclui as práticas gestora, docente e discente. Para o autor, a práxis pedagógica se configura ão como atividade formadora de profissionais, inclusive da educação, bem como do sujeito humano em quaisquer situações ou distinções, independente de profissõesö (p. 72). Isso equivale a dizer que os processos avaliativos, ancorados na compreensão de que a prática pedagógica é ão argumentada, analisada, sistemática, intencional, voluntária, coletiva e institucionalö (p. 68), não são unilaterais, mas essencialmente dialógicos e que os vários sujeitos envolvidos na ação pedagógica, seja no exercício da gestão, da docência ou da discência, têm oportunidades de contar com contribuições advindas de diversos olhares sobre sua atuação.

Trata-se de uma concepção de avaliação que, para além da ideia de punição, que historicamente acompanhou as práticas avaliativas, visa a ruptura com uma cultura avaliativa que aliena e oprime em favor da construção de uma outra forma de encarar a avaliação, através da qual esta seja compreendida como oportunidade de problematização da realidade, visando à emancipação e à mudança na forma de olhar e de lidar com os processos avaliativos.

Enquanto processo, essa concepção de avaliação compreende uma etapa de diagnóstico das condições de ensino, pesquisa e extensão e uma etapa formativa, através da qual vão sendo analisados os avanços e as necessidades de recondução das ações, na busca de uma proximidade cada vez maior com a qualidade da formação nas diversas áreas de atuação da IES. Nessa perspectiva, a avaliação visa (re)direcionar as ações planejadas, no sentido de melhor atender aos objetivos de formação profissional e humana nos diversos cursos que oferece.

Com referência na compreensão de avaliação já exposta, são conduzidos os processos avaliativos relativos à avaliação institucional, à avaliação de cursos, à avaliação das condições de ensino e à avaliação das aprendizagens que constituem as modalidades avaliativas em curso na UFPE.

Avaliação Institucional

Em atendimento ao previsto na Lei Federal 10861 de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES¹⁰ e na portaria 2051 de 09 de julho de 2004¹¹, que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES, definidos pela referida Lei, a UFPE em 14 de julho de 2004,

9 SOUZA, João Francisco de. Prática pedagógica e formação de professores. Organização José Batista Neto e Maria Eliete Santiago. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2009.

10 9- BRASIL. Lei Federal 10861 de 14 de abril de 2004. Instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Publicado no DOU de 15.4.2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em 19 de agosto de 2014.

11 BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 2051 de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/32>. Acesso em 19.09.2014.

através de Portaria do Reitor, de nº 1291, designou membros para instituírem a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES. Na UFPE, em conformidade com os dispositivos legais pertinentes, o princípio da autonomia da CPA é respeitado, contudo reconhece-se o Conselho Universitário como foro legítimo de aprovação de suas ações em última instância.

A Comissão Própria de Avaliação da UFPE conta com Regimento Interno, aprovado em sessão extraordinária do Conselho Universitário (CONSUNI) no dia 16 de outubro de 2012, que define a seguinte estrutura: uma Coordenação Geral (exercida por um Coordenador e um Vice-Coordenador, integrantes da CPA e eleitos pelo conjunto de seus componentes); as Subcomissões Setoriais (unidades de avaliação da CPA em cada Centro Acadêmico, no Colégio de Aplicação e nos Órgãos Suplementares); e o Núcleo Gestor (comissão executiva que representa a CPA junto às comissões externas de avaliação do INEP - MEC, tendo como membros natos o Coordenador e o Vice-Coordenador, 2 representantes do corpo docente, 2 representantes do corpo técnico-administrativo; todos esses escolhidos dentre os membros da CPA, em assembleia plenária, além de um representante da Administração Central).

Desde a sua criação, a CPA da UFPE vem atuando no acompanhamento aos processos avaliativos externos através da simulação de avaliação e ajuda na autoavaliação dos cursos, cujas orientações e acompanhamento estão sob a responsabilidade das coordenações de Graduação e de Avaliação de Cursos da Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE) da Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (PROACAD), bem como da Diretoria de Avaliação e Planejamento Institucional ó DAP ó PROPLAN. Cabe à CPA da UFPE a coordenação da elaboração do Relatório anual de autoavaliação inserido anualmente no sistema e-MEC.

Avaliação de Cursos

A avaliação de cursos é entendida na UFPE como uma oportunidade de interlocução com pares externos à IES para um diálogo específico e aprofundado sobre os saberes de uma determinada formação profissional com a qual se compromete e para a qual busca cada vez maior qualificação.

Assim, seja a comissão de avaliação recebida por ocasião das visitas in loco, seja a documentação encaminhada para atendimento às demandas do MEC, o atendimento às demandas advindas do ENADE ou ainda a possibilidade de um credenciamento de quaisquer outra ordem, todos os processos avaliativos externos constituem procedimentos através dos quais a Universidade busca a excelência na formação que oferece, tendo clara a sua missão em relação à construção de conhecimentos e de competências e à formação de pessoas.

Com essa finalidade, a UFPE realiza um trabalho de apoio à avaliação dos cursos por meio de duas coordenações integrantes na Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE) da Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (PROACAD), que se encarregam do acompanhamento e orientação aos cursos com vistas à qualificação dos processos formativos, bem como ao atendimento às exigências do Sistema Nacional de

Avaliação da Educação Superior (SINAES), em cujo centro estão os aspectos relativos ao ensino, pesquisa, extensão, à responsabilidade social da IES, à gestão da instituição e ao corpo docente.

A Coordenação de Graduação, objetivando qualificar os currículos dos diversos cursos da UFPE, realiza um trabalho de acompanhamento à elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), orientando em relação às exigências de atendimento às demandas sociais postas aos cursos e de cumprimento aos dispositivos legais regulamentadores das diversas formações profissionais que oferece. A referida coordenação constitui um canal de diálogo com os cursos e possibilita uma assistência direta aos seus coordenadores, aos chefes de departamentos e aos professores em geral.

A Coordenação de Avaliação de Cursos de Graduação adota uma agenda de acompanhamento aos processos avaliativos do SINAES, que inclui as visitas in loco para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Trabalha na realização de um permanente diálogo com os coordenadores e com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos, no sentido de acompanhar mudanças, atualizações e ajustes feitos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), dos vários Centros Acadêmicos. Acompanha os trabalhos das comissões do INEP responsáveis pela avaliação in loco através da realização de reuniões com os cursos, recepção à comissão, acompanhamento dos resultados da avaliação, leitura dos relatórios das referidas comissões e respostas às diligências do MEC; Atua em interlocução com a Comissão Própria de Avaliação nas questões relativas à avaliação dos cursos e à participação nas simulações de avaliação realizadas pela CPA.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem na UFPE supõe uma ampla diversidade de perspectivas avaliativas que se expressam em decorrência das especificidades dos conhecimentos produzidos nas diversas áreas e da heterogeneidade dos cursos que oferece. Por esta razão, a avaliação da aprendizagem, para além da polissemia inerente ao conceito, convive na UFPE com a complexidade concernente ao desafio de abarcar o universo de concepções de ensino, de aprendizagem, de sujeito e de sociedade que perpassam os processos avaliativos em diferentes áreas.

Diante desse cenário, cabe a uma instituição democrática, comprometida com um projeto social emancipatório, compreender a prática reflexiva da avaliação como processo dialógico, interativo, conscientizador, em que docente e discente juntos avaliam a prática pedagógica e, em consequência, a aprendizagem dela decorrente. Carvalho (2008, p. 25)¹², ao discutir avaliação com referência na perspectiva freireana de educação, afirma que ãa ação avaliativa pautada na problematização e

12 CARVALHO, Maria Helena da Costa. Avaliação e organização do trabalho pedagógico: uma abordagem freireana. In: CARVALHO, Maria Helena da Costa et al. Avaliação da aprendizagem: da regulação à emancipação: fundamentos e práticas. 2 ed. Recife: Centro Paulo Freire: Ed. Bagaço, 2008.

conscientização, tendo como horizonte a humanização do homem, tem que estar comprometida com a construção de uma nova sociedade.

Nessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem deverá ser reveladora de um projeto pedagógico em desenvolvimento e, como tal, deverá expressar resultados da intencionalidade educativa, materializada nos objetivos do ensino e posta em movimento através das metodologias adotadas. Na UFPE, a avaliação da aprendizagem, sem perder de vista o caráter democrático do projeto pedagógico institucional, pauta-se pela busca do equilíbrio entre a qualidade da formação que oferece e a perspectiva mais ampla de formação para a transformação social.

De acordo com a Resolução 04/94 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE)¹³, a avaliação da aprendizagem, realizada por disciplina, deverá abranger aspectos relativos à frequência e ao aproveitamento. Além disso, será feita ao longo do período, através de variados instrumentos a serem indicados no plano de ensino do professor.

Avaliação das Condições de Ensino

A avaliação das condições de ensino na UFPE compreende a autoavaliação de docentes e discentes, a avaliação da gestão, da infraestrutura e do docente pelo discente. Tem sido realizada atualmente através de consulta aos docentes e discentes, por meio de um questionário, apresentado via sistema acadêmico (SIGA).

O instrumento de avaliação respondido pelo docente consta de uma autoavaliação, da avaliação da infraestrutura da Universidade e da avaliação da gestão, incluindo a Direção de Centro Acadêmico ao qual está vinculado, a Coordenação do Curso e a Chefia do Departamento.

Em relação à infraestrutura, os docentes têm oportunidade de avaliar os aspectos gerais e o acervo das bibliotecas setoriais, as condições das salas de aula e os equipamentos e materiais disponíveis para sua atuação nas aulas, os laboratórios de informática, os laboratórios da sua área de atuação, os equipamentos e materiais disponíveis para o professor em seu gabinete, os espaços de convivência, a acessibilidade e os recursos didáticos para acessibilidade de pessoas com deficiências.

Por sua vez, o questionário do discente traz questões relativas à autoavaliação, à avaliação da gestão, incluindo a Direção de Centro e a Coordenação do curso, à avaliação da infraestrutura e à avaliação do docente. No que concerne à infraestrutura, os discentes têm a oportunidade de opinar sobre as bibliotecas setoriais em suas condições gerais e de acervo; sobre as salas de aula e laboratórios; gabinetes dos professores, banheiros, espaços de convivência e acessibilidade.

13 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE). Resolução 04/94, de dezembro de 1994. Estabelece normas complementares de avaliação de aprendizagem e controle da frequência nos Cursos de Graduação. Disponível em www.ufpe.br/proacad/images/documentos/...CCEPE/res_04_1994.doc. Acesso em 10.08.2014.

A avaliação do docente pelo discente constitui uma das etapas mais sensíveis do conjunto dos elementos institucionais avaliados, em razão das tensões provocadas pelas marcas históricas que a avaliação carrega em sua trajetória. Tomada durante muito tempo como instrumento de controle e punição, inclusive de professores, a constituição de uma cultura avaliativa representa um desafio institucional a ser enfrentado pela UFPE que se propõe à construção de processos avaliativos que primem pela democratização das oportunidades e pela transparência dos procedimentos.

Essa modalidade de avaliação foi implantada em 2013 e até o presente foram realizadas duas etapas de avaliação das condições de ensino. Uma primeira, referente ao semestre 2013.1 que está em fase de análise qualitativa dos dados e uma etapa seguinte relativa ao semestre 2013.2, em fase de processamento.

O estágio atual de tratamento dos dados aponta a necessidade de ajustes nos instrumentos e o redirecionamento de procedimentos de tratamento e análise dos dados e de divulgação dos resultados que serão procedidos para o próximo período de avaliação previsto para o semestre 2014.2.

Em consonância com a concepção de avaliação adotada pela UFPE, ou seja, entendendo a avaliação como procedimento por meio do qual as práticas educativas podem ser (re)direcionadas com vistas ao alcance dos seus objetivos formativos e cumprimento de sua missão institucional, nesse momento, os instrumentos de avaliação, o tratamento dos dados por eles gerados, bem como sua análise, estão passando por um processo de apreciação crítica, levantamento de questões e reelaboração.

Apoio às Práticas Pedagógicas

Apesar de o estágio se constituir como principal instrumento de integração entre os diversos cursos e seus respectivos espaços formais de trabalho, a UFPE tem trabalhado sob a orientação de uma perspectiva ampliada, preconizada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, que define como estratégia ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior visando o atingimento da meta 12 que prevê, conforme citado anteriormente:

elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014)⁶.

A concepção de estágio na UFPE articula a formação oferecida nos cursos de graduação às diferentes possibilidades de formação disponibilizadas em campos de prática no mundo do trabalho onde o aluno exercerá suas atividades. Busca-se com isso enfrentar os desafios postos pelo "aprender a fazer", ou seja, buscando favorecer a

aprendizagem pela praxis. Neste aspecto, a UFPE deverá propiciar para alunos e professores o apoio institucional necessário para essas atividades, que deverão incluir as aulas de campo, as aulas práticas, as visitas técnicas, a educação tutorial e o estágio.

Nesse sentido, entendemos que atrelar a formação propiciada pela universidade à formação proporcionada pelo mundo do trabalho favorece a formação cidadã do aluno. Possibilita a compreensão sobre sua futura inserção profissional no mundo das políticas públicas, no mundo das relações de trabalho e trabalhistas e, em consequência, no mundo daqueles para os quais a sua formação deverá estar voltada, tendo como meta o aperfeiçoamento e a dignidade humana.

O estágio, em razão de sua importância estratégica nesse processo, deverá estar previsto nos PPC de todas as graduações da UFPE, na sua forma obrigatória e não obrigatória; inclusive reconhecendo as possibilidades geradas pelos programas de mobilidade nacional e internacional, quando a perspectiva conceitual das proposições é atender ao aperfeiçoamento e à melhoria da qualidade da formação acadêmica dos seus alunos.

Para tanto, a UFPE deverá assegurar os mecanismos institucionais relativos a prospecção, regulamentação e avaliação dessas atividades, inclusive por meio virtual, integrando dessa forma os diversos atores envolvidos no processo. Deverá também estruturar-se como concedente de estágios para outras IES nacionais e internacionais. Desta forma, nos próximos anos será necessário aprofundar e consolidar o diálogo entre os concedentes de estágio, de modo a garantir a qualidade desta ferramenta para todos os cursos da UFPE.

A UFPE deverá também manter, consolidar e ampliar os programas que potencializem a educação tutorial como o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde), nas suas diferentes modalidades; bem como aqueles que inserem os alunos dos cursos de graduação em seus campos do trabalho, propiciando um ganho recíproco, a partir da permanente interlocução entre a formação acadêmica e os campos de prática onde esses alunos atuam, notadamente na saúde e na educação, em especial, por meio do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Por sua vez, o Programa de Monitoria da UFPE constitui um espaço de aprendizagem, proporcionado aos alunos dos cursos de graduação, visando o aperfeiçoamento do seu processo de formação e a melhoria da qualidade do ensino de graduação. Este programa tem como objetivos:

- É Contribuir para a melhoria do ensino de graduação;*
- É Propiciar o estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas;*
- É Facilitar as relações didáticas entre docentes e discentes;*

- É Ampliar a participação do discente de graduação na vida acadêmica, através de atividades pedagógicas relacionadas ao ensino;
- É Possibilitar o aprofundamento teórico/prático dos conhecimentos relacionados à área específica da monitoria.

O programa está estruturado do seguinte modo: a coordenação geral de monitoria está na Coordenação de Apoio Acadêmico, da Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA), que compõe a PROACAD. Em cada Centro Acadêmico da UFPE há um coordenador geral de monitoria, e em cada Departamento há um professor coordenador.

A monitoria pode ser concedida na modalidade bolsista e voluntária. Quando concedida com bolsa, a monitoria impede que o aluno acumule com quaisquer outras bolsas, como, por exemplo, com bolsa de iniciação científica, uma vez que a única bolsa que pode acumular com outras é a bolsa de manutenção acadêmica.

O crescimento dos cursos na UFPE a partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) impulsionou a necessidade e mais bolsas de monitoria, fazendo com que a UFPE passasse de 600 em 2012 para as atuais 900 bolsas de monitoria, distribuídas entre seus três campi: Recife, CAA e CAV. A ampliação do número de bolsas está distribuída entre os três campi conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2: Oferta de Bolsas de Monitoria, por Campus, 2012-2014

Campi	Bolsas 2012	Ampliação de Bolsas 2012-2014	Bolsas 2014
<i>Recife</i>	485	243	728 (80,9%)
<i>Caruaru</i>	40	20	60 (6,7%)
<i>Vitória de Santo Antão</i>	75	37	112 (12,4%)
Total	600	300	900 (100%)

Esse aumento contou com o trabalho desenvolvido pela comissão de monitoria, formada desde 2012, com o objetivo de discutir as condições de oferta de bolsas. Os resultados apontados por esse trabalho observou a necessidade do aumento de bolsas em função da criação de novos cursos. Esta comissão tem também a missão de apresentar uma resolução de monitoria, cujos estudos estão em processo.

No Campus Recife, a distribuição das bolsas de monitoria por Centro Acadêmico, revela percentuais de alocação que vão de 2,45% a 20,73% e traduzem diferenças significativas no número de bolsas disponibilizadas, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3: Distribuição das Bolsas de Monitoria por Centro Acadêmico do Recife

<i>Centro</i>	<i>% Bolsas</i>
<i>CAC</i>	8,6
<i>CCB</i>	16,7
<i>CCEN</i>	9,4
<i>CCJ</i>	5,1
<i>CCS</i>	20,4
<i>CCSA</i>	6,0
<i>CE</i>	7,4
<i>CFCH</i>	6,7
<i>CIn</i>	2,4
<i>CTG</i>	7,2
<i>INTERDEPARTAMENTAL</i>	10,1
Total	100

O Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Ensino

Educação Midiática ou Mídia-educação relaciona-se à sociedade, à cultura digital e à Educação. Belloni¹⁴ (2005, p.12) define este movimento como o um novo campo do saber cujos objetivos visam à formação do usuário ativo, crítico e criativo de todas as tecnologias da comunicação e informação. Na UFPE o desenvolvimento da Educação midiática é estimulado visando oferecer aos seus estudantes as habilidades e competências necessárias para buscar e compreender informações, com visão crítica e de forma útil para seu processo de construção do conhecimento.

Na sociedade contemporânea as habilidades e competências digitais são fundamentais para o desenvolvimento profissional e para o exercício da cidadania, sendo assim imprescindível a sua apropriação por estudantes e professores no ensino. Assim, é importante considerar o uso da internet, dispositivos móveis, recursos multimídia e todo o arsenal tecnológico atualmente disponível no ensino da graduação, facilitando o acesso aos cursos, qualificando e flexibilizando seus currículos de modo a empregar métodos ativos de ensino promovendo a autonomia do estudante.

No que concerne à modalidade de ensino a distância, a UFPE tem estimulado a disponibilização de cursos a distância em modalidades de aperfeiçoamento, pós-

14 BELLONI, Maria Luiza. O que é Mídia-Educação. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção polêmica do nosso tempo, 78).

graduação, extensão e graduação. Utiliza o sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e apresenta uma plataforma para EAD coordenada pelo CONECT(e), órgão para desenvolvimento de inovação educacional na UFPE. A UAB é um sistema brasileiro federal de Educação a Distância (EAD). No Brasil, a Educação a Distância foi estabelecida com a Lei de Diretrizes de Bases (LDB) e regulamentada por Decretos Presidenciais com complementações de Portarias e Resoluções ministeriais. Dentro dos normativos que tratam da EAD no Brasil, destaca-se a Portaria 4059/04, que permite que os cursos presenciais ofertem até 20% da sua carga horária total na modalidade de EAD.

O conceito de Educação a Distância no Brasil foi definido oficialmente no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005)¹⁵:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Como uma Política Pública para a EAD, foi instituído no Brasil, pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006¹⁶, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tendo como objetivo o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País (BRASIL, 2006). A UAB fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação.

No Brasil em que as grandes dimensões territoriais constituem uma dificuldade para a democratização do acesso à educação de qualidade e onde as desigualdades sociais ainda são significativas, o sistema UAB busca alcançar alunos desfavorecidos tanto geograficamente quanto socialmente.

Neste sentido, o Plano Estratégico Institucional da UFPE 2013/2027 destaca:

Um dos desafios e diretrizes internacionais da educação superior, consideradas no Plano Estratégico Institucional, refere que o ensino superior deve atualizar a educação dos professores, com um currículo que os prepare para formar indivíduos com o conhecimento e as habilidades necessárias para atender às exigências do século XXI. Isto demanda novas abordagens, incluindo a Educação a Distância e o uso abrangente de novas TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação. (PEI UFPE, 2013)³.

15 BRASIL. Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Caracteriza a educação a distância como modalidade educacional . Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622compilado.htm. Acesso em 26/09/2014.

16 BRASIL. Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Caracteriza a educação a distância como modalidade educacional . Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622compilado.htm. Acesso em 26/09/2014.

Por outro lado, com o aumento do acesso à Internet, a EAD passou a ser um importante meio para a construção e socialização do conhecimento nas várias esferas da sociedade, possibilitando o acesso a alunos mesmo que situados em pontos mais longínquos das metrópoles.

Nestes últimos anos houve um grande crescimento da oferta de cursos na modalidade à distância na UFPE, é possível constatar que em 2013 foram ofertados 7 cursos (4 de graduação e 3 de especialização). Em 14/04/2014, a UFPE criou o CONECTE com caráter interdisciplinar, tendo por finalidade desenvolver e propor tecnologias, metodologias de ensino e produtos multimidiáticos para a inovação com qualidade na Educação Superior.

Políticas de Educação Inclusiva

As políticas educacionais inclusivas constituem-se objeto de direito e de concepção ideológica defendidas pela Universidade Federal de Pernambuco, fundamentadas nos princípios e diretrizes da legislação brasileira.

O direito fundamental da educação para todos está posto na Constituição da República Federativa do Brasil (1988)¹⁷, em seu art. 205, nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), nos Decretos n.º. 5.296/2004, 5.626/2005, 6.949/2009, 7.234/2010 e 7.611/2011, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos ó Parecer CNE/CP 8/2012 e no Plano Nacional de Educação - Lei n.º 13.005/2014.

No período de 2008 a 2013 a UFPE recebeu aproximadamente 132 pessoas com deficiência, a PROACAD atenta às singularidades contidas nos processos de acesso ao saber instituído socialmente e à qualidade das ações educacionais, compreende a educação inclusiva para além da instância da responsabilidade pelo ensino de graduação, mas na transversalidade com diferentes setores institucionais, tal como a co-parceria com o Núcleo de Acessibilidade da UFPE.

A PROACAD apresenta como metas:

- monitoramento das matrículas dos estudantes com deficiência, mobilidade reduzida, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para provimento das condições de pleno acesso e permanência;*
- fortalecimento das práticas intersetoriais no âmbito da educação inclusiva;*
- elaboração de estratégias de criação de novas ações e fortalecimento das ações existentes no âmbito da educação inclusiva levantadas junto aos estudantes, docentes e gestores acadêmicos, em parceria com o Núcleo de Acessibilidade da UFPE;*
- fortalecimento da educação continuada voltada para a educação inclusiva;*

17 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm>. Acesso em em 18 de setembro de -014.

- *implementação de ações voltadas para a quebra de barreiras atitudinais e comunicacionais que comprometam práticas inclusivas educacionais;*
- *garantia de práticas da educação bilíngue para estudantes surdos, compreendendo a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua*
- *adequação de estratégias didático-pedagógicas em consonância com as singularidades dos estudantes com deficiência, mobilidade reduzida, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;*
- *aplicação de instrumentos de avaliação dos processos didático-pedagógicos voltados para estudantes, docentes e coordenadores de curso, pertinentes à educação inclusiva;*
- *instituir programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, para a acessibilidade das pessoas com deficiência;*
- *adoção da acessibilidade metodológica para todas as graduações a partir da diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.*

O compromisso da PROACAD consta no sucesso acadêmico de todos os estudantes com deficiência, mobilidade reduzida, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em uma perspectiva inclusiva, considerando os processos educacionais em sua (re)construção permanente, objetivando atingir os princípios democráticos para inclusão, acesso e permanência na UFPE.

Políticas de Inovação no Ensino

A busca por inovação no ensino de graduação na UFPE tem sido motivada pela constante necessidade de qualificação do ensino superior, adequando-o às necessidades da sociedade contemporânea considerando seus aspectos sociais, políticos, econômicos e tecnológicos.

Práticas e metodologias inovadoras são muito mais raras na Educação Superior do que em outros níveis de ensino. Os professores das universidades são geralmente avessos a mudanças por estarem ligados à uma concepção de ciência e educação tradicionais. Segundo Zabalza (2006)¹⁸ "na recente tradição universitária, a docência em si mesma não constituía um assunto relevante para a universidade, como instituição. Estando garantida a presença dos alunos, não existia nenhuma pressão para justificar a qualidade do processo formativo. Para este autor (op cit), a Didática Universitária, e as atividades realizadas por professores da educação superior em sala

18 ZABALZA, M. A. Uma nova didática para o ensino universitário: respondendo ao desafio do espaço europeu de ensino superior. In: Sessão Solene comemorativa do Dia da Universidade ó 95º aniversário da Universidade do Porto. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, mar/2006.

de aula, laboratórios e outros espaços de ensino, é bem mais desvalorizada do que as demais atividades que o docente universitário desenvolve, como pesquisa e extensão.

Essa realidade, contudo, está se modificando, considerando-se a importância da formação profissional dos alunos e a necessidade de refletir sobre o tipo dessa formação e o papel da pedagogia nesse processo. Dessa forma, considerar o sujeito aprendiz como principal ator nesse processo, como já vem ocorrendo há mais tempo na educação básica, passou a ser preocupação também dos professores universitários. E considerar esse processo formativo requer pensar percursos e estratégias de ensino, condizentes com o contexto social e tecnológico em que vivemos.

Diversos professores, já conscientes dessa realidade, buscam desenvolver práticas diferenciadas do tradicional ensino bancário (FREIRE, 2002)¹⁹ e sugerem estratégias mais colaborativas entre os estudantes e outras práticas que promovam uma construção e apropriação significativa dos conteúdos, habilidades e competências necessárias para a formação profissional e humana de seus alunos.

Nesse sentido, a UFPE, através da sua Coordenação para Acompanhamento das Atividades Docentes e Inovação Pedagógica (PROACAD/DDE), tem procurado conhecer e socializar as práticas inovadoras já desenvolvidas por seus docentes, buscando motivar os professores em geral na busca por uma formação mais significativa e humanizadora.

O conceito de inovação pedagógica na UFPE se alinha com o referencial de Cunha (2008)²⁰ que estabelece que a "inovação pedagógica requer uma ruptura necessária que permita reconfigurar o conhecimento para além das regularidades propostas pela modernidade. Ainda neste sentido, não apenas considera a inclusão de novidades e tecnologias, mas também, uma mudança na forma de entender o conhecimento." Cunha (2008)¹⁹, considera como características inovadoras:

Éa ruptura com a forma tradicional de ensinar e aprender;

Éa gestão participativa com a atuação dos estudantes na definição de percursos e critérios no ensino;

Éa reconfiguração de saberes, procurando uma compreensão integradora dos fenômenos humanos e da natureza, incluindo também no ensino competências como arte e vivências pessoais;

Éa reorganização da relação entre a teoria e a prática, valorizando esta última como uma leitura da realidade;

Éa modificação da percepção da concepção, desenvolvimento e avaliação da experiência no ensino/aprendizagem;

Éa mediação do docente assumindo relações sócio-afetivas com os alunos como condição de aprendizagem significativa (subjetividade, conhecimento);

19 FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

20 CUNHA, Maria Isabel da. Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária. Cadernos Pedagogia Universitária, USP, 2008.

Éo protagonismo como condição para aprendizagem significativa, reconhecendo que tanto estudantes quanto professores são sujeitos da prática pedagógica estimulando a produção de conhecimento pelos estudantes.

A UFPE vem desenvolvendo anualmente para promoção da inovação pedagógica no ensino da graduação, o edital para Melhoria e inovação da graduação que incentiva projetos propostos por docentes com vistas ao desenvolvimento de atividades/práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a integração de cursos e disciplinas, e ações de ensino, pesquisa e extensão Em 2014, a UFPE definiu um conjunto de metas para especialmente estimular a inovação pedagógica na graduação:

ÉRealização de uma pesquisa institucional para conhecimento das práticas de ensino e perfil docente em relação à inovação pedagógica;

ÉRealização de um seminário para socialização de práticas inovadoras na UFPE, trazendo expoentes externos da área de inovação no ensino superior e promovendo workshops para apresentação e reflexão de relatos dos docentes da UFPE sobre suas práticas;

ÉProposição de um edital para estímulo da produção de material didático para suporte às práticas inovadoras;

ÉRealização de cursos para atualização/formação docente sobre inovação pedagógica.

Como proposições para a continuidade do processo de modernização do ensino de graduação, a UFPE apresenta as seguintes ações:

ÉPlanejamento contínuo de propostas de formação para os/as professores/as da UFPE sobre inovação pedagógica, em parceria com o NUFOPE (Núcleo de Formação Continuada e Didático-pedagógica dos Professores da UFPE)²¹;

ÉRealização de cursos de formação para professores/as da UFPE;

ÉPlanejamento contínuo de propostas para estímulo à produção de materiais didáticos para suporte às práticas inovadoras, em parceria com o CONECTE;

ÉProposição de Edital de produção de recursos digitais para cursos de graduação, em parceria com o CONECTE;

ÉPlanejamento para a flexibilização e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, no que concerne às suas metodologias de ensino propostas.

Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está colocada como princípio no Artigo 207 da Constituição Federal e foi reafirmada e desdobrada na LDB 9394/96. Assim, no Artigo 43, a LDB afirma que a educação superior tem entre suas finalidades:

II ó formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

21 NUFOPE UFPE. Núcleo de Formação Continuada Didático-pedagógica dos Professores da UFPE. <http://nufope.blogspot.com.br/p/objetivos.html>. Acesso em 07.08.2014.

III ó incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

[...]

VII promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.

Na UFPE, o ensino, entendido como atividade educativa que medeia a relação entre o discente os saberes historicamente construídos, supõe que o/a estudante é sujeito do seu próprio conhecimento e que a ação docente não poderá prescindir da problematização da realidade, da interdisciplinaridade no trato com os conhecimentos e da dialogicidade necessárias à construção de uma relação pedagógica que contribua com o desenvolvimento e a constituição da autonomia discente. Nessa perspectiva, distancia-se da ideia de transmissão de conhecimentos, de imposição de valores e diferencia-se daquela concepção por meio da qual o conhecimento é entendido como algo pronto e acabado, permanentemente válido, universal e incontestável.

Por sua vez, a prática pedagógica, compreendida como uma dimensão da prática social mais ampla, ganha materialidade ao se tornar reflexiva e tem na pesquisa a concretização da relação entre teoria e prática que deve compor os processos de ensino e de aprendizagem, caracterizados na ação docente e discente.

Por outro lado, a extensão constitui uma forma de interação e socialização de conhecimentos entre a universidade e a comunidade na qual se insere. Representa uma etapa do processo de construção e disseminação de saberes que complementa juntamente com a pesquisa e o ensino, a tríade definida como função prioritária da universidade. Trata-se de um processo de troca, em que a universidade aprende sobre os valores e a(s) cultura(s) da comunidade, devendo, por conseguinte, planejar e executar as atividades de extensão com o objetivo de dialogar com a sociedade da qual emergem as problemáticas sobre as quais as pesquisas se debruçam, visando encontrar respostas aos problemas formulados na e pela sociedade. Nesse sentido, compreende-se a pesquisa como prática teórica que vincula pensamento e ação, e que emerge de um problema gerado da vida prática. Trata-se de uma atividade intencional que investiga o mundo e a experiência ó passada e atual ó da humanidade, com vistas a solucionar problemas e intervir na realidade. De igual modo, a pesquisa e a extensão (re)alimentam a atividade de ensino, colocando-a em atualidade frente à realidade cotidiana do mundo.

Deste modo, o entendimento na/da UFPE é que a produção acadêmica dos/as estudantes deve ser incentivada, promovendo-se ao máximo a sua participação nos projetos de iniciação científica, em congressos, seminários, encontros de pesquisas, e demais atividades acadêmicas nas quais possam estar vivenciando o movimento de articulação entre os conhecimentos científicos historicamente acumulados e a dinâmica e complexidade da realidade cotidiana. Com isso a Universidade alinha-se à estratégia do PNE de ôfomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação

entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Paísö. (BRASIL, 2014)⁶.

Políticas de Gestão do Ensino

A Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROACAD) é a instância responsável pelos assuntos referentes ao ensino de graduação da Universidade Federal de Pernambuco, tendo como responsabilidade garantir a qualidade dos cursos de graduação oferecidos pela instituição e reafirmar seu compromisso social, articulando o ensino com as áreas de pesquisa e de extensão.

Compete à Pró-Reitoria a coordenação das políticas de ensino e da docência nos cursos de graduação, visando à sua qualificação e o controle acadêmico dos estudantes no que diz respeito aos aspectos legais e à documentação, além de gerenciar os programas e ações de assistência e permanência estudantil, a coordenação de apoio acadêmico e a coordenação da Divisão do Corpo Discente.

A PROACAD atua em conjunto com a Câmara de Graduação e de Admissão e Ensino Básico (CGAEB), os Colegiados dos Cursos de Graduação, as Câmaras de Graduação dos Centros Acadêmicos, além de Comissões de Trabalho em temas específicos. A PROACAD tem assento no Conselho Coordenador de Ensino Pesquisa e Extensão (CCEPE) e no Conselho Universitário.

Sua estrutura organizacional comporta três diretorias: a Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA), a Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE) e a Diretoria de Informação Gerencial e Infraestrutura Acadêmica (DIGI).

A Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA) está organizada com quatro coordenações: a Coordenação de Apoio Acadêmico, a Coordenação de Formação para o Trabalho, a Coordenação Geral de Estágios e a Coordenação da Divisão de Corpo Discente, que compreende o Núcleo de Informatização do Corpo Discente, a Divisão de Registro de Diplomas, a Seção de Análise de Diplomas e a Seção de Registro Escolar.

A Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE) organiza-se com três coordenações: a Coordenação de Acompanhamento das Atividades Docentes e Inovação Pedagógica, a Coordenação de Avaliação dos Cursos de Graduação e a Coordenação Geral dos Cursos de Graduação que compreende a Divisão de Currículos e Programas e a Divisão de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino.

A Coordenação de Acompanhamento das Atividades Docentes e Inovação Pedagógica tem como atribuições acompanhar os processos relacionados aos docentes da Universidade, bem como as solicitações de aulas de campo e estágio docência no que diz respeito à sua influência na graduação. Um importante foco desta coordenação é procurar estimular o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras nos cursos de graduação através de editais para melhorias dos cursos de graduação, promoção de eventos para socialização de práticas inovadoras e a promoção de formação docente com esta finalidade.

A Coordenação de Avaliação de Cursos de Graduação desenvolve atribuições relativas ao processo de avaliação institucional que compreende a autoavaliação docente e discente, a avaliação do docente pelo discente e a avaliação das demais condições de ensino na UFPE. Desenvolve procedimentos no sentido de propor

instrumentos avaliativos e estratégias de enfrentamento a dificuldades emergentes do processo de ensino, analisar dados resultantes da avaliação e encaminhar relatório à coordenação dos cursos sobre os resultados dos processos avaliativos.

No âmbito da avaliação de cursos, a Coordenação de Avaliação acompanha os procedimentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) aos quais os cursos superiores estão submetidos. Para isso, atua no apoio aos coordenadores e ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos, no sentido de orientar o recebimento das comissões do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsáveis pelas visitas in loco visando o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos. A Coordenação trabalha no sentido de acompanhar mudanças, atualizações e ajustes feitos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), dos vários Centros Acadêmicos. Acompanha os trabalhos das comissões do INEP responsáveis pela avaliação in loco através da realização de reuniões com os cursos, recepção à comissão, acompanhamento dos resultados da avaliação, leitura dos relatórios das referidas comissões e respostas às diligências do MEC; Atua também na interlocução com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) nas questões relativas à avaliação dos cursos e à participação nas simulações de avaliação.

A Coordenação Geral dos Cursos de Graduação objetiva fixar diretrizes gerais para elaboração e reformulação dos projetos pedagógicos e currículos dos cursos de graduação, atendendo às exigências sociais postas aos cursos pelo mundo do trabalho e de cumprimento aos dispositivos legais regulamentadores das diversas formações profissionais. Tem como algumas das principais atribuições, orientar os cursos na elaboração e reformulação de seus Projetos Pedagógicos de Cursos; analisar, assessorar e acompanhar a realização de reformas parciais e integrais dos currículos dos cursos de graduação, devendo estar articulada à Divisão de Currículos e Programas; estabelecer diálogo frequente com os coordenadores e com o núcleo docente estruturante - NDE dos cursos, com intuito de acompanhar mudanças, atualizações e ajustes feitos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC); orientar docentes e técnicos quanto aos procedimentos legais para implantação de componentes curriculares dos cursos.

Por meio das suas Diretorias e da articulação entre as mesmas e entre suas coordenações, a PROACAD vem perseguindo os objetivos de coordenar a política de ensino da graduação, promover o controle acadêmico dos estudantes e coordenar a qualificação dos cursos de graduação da UFPE.

Análise Situacional

Formação Acadêmica

Ensino de Graduação

A definição da política do ensino de graduação da UFPE é discutida na Câmara de Graduação, colegiado ligado ao Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE), órgãos consultivos e deliberativos. A Câmara é constituída pelo presidente, que é o Pró-reitor de Assuntos Acadêmicos (PROACAD), e representantes dos Centros Acadêmicos da Universidade.

A concepção de currículo da UFPE define que a estrutura curricular de cada curso deva ser elaborada a partir do seu próprio Projeto Pedagógico (PPC), o qual deve atender aos princípios delineados no Projeto Pedagógico Institucional e às Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, quando existirem.

A atividade de estágio na UFPE não tem carga horária prévia definida, ficando isto a cargo dos colegiados e das diretrizes curriculares de cada curso. Mas, o desenvolvimento da atividade pelo aluno, na UFPE, ou em qualquer instituição privada ou pública, encontra-se plenamente regulamentada pela Resolução 02/1985 do CCEPE. Esta regulamentação já cumpria às exigências da nova lei de estágio do governo federal.

Evolução recente do ensino de graduação na UFPE

O número de cursos de graduação ofertados pela UFPE cresceu de forma mais acentuada durante a década de 1990, quando passou de 46 para 62 cursos, permanecendo com este número até seu o processo de interiorização, iniciado no ano de 2006, com a criação dos campi de Caruaru e Vitória de Santo Antão. Neste momento a UFPE ampliou a sua oferta de cursos para 70, expandindo o número de matrículas de 24.111 para 25.947

O ensino de graduação na UFPE tem se expandido de forma bastante relevante no período 2009 a 2013. Esta expansão deve-se ao processo de interiorização e à realização das metas do Projeto REUNI. Houve um aumento de 15,3% no número de cursos e de 11,7% na quantidade de vagas disponibilizadas no vestibular, conforme mostrado na Tabela 4. Vale a pena destacar que dos 98 cursos ofertados no ano 2013, 25,5% são cursos de licenciatura.

Tabela 4 Vagas e cursos ofertados pela UFPE nos vestibulares 2009-2013

Campus	2009		2010		2011		2012		2013	
	Vagas	Cursos								
Recife	5.006	72	5.337	79	5.460	80	5.542	82	5566	83

<i>Caruaru</i>	900	10	900	10	900	10	900	10	880	9
<i>Vitória</i>	250	3	280	4	340	5	370	5	430	6
Total	6.156	85	6.517	93	6.700	95	6.812	97	6876	98

Fonte: Elaborada a partir dos relatórios gerenciais do SIG@

Analisando a oferta de vagas no ano 2013 por campi e turno, os dados da Tabela 5 revelam que 30,3% das vagas são ofertadas por toda UFPE exclusivamente no turno noturno, sendo este percentual bem mais elevado no Campus de Caruaru (65,2%).

Tabela 5 - Vagas ofertadas pela UFPE no Vestibular 2013 por Campus e turno

<i>Campus</i>	<i>Diurno</i>		<i>Diurno/Noturno</i>		<i>Noturno</i>		<i>Total</i>	
	<i>Quant</i>	<i>%</i>	<i>Quant</i>	<i>%</i>	<i>Quant</i>	<i>%</i>	<i>Quant</i>	<i>%</i>
<i>Recife</i>	4001	72,0	210	3,8	1345	24,2	5556	100,0
<i>Caruaru</i>	320	34,8	-	-	600	65,2	920	100,0
<i>Vitória</i>	280	65,1	-	-	150	34,9	430	100,0
Total	4601	66,6	210	3,0	2095	30,3	6906	100,0

A expansão da oferta de cursos de graduação presencial na UFPE no período 2009-2013, e a comparação com o planejado, resultou no seguinte:

a) Cursos previstos (PDI 2009-2013) e criados no período 2009-2013: 26 cursos previstos e 20 criados;

b) Seis cursos previstos e não criados no período 2009-2013:

CAA: - Medicina, Musica, Artes Cênicas

CAV: - Biomedicina, Psicologia, Serviço social

A opção por não criar esses cursos no período 2009-2013 se deve ao fato de se ter optado por consolidar os cursos existentes antes de criar novos cursos.

c) Três cursos criados e não previstos no período 2009-2013:

- Educação Física ó Bacharelado - Recife. Criado para atender a demanda de mercado por bacharéis em Recife já que o curso existente em Recife era de Licenciatura.

- Cursos de Engenharia Naval e de Engenharia de Controle e Automação, em Recife.

A importância da abertura desses cursos na região se deve ao fato da Região Metropolitana de Recife, onde está situada a UFPE, possuir um enorme potencial industrial que após anos de crise econômica, apresenta um crescimento sólido no presente e a tendência de despontar como uma zona industrial das mais importantes do país em horizonte próximo. Entre as principais instalações industriais, podem-se citar

grandes empreendimentos tanto na região portuária de SUAPE, como no interior do estado com fortes indústrias nas mais variadas áreas ocorridas nos últimos cinco anos.

O projeto de implantação desses cursos na região considerou o atendimento à demanda educacional, o desenvolvimento da competitividade industrial das empresas com o desenvolvimento de políticas públicas orientadas para as áreas mais carentes e, ainda, com práticas de preservação ambiental e programas voltados para o desenvolvimento urbano e industrial sustentado.

Avaliação dos Cursos de Graduação na UFPE

As avaliações realizadas no âmbito do MEC, primeiro com o provão, entre 1998 e 2003, e depois com o ENADE, entre 2004 e 2012 foram sempre positivas para a UFPE.

A Tabela 6 apresenta a quantidades de cursos da UFPE participantes do ENADE, classificados de acordo com as faixas do cpc (conceito preliminar de cursos) durante os anos de 2005 a 2012, por triênio. Podemos verificar que no triênio de 2006-2008 os cursos tiveram um melhor desempenho, de modo que o número de cursos sem conceito foi o menor, e a porcentagem de cursos com conceito 5 foi a maior. O resultado da avaliação de 2013 ainda não foi divulgado.

Tabela 6 ó Número de cursos avaliados segundo a faixa do CPC para o período 2005-2012

Conceito CPC	2005-2007		2006-2008		2007-2009		2008-2010		2009-2011		2010-2012	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	1	2,5	3	6,8	4	9,3	4	9,1	6	11,1	6	10,5
3	16	40,0	14	31,8	14	32,6	11	25,0	22	40,7	21	36,8
4	21	52,5	24	54,5	23	53,5	27	61,4	23	42,6	26	45,6
5	2	5,0	3	6,8	2	4,7	2	4,5	3	5,6	4	7,0
Sem Conceito	6	-	4	-	8	-	6	-	7	-		-
Total	46	100	48	100	51	100	50	100	61	100	57	100

Os 98 cursos presenciais de graduação ofertados pela UFPE em 2013 e a situação de regulação junto ao INEP encontra-se discriminado no Anexo I, de onde é possível identificar que: os cursos ainda sem avaliação são cursos novos que ainda irão receber visita do INEP para reconhecimento de curso, apenas um curso de licenciatura em história encontra-se sem conceito, 10,2% com nível 5, 40,82% com

nível 4, 32,61% com nível 3 e 5,1% com nível 2. O número de cursos ainda não avaliados ou sem conceito como o de história soma 11,21%. Vale a pena ressaltar que o conceito "cc" (conceito de curso) é atribuído por uma comissão do INEP após uma visita de avaliação, e o "cpc" pressupõe a realização do ENADE.

Ensino de Pós-graduação

Como órgão ligado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Câmara de Pesquisa e Pós-graduação define a política de pós-graduação na UFPE, e cabe ao Pró-Reitor da Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESQ), que preside as reuniões desta Câmara, a implementação da política.

Evolução recente do ensino de pós-graduação na UFPE

O ensino da pós-graduação (*stricto sensu*) na UFPE teve início em 1967 com a implantação de quatro cursos de Mestrado (Economia, Sociologia, Matemática e Bioquímica). O crescimento do sistema ocorreu, inicialmente, devido ao aumento do número de Mestrados e, a partir de 1990, pela implantação de doutorados em todas as áreas do conhecimento.

Desde então, e até 2013, em resposta à demanda da sociedade e ao estímulo da CAPES, tiveram início diversos mestrados profissionais (10), sessenta e nove mestrados acadêmicos e cinquenta e um doutorados. No ano de 2013, o número de alunos no mestrado (profissional e acadêmico) foi de 4.320 estudantes, enquanto o doutorado chegou a 3.265 alunos. Nos últimos 5 anos, o número de alunos da pós-graduação aumentou 54%. As Tabelas 7 e 8 ilustram os dados de cursos e alunos da pós-graduação no período 2009 à 2013.

Tabela 7 - Número de cursos de pós-graduação na UFPE ó 2009 a 2013

Curso	2009	2010	2011	2012	2013
<i>Mestrado acadêmico</i>	57	61	63	65	69
<i>Mestrado profissional</i>	5	5	6	7	10
<i>Doutorado</i>	44	46	46	48	51

Fonte ó PROPESQ/UFPE

Tabela 8- Número de alunos matriculados nos cursos de pós-graduação da UFPE 2009 a 2013

Curso	2009	2010	2011	2012	2013
<i>Mestrado acadêmico</i>	3449	3653	4005	3995	3935
<i>Mestrado profissional</i>	395	324	355	384	385

<i>Doutorado</i>	2046	2345	2635	2930	3265
<i>Total</i>	5890	6322	6995	7309	7585

Fonte ó PROPESQ/UFPE

Os programas de pós-graduação no Brasil são avaliados sistematicamente pela CAPES. Os resultados das últimas avaliações trienais dos programas da UFPE desde 2007 encontram-se ilustrados na Tabela 9 de onde vale a pena destacar que, na última avaliação (2010/2012), a UFPE que tinha 69 programas de pós-graduação passou a contar com 8 (12%) dos programas no nível 6. Em termos médios os programas de pós-graduação da UFPE tem conceito em torno de 4,2 nos últimos três triênios.

Tabela 9 - Resultado das avaliações trienais da CAPES dos programas de pós-graduação da UFPE, 2009/2012

<i>conceitos</i>	<i>Triênios avaliados</i>	
	<i>2007/2009</i>	<i>2010/2012</i>
2	1 (2%)	2 (3%)
3	14 (22%)	16 (23%)
4	23 (36%)	24 (35%)
5	23 (36%)	19 (28%)
6	2 (3%)	8 (12%)
7	1 (2%)	0(0%)
<i>Total</i>	64 (100%)	69 (100%)
<i>Média dos conceitos</i>	4,21	4,27

Em relação ao quantitativo de bolsas de pós-graduação para alunos de mestrado (ME) e doutorado (DO), os dados apresentados na Tabela 10 mostram que a UFPE oferece bolsas juntamente com mais três agências de fomento: CAPES, CNPq e SESu. O total de alunos beneficiados é de 900 (novecentos) mestrandos e 700 (setecentos) doutorandos.

Tabela 10 - Bolsas da Pós-Graduação da UFPE- 2013

<i>Bolsa</i>	<i>Agência</i>	<i>Descrição</i>	<i>Nº de bolsas</i>	
			<i>ME</i>	<i>DO</i>
<i>Demanda Social</i>	<i>CAPES</i>	<i>Bolsa para alunos de mestrado ou doutorado na UFPE</i>	838	660
<i>REUNI</i>	<i>CAPES</i>	<i>Estágio de doutorando no exterior (sanduiche)</i>	0	51

<i>PDSE</i>	<i>SESu</i>	<i>Bolsa para alunos de mestrado ou doutorado na UFPE com atuação do pós-graduando em curso de graduação</i>	40	24
<i>PEC-PG</i>	<i>CAPES/CNPq</i>	<i>Bolsa convênio para estrangeiro de países em desenvolvimento que venham a cursar mestrado ou doutorado na UFPE</i>	5	5
<i>PROPESQ</i>	<i>UFPE</i>	<i>Bolsa para alunos de mestrado ou doutorado na UFPE</i>	17	11
TOTAL			900	700

Fonte: PROPESQ

Por outro lado, a UFPE também oferece a Pós-Graduação Lato Sensu, com Cursos de Especialização e Programas de Residência. Em 2013 foram realizados 54 cursos, dos quais 11 eram primeiras edições, com um total de 3245 alunos matriculados em especialização. A distribuição pelos diversos Centros Acadêmicos, encontra-se discriminada na Tabela 11.

Tabela 11 - Oferta de Cursos de especialização na UFPE, por Centro- 2013

Centro	Quantidade de Cursos
<i>Centro de Artes e Comunicação</i>	05
<i>Centro Acadêmico de Vitória</i>	01
<i>Centro de Ciências Biológicas</i>	03
<i>Centro de Ciências Jurídicas</i>	05
<i>Centro de Ciências da Saúde</i>	07
<i>Centro de Ciências Sociais Aplicadas</i>	14
<i>Centro de Educação</i>	03
<i>Centro de Filosofia e Ciências Humanas</i>	01
<i>Centro de Informática</i>	01
<i>Centro de Tecnologia e Geociências</i>	14
Total	54

No que se refere ao ensino à distância, nos últimos anos, a UFPE vem ampliando a sua oferta de vagas. Em 2013, foram matriculados 1.169 alunos nos 03 cursos de especialização à distância oferecidos.

Um desses cursos à distância ofertados é o curso de Especialização Didático-Pedagógica para Educação em Enfermagem que contribui para expansão da troca de saberes e para qualificação de profissionais de enfermagem na atuação de trabalhos exigidos por programas e projetos do Sistema Único de Saúde - SUS, sobretudo no que diz respeito às funções educativas em saúde.

No que se refere à residência, em 2013 a UFPE teve 393 residentes matriculados nos 11 Programas de Residência oferecidos, conforme detalhado na Tabela 12.

Tabela 12 - Programas de residências oferecidos pela UFPE em 2013

Programa	Residentes
<i>Residência Médica nas especialidades: Acupuntura, Anestesiologia, Cardiologia, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Geral, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Vascular, Clínica Médica, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Infectologia, Medicina de Família e Comunidade, Nefrologia, Neurologia, Obstetrícia e Ginecologia, Oftalmologia, Ortopedia e Traumatologia, Otorrinolaringologia, Patologia, Pediatria, Psiquiatria, Radiologia, Reumatologia, Urologia.</i>	215
<i>Residência Multiprofissional em Saúde da Família</i>	25
<i>Residência Multiprofissional Integrada em Saúde do Hospital das Clínicas</i>	28
<i>Residência Multiprofissional de Interiorização de Atenção à Saúde do Hospital Dom Moura-Garanhuns</i>	30
<i>Residência Multiprofissional de Interiorização de Atenção à Saúde-Vitória</i>	25
<i>Residência em Enfermagem do Hospital das Clínicas</i>	23
<i>Residência em Enfermagem do Hospital Barão de Lucena</i>	11
<i>Residência em Enfermagem do Hospital Getúlio Vargas</i>	10
<i>Residência em Nutrição do Hospital das Clínicas</i>	18
<i>Residência em Nutrição do Hospital Barão de Lucena</i>	04
<i>Residência em Nutrição do Hospital dos Servidores do Estado</i>	04
Total	393

Outra ação está relacionada a UNA-SUS que visa desempenhar ações educacionais no âmbito da UFPE sob a supervisão da Secretaria Executiva da UNA-SUS. Nesse contexto existe o termo de cooperação (TC 60/2013) com o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES), ligado à Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES). Atualmente, as políticas de provimento que possuem como eixos estruturantes a formação em serviço estão concentradas no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) e o Projeto Mais Médicos para o Brasil.

*Estão previstas ações de aperfeiçoamento para os profissionais participantes com a oferta de curso do I Curso de Pós-Graduação Lato Sensu intitulado, *õ*Multiprofissional em Saúde das Famílias e das Comunidadesõ, presencial ou a distância, aprovado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ). São previstas um quantitativo de 2.000 vagas para os envolvidos no Projeto Mais Médicos (Tabela 13). O curso tem abrangência nos estados da Paraíba e Pernambuco, com um termo de cooperação no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove bilhões de reais). A duração dessa cooperação está prevista para 36 (trinta e seis) meses, no período de novembro de 2013 a outubro de 2016.*

Tabela 13- Curso de Especialização ó Vagas já ocupadas no Programa Mais Médicos

<i>Descrição</i>	<i>Quantitativo de Médicos</i>	<i>Início</i>	<i>Término</i>
<i>1ª Turma</i>	<i>335</i>	<i>nov/13</i>	<i>out/14</i>
<i>2ª Turma</i>	<i>263</i>	<i>mar/14</i>	<i>fev/15</i>
<i>3ª Turma</i>	<i>90</i>	<i>mar/14</i>	<i>fev/15</i>

Fonte: Coordenação do UNA-SUS UFPE

Os demais cursos complementares, que farão parte do portfólio para a Educação continuada, ainda estão em definição junto à Secretaria Executiva do UNA-SUS e Ministério da Saúde, destinadas aos profissionais selecionados pelas políticas de provimento e fixação de profissionais, que tenham sido admitidos como trabalhadores-estudantes bolsistas do Ministério da Saúde (Lei 11.129/2005, Portaria 754/2012 do Ministério da Saúde, Medida Provisória 621/2013 e Portaria Interministerial 1.369/2013).

5.1.3- Educação Midiática

De acordo com dados extraídos do Sistema UAB, desde 2013 funcionam os cursos de:

*É*Graduação Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa;

*É*Graduação Licenciatura em Letras - Língua Espanhola;

*É*Graduação Licenciatura em Matemática;

*É*Graduação Bacharelado em Ciências Contábeis.

*É*3 cursos de Especialização

Além da reoferta dos cursos graduação acima listados foi aprovado, no âmbito da Diretoria de Educação a Distância (DED) da CAPES, em 2014, o curso de Licenciatura em Geografia.

Para gerir a Educação Midiática existe na UFPE uma Coordenação da UAB/UFPE e Conecte que comporta, em sua estrutura organizacional, uma Equipe Técnica Multidisciplinar, formada por diferentes áreas do conhecimento, com ampla experiência na formação de pessoal para atuação em EAD.

Neste sentido a atual coordenação reestruturou a equipe criando 4 (quatro) coordenações, a saber:

*É*Coordenação Pedagógica - com atribuição de orientar os coordenadores de curso na elaboração e atualização de seus projetos pedagógicos;

É *Coordenação Financeira - com a atribuição de manter os relatórios e controles internos atualizados e, atualizar os gestores com relação a utilização de recursos públicos e prestação de contas;*

É *Coordenação de Tecnologia da Informação - com a atribuição de suporte técnico aos Ambientes de Virtuais de Aprendizagem (AVAs) e, atualizar gestores e professores nas tecnologias educacionais, e;*

É *Coordenação de Materiais Didáticos e Comunicação - com a atribuição de elaborar materiais didáticos (principais ou complementares) para os cursos e gerir toda e qualquer forma de comunicação necessária ao andamento dos projetos.*

Espera-se que, com esta nova estrutura organizacional, as metas programadas sejam atingidas e seja intensificada a melhoria contínua na qualidade da gestão da educação superior brasileira.

Pesquisa, Inovação e Extensão

Pesquisa e Inovação

A política de Pesquisa e Inovação na UFPE está sob a coordenação da pró-reitoria de pesquisa e pós graduação. Para se ter uma ideia da produção científica nos últimos anos foi considerada a base de dados da Web of Knowledge de onde foram extraídos da ferramenta Web of Science, os artigos publicados pelos professores da UFPE no período de 2007 a 2012, considerando a quantidade de artigos e de citações, bem como o valor do índice h, com busca efetuada em janeiro de 2014. É possível constatar com os dados da Tabela 14, o aumento de 64,8% de artigos publicados no período 2007/2012, por outro lado a diminuição do índice h e das citações esperada visto que os artigos mais antigos são de fato mais conhecidos do que os mais recentes.

Tabela 14 - Publicações, Citações e Índice h

<i>Ano</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
<i>Publicações</i>	708	812	990	996	1104	1167
<i>Citações</i>	5451	4566	3973	3606	2585	1176
<i>Índice h</i>	31	27	26	24	17	10

5.2.1.1 Política de Incentivo à Pesquisa

A política definida para a pesquisa nos últimos cinco anos na UFPE tem sido a publicação de editais, disponibilizados na página da PROPESQ (www.propesq.ufpe.br). A depender do tipo de Edital, este pode ser dirigido aos

Programas de Pós-Graduação (PPGs), aos pesquisadores da UFPE, ou aos alunos regularmente matriculados em programas de Graduação e de Pós-graduação.

Através dos Editais, a UFPE tem definido apoio a:

- a) Desenvolvimento de projetos de pesquisa;*
- b) Publicação de teses e dissertações produzidas em programas da UFPE;*
- c) Publicação de periódicos científicos já existentes com periodicidade regular;*
- d) Participação de pesquisadores, com trabalhos aprovados, em eventos;*
- e) Realização de eventos científicos na UFPE;*
- f) Realização de excursões didáticas;*
- g) Novos grupos de pesquisa;*
- h) Apoio a laboratórios multiusuários;*
- i) Bolsa de iniciação científica institucional, além do apoio logístico para as bolsas do CNPq.*

Os Editais estão em constante aprimoramento, buscando atender a um maior número de postulantes, a promover o desenvolvimento científico e social da instituição, e a premiar o mérito acadêmico. No que se refere ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, atenção especial e dada a consonância com os objetivos e missão institucionais; a promoção da integração com as atividades de ensino e extensão; e ainda que tenham impacto regional relevante.

Na atual gestão foram lançados quatro novos editais como parte das estratégias da gestão da pesquisa, pós-graduação e inovação na UFPE. Dois deles com o intuito de dar visibilidade, em nível internacional, às publicações dos professores da instituição: o de Tradução de Manuscritos e o de Custeio de Publicação. O primeiro oferece apoio para pesquisadores da Universidade revisarem ou traduzirem seus trabalhos para a língua inglesa; o segundo se destina ao pagamento de custos de publicação de artigos. Ambos são voltados, exclusivamente, para trabalhos submetidos em periódicos classificados como A1, A2 ou B1 pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Todas as solicitações que corresponderam aos critérios estabelecidos pelas chamadas foram atendidas. Os pesquisadores têm recebido apoio para darem visibilidade a sua produção científica e ampliarem publicações em periódicos internacionais. Pesquisadores de outros países com atuações relevantes em suas áreas de conhecimento também são apoiados. Nesse sentido, sete professores estrangeiros foram selecionados como professores visitantes.

A PROPESQ, em parceria com a CAPES, também foi responsável pela organização, em setembro de 2013 de um workshop com editores-chefes da Wiley Online Library, especialistas em estratégias para publicação de artigos em periódicos científicos internacionais.

Paralelamente, também foi lançado o Edital de Apoio à Inovação para estimular os pedidos de patentes e permitir que pesquisas da UFPE com potencial para patenteamento possam contar com recursos mínimos para sua conclusão.

A *PROPEAQ* também estimulou a melhoria da infraestrutura de salas e secretarias dos programas de pós-graduação através do edital de apoio à infraestrutura dos programas de pós-graduação. Essa iniciativa tem relevância num contexto de grande ampliação dos cursos de pós-graduação da Universidade, que, só nos últimos dois anos, ganhou 10 (dez) novos mestrados ó sendo 6 (seis) acadêmicos e 4 (quatro) profissionais, 2 (dois) deles nos campi do interior.

Os investimentos em pesquisa se refletiram também no apoio à graduação, com o aumento da contrapartida da UFPE na cota de bolsas para alunos vinculados ao Programa de Iniciação Científica da UFPE (PIBIC). O total de bolsas originadas dos recursos do orçamento da Universidade cresceu 100%, nos últimos dois anos passando de 90 (noventa) bolsas em 2011 para 180 (cento e oitenta) bolsas em 2013.

Destaca-se a participação da UFPE no Programa Jovens Talentos para a Ciência da CAPES com a aprovação de 643 (seiscentos e quarenta e três) alunos em 2013.

Quanto aos grupos de pesquisa do CNPq os dados apresentados na Tabela 15 indicam um crescimento significativo da quantidade de grupos e de pesquisadores nos últimos anos.

Tabela 15: Evolução do número de grupos de pesquisa e de pesquisadores

variáveis	2006	2008	2010
Número de grupos	387	464	523
Número de pesquisadores	1997	2339	2886
Número de doutores	1551	1816	2212

Articulação da Pesquisa com as Demais Atividades Acadêmicas

Através de ações de pesquisa, empreendedorismo e inovação visa-se implantar atividades didático pedagógicas para estimularem o desenvolvimento de projetos que tenham aplicação imediata a partir da discussão multi e interdisciplinar. Esses estímulos devem ocorrer através da articulação de vários centros e cursos de graduação apoiados por programas de pós-graduação onde sejam incentivados desenvolvimento de ideias e suas transformações em projetos para aplicação visando gerar soluções com aplicações imediatas na sociedade. Essas atividades pretendem induzir o surgimento de empresas startup a serem incubadas e contando com o apoio das empresas juniores na fase de prospecção de mercado e suas tendências.

Propriedade Intelectual

Como forma de apoio à proteção de sua propriedade intelectual, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) criou resoluções, dentre as quais a Resolução nº 02/2003, que estabelece a política de gestão tecnológica dentro da Universidade, e a

Resolução nº 10/2014, que estabelece normas para concessão de auxílio financeiro a pesquisador através de editais, visando apoiar o desenvolvimento da pesquisa e inovação.

Além destas, a UFPE respeita as demais fundamentações legais pertinentes, especialmente a Lei de propriedade industrial (Lei nº 9.279/96), Lei federal de incentivo à Inovação (nº 10.973/04) e Lei de direitos autorais (Lei nº 9.610/98), bem como as Instruções Normativas do INPI.

A UFPE criou a Diretoria de Inovação e Empreendedorismo (DINE), ligada à Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ), para desenvolver na instituição as condições necessárias à geração de ações que favoreçam uma maior integração da academia com o setor produtivo. Sua Missão é promover a convergência entre as competências tecnológicas da UFPE e as demandas da sociedade, gerando parcerias e interações baseadas na confiança e comprometidas com a contínua produção e disseminação de conhecimento voltado para o progresso social.

A DINE na UFPE é um reconhecido agente de desenvolvimento regional, contribuindo para a implementação de inovações tecnológicas junto ao setor produtivo voltadas para a melhoria da qualidade de vida, por meio da interação entre a universidade e a sociedade, tendo ainda como valores a difusão da cultura inovadora; conversão do conhecimento produzido na UFPE em benefício da Instituição e do conjunto da sociedade; compromisso com o desenvolvimento regional; apoio ao desenvolvimento de iniciativas inovadoras capazes de produzir riqueza em bases progressistas e sustentáveis.

Para melhor atender a comunidade de inventores, foram firmadas parcerias com Escritórios de Busca por Anterioridade, Análise de Patenteabilidade e Redação de Pedidos de Patente. Sendo assim, nossos inventores atualmente dispõem de uma ferramenta adicional para apoiar e viabilizar seus pedidos de proteção.

Quanto ao portfólio de pedidos de proteção, a UFPE possui 131 pedidos depositados junto ao INPI, sendo 1 Certificado de Adição, 5 Modelos de Utilidade, 4 Marcas, 8 Programas de Computador e 113 Patentes de Invenção. Estes números qualificam a DINE como o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) com maior quantidade de pedidos depositados no Norte/Nordeste do Brasil. De acordo com o planejamento estratégico da atual gestão, existe uma diretriz imediata de alcançar o depósito de 200 pedidos de proteção nos próximos meses.

Evolução recente das atividades de extensão na UFPE

A PROEXT ó Pró-reitoria de Extensão apoia as ações contempladas em seus editais internos que podem ser eventuais ou em fluxo contínuo. As ações submetidas a editais com recursos financeiros envolvidos são avaliadas, em primeiro momento, pela coordenação setorial do centro acadêmico ao qual pertença o coordenador da ação.

Em seguida, uma vez aprovada, o gestor da PROEXT responsável pelo edital encaminha a ação para avaliação por pares. Pelo menos dois pareceristas avaliam cada ação. Quando se trata de ação submetida a edital de fluxo contínuo, sem recursos financeiros envolvidos, se houver solicitação de apoio do coordenador à PROEXT, o Núcleo Gestor, a Câmara de Extensão, ou o próprio Pró-Reitor, poderão decidir pelo apoio ou não, considerando a disponibilidade de recursos da PROEXT e o atendimento às diretrizes e os critérios gerais adotados pela PROEXT.

Os dados apresentados na Tabela 16 revelam o aumento significativo das atividades de extensão no período 2009/2013 destacando-se: o aumento do público atendido por projetos e do público participante de cursos e eventos atingidos.

Tabela 16: Quantidade das ações de extensão da UFPE, 2009-2013

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013
<i>Projetos Registrados</i>	178	186	233	260	307
<i>Bolsas Concedidas</i>	340	393	414	182	348
<i>Certificados Emitidos</i>	15.909	18.787	9.345	27.053	21.367
<i>Eventos Apoiados</i>	47	161	149	120	117
<i>Peças Gráficas Concedidas</i>	159.553	125.799	21.512	60.716	37.381
<i>Parcerias</i>	192	307	307	381	324
<i>Pessoas Capacitadas - curso</i>	11.882	15.178	19.113	5.436	7.491
<i>Público Atendido</i>	407.160	441.019	287.320	336.090	574.423
<i>Docentes Envolvidos</i>	918	1.566	1.281	966	1.292
<i>Discentes Envolvidos</i>	1.771	8.516	6.012	1.875	1.894
<i>Técnicos Envolvidos</i>	200	325	154	135	289
<i>Cursos Realizados</i>	291	547	85	78	145
<i>Eventos Promovidos</i>	85	53	13	120	120
<i>Programas de Rádio Produzidos</i>	52	30	-	-	92
<i>Municípios Atendidos</i>	192	71	125	386	374
<i>Prestação de Serviços (registro)</i>	08	17	04	09	06
<i>Público Participante (Cursos e Eventos)</i>	42.586	72.516	58.517	45.379	146.267
<i>Livros publicados</i>	0	9	21	15	49
<i>Programas registrados</i>	14	17	17	28	22

Fonte: Elaborada a partir de dados da PROEXT.

Em 2013, a UFPE ofereceu 2 (dois) cursos de extensão de 30 h e 5 (cinco) cursos de extensão com mais de 30h na modalidade de educação à distância (Tabela 17).

Tabela 17 Cursos de Extensão em EAD realizados em 2013

Áreas Temáticas	Total		Concluintes	Ministrantes		
	Cursos	Carga Horária		Da própria IES (UFPE)		
				Docentes	Técnicos	Estudantes
<i>Até 30h</i>						
<i>1. Educação/ Ergonomia</i>	1	30	42	1	0	0
<i>2. Trabalho</i>	1	30	160	1	1	0
<i>Subtotal</i>	2	60	202	2	1	0
<i>acima de 30h</i>						
<i>1. Educação</i>	4	830	1.376	15	2	0
<i>2. Tecnologia e Produção</i>	1	240	200	5	5	1
<i>Subtotal</i>	5	1.070	1.576	20	7	1
Total	7	1.130	1.778	22	8	1

Fonte: UFPE, PROEXT/SIGPROJ

O monitoramento e avaliação das ações de extensão é feito com apoio do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj), uma ferramenta do Ministério da Educação. A avaliação é realizada por meio de indicadores construídos a partir da experiência em extensão das universidades públicas brasileiras e consensuadas no Fórum de Pró-Reitorias de Extensão das Instituições Públicas da Educação Superior Brasileira (FORPROEX).

A aprovação de ações extensionistas é feita pelas Coordenações Setoriais de Extensão, distribuídas por cada centro acadêmico. Na UFPE são 12 (doze) coordenações Setoriais.

Internacionalização

Evolução recente das atividades de internacionalização na UFPE

A Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) é a instância responsável pelo intercâmbio da UFPE com instituições de ensino superior de diversos países. Ela possibilita aos estudantes e professores pernambucanos a troca de conhecimentos e experiências acadêmicas com discentes e docentes de todas as partes do mundo. Criada em 1998 a então chamada

Coordenação de Cooperação Internacional (CCI) foi idealizada a partir de sugestões levantadas após a realização de duas avaliações externas à universidade, realizadas pelo Conselho de Reitores Europeus e pela Middle States Association (EUA). Inicialmente funcionando no Núcleo de Hotelaria e Turismo, a DRI logo foi transferida para o prédio da Reitoria, ligada diretamente ao Gabinete do Reitor, onde funciona até hoje, não mais como uma coordenação mas como diretoria.

A política de intercâmbio e cooperação do conhecimento na UFPE tem sido trabalhada de forma transversal nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os editais de apoio de cada uma destas áreas têm, prioritariamente, estimulados projetos desenvolvidos com ações de intercâmbio e cooperação do conhecimento.

O trabalho dessa Diretoria consiste na orientação de alunos e professores que realizam intercâmbios para realizar pesquisas ou estudos no exterior, na elaboração de acordos internacionais e na recepção de estudantes estrangeiros que vem realizar parte de sua formação acadêmica em nossa instituição. Inicialmente foi desenvolvido um trabalho muito próximo junto com o Conselho Britânico e com a Universidade do Porto, com a qual já havia uma cooperação estabelecida desde 1989, que enviaram vários pesquisadores à nossa instituição. A partir dos anos 2000, os vice-reitores de relações internacionais de universidades da Espanha, França, Holanda, Estados Unidos e da Alemanha, assim como adidos culturais e representantes de órgãos de fomento desses e de outros países passaram a ser recebidos em encontros organizados pela UFPE.

O primeiro grupo de alunos de graduação da UFPE a participar do Programa de Intercâmbio e de dupla-titulação através da mediação da Cooperação Internacional viajou graças a um convênio firmado com a Middlesex University, Inglaterra, em 1999. No ano seguinte, a UFPE participou de uma experiência ímpar ao tornar-se a primeira universidade brasileira a assumir a responsabilidade de estabelecer e dirigir um Centro de Estudos Brasileiros em uma universidade no exterior ao instalar o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Middlesex, na Inglaterra. Outro marco ocorreu em 2002, quando a UFPE tornou-se uma das pioneiras no Programa de Mobilidade Acadêmica idealizado pelo Grupo Tordesilhas (composto por reitores do Brasil, Espanha e Portugal), através do qual enviou 105 alunos que haviam sido aprovados no Vestibular, mas não classificados, para realizar o curso de graduação completo em instituições espanholas conveniadas.

Existem convênios com universidades para alunos da graduação e da pós-graduação da UFPE. Os programas dirigidos à graduação se dão em duas modalidades: intercâmbio e dupla titulação. O Intercâmbio é definido para um período entre 6 (seis) meses e 1 (um) ano, e a dupla titulação para um período de 18 (dezoito) meses a 2 (dois) anos.

O resultado das ações pode ser percebido por meio das missões ao exterior, assinatura de convênios internacionais e aumento do número de graduandos em

mobilidade. Em 2013 foram 588 alunos enviados ao exterior, 506 em todo o ano de 2012 e, 240 intercambistas em 2011.

Para estreitar as relações com instituições estrangeiras, também são realizadas ações dentro da própria UFPE por meio de eventos e participação em editais de bolsas de estudo. O principal reflexo é visto na crescente quantidade de alunos intercambistas, que viajam por meio do Programa de Mobilidade Institucional e, principalmente, através de programas que oferecem bolsas de estudo, com forte presença do Ciência sem Fronteiras (CsF), do Governo Federal. Nesse programa, Pernambuco é o sexto estado do Brasil que mais envia estudantes ao exterior, com 1.667 (um mil seiscentos e sessenta e sete) bolsas de graduação e pós-graduação implantadas. Desse total, 1.032 (um mil e trinta e dois) foram destinadas aos alunos da UFPE, que lidera o ranking estadual dentre as 15 (quinze) instituições participantes do CsF (dados de setembro de 2013). Os destinos mais procurados são Estados Unidos, Canadá e Reino Unido (Tabela 18).

Tabela 18 - Intercambistas da UFPE por continente, 2010-2013

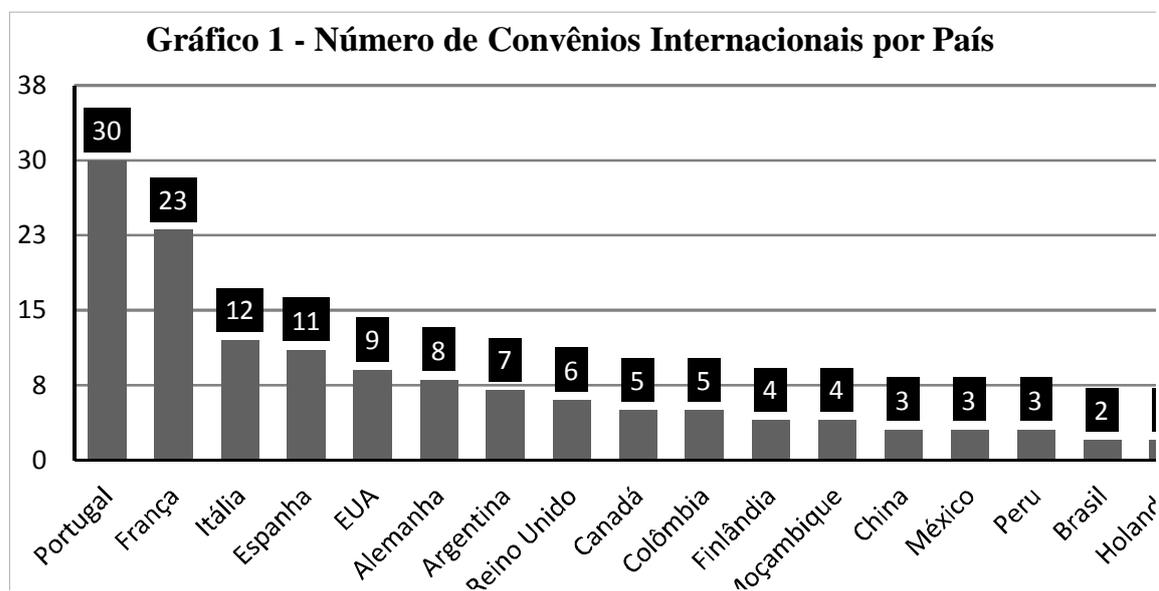
Continentes	2010	2011	2012	2013 (*)
<i>Europa</i>	220	223	396	359
<i>América do Norte</i>	10	14	96	161
<i>América do Sul</i>	2	2	2	0
<i>Oceania</i>	0	0	6	54
<i>Ásia</i>	1	1	6	14
TOTAL	232	240	506	588

Fonte: Diretoria de Relações Internacionais da UFPE - outubro de 2013

Atualmente, a UFPE participa de vários projetos bilaterais com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como o Brafitec, Fipse, Unibral, Probral e Cofecub. Os estudantes também tem a possibilidade de receber bolsas de estudos através de vários programas, como as oferecidas pelo Santander Universidades (bolsas Luso-brasileiras, Íbero-americanas e Top USA); pelo Programa de Líderes Emergentes das Américas (ELAP), do governo canadense; pelo programa Erasmus Mundus; pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), como o Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC), da Organização dos Estados Americanos, e o Programa "Internacional Estudantil Brasil ó Colômbia (Bracol); e pelo programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

A UFPE faz parte ainda de diversas redes internacionais, como a Associação de Assessorias de Instituições de Ensino Superior Brasileiras para Assuntos Internacionais (Faubai), a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), a Agence Universitaire de la Francophonie (AUF) e o Grupo Tordesilhas, que reúne instituições do Brasil, Espanha e Portugal.

Os convênios por país, já firmados pela UFPE encontram-se ilustrados no Gráfico 1 de onde é possível constatar que Portugal com 30 convênios e a Itália com 23 convênios são os países que a UFPE celebrou a maior quantidade de convênios representando 34 % do total. Os demais países que possuem apenas 1 convênio não apresentados no gráfico são: Austrália, Áustria, Bélgica, Chile, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Guiné-Bissau, Irlanda, Jamaica, Japão, Noruega, Paraguai, Rússia, Uruguai, Uzbequistão.



Os gráficos 2 e 3 demonstram a evolução da mobilidade internacional na Universidade Federal de Pernambuco desde a criação da Cooperação Internacional, de onde é possível constatar que cerca de 80% dos intercâmbios se dá da UFPE para Portugal, Espanha, França, Alemanha, EUA e Canadá.

E do outro lado, cerca de 80% dos alunos que vem estudar na UFPE são da Alemanha, Portugal, França, Espanha e EUA.

Gráfico 2 - Mobilidade externa de alunos de graduação da UFPE - 1999/2014

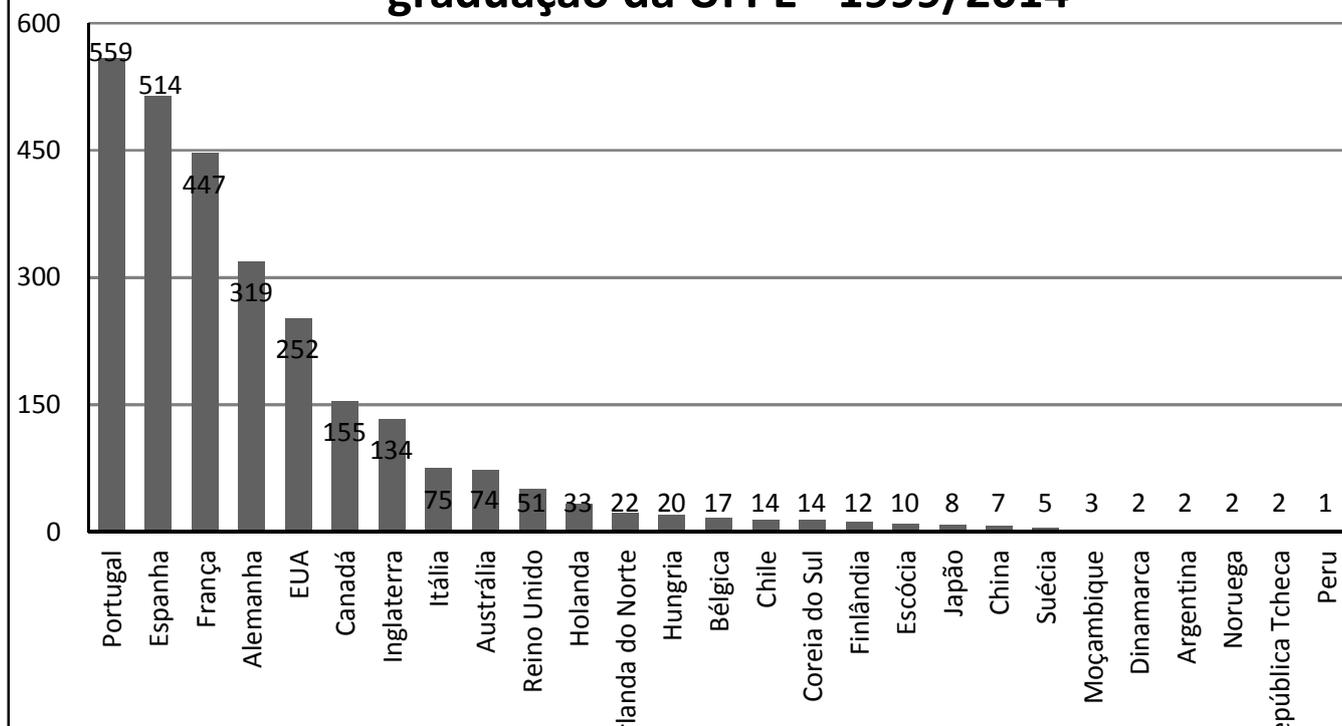
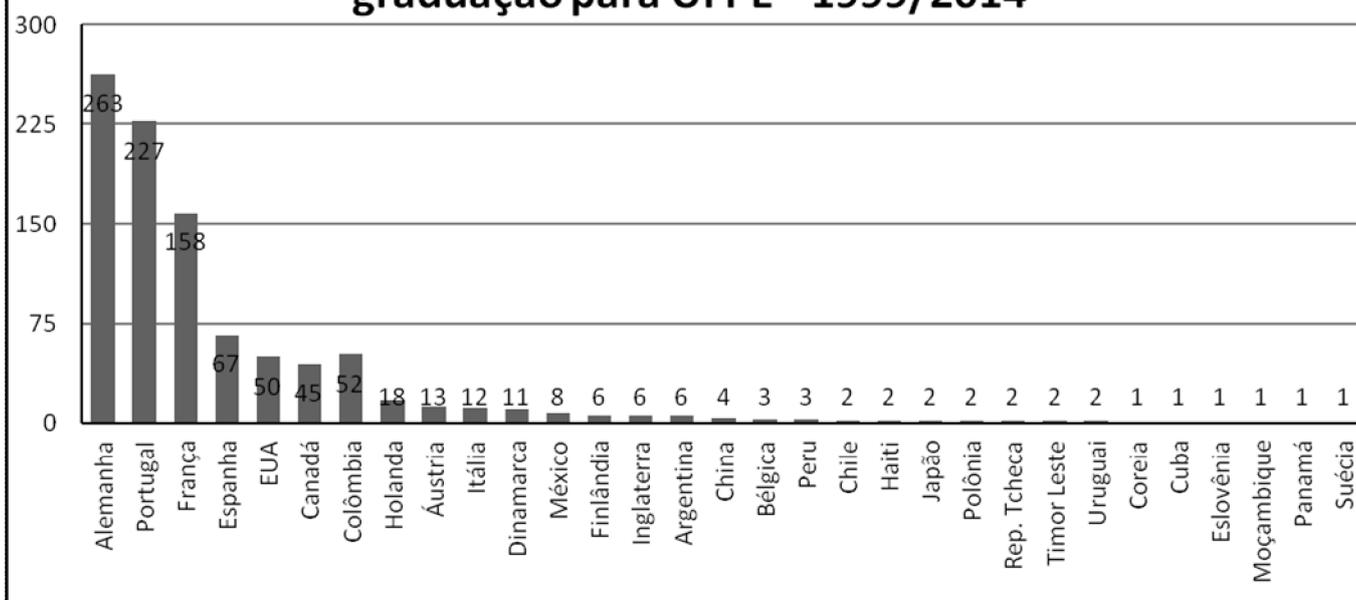
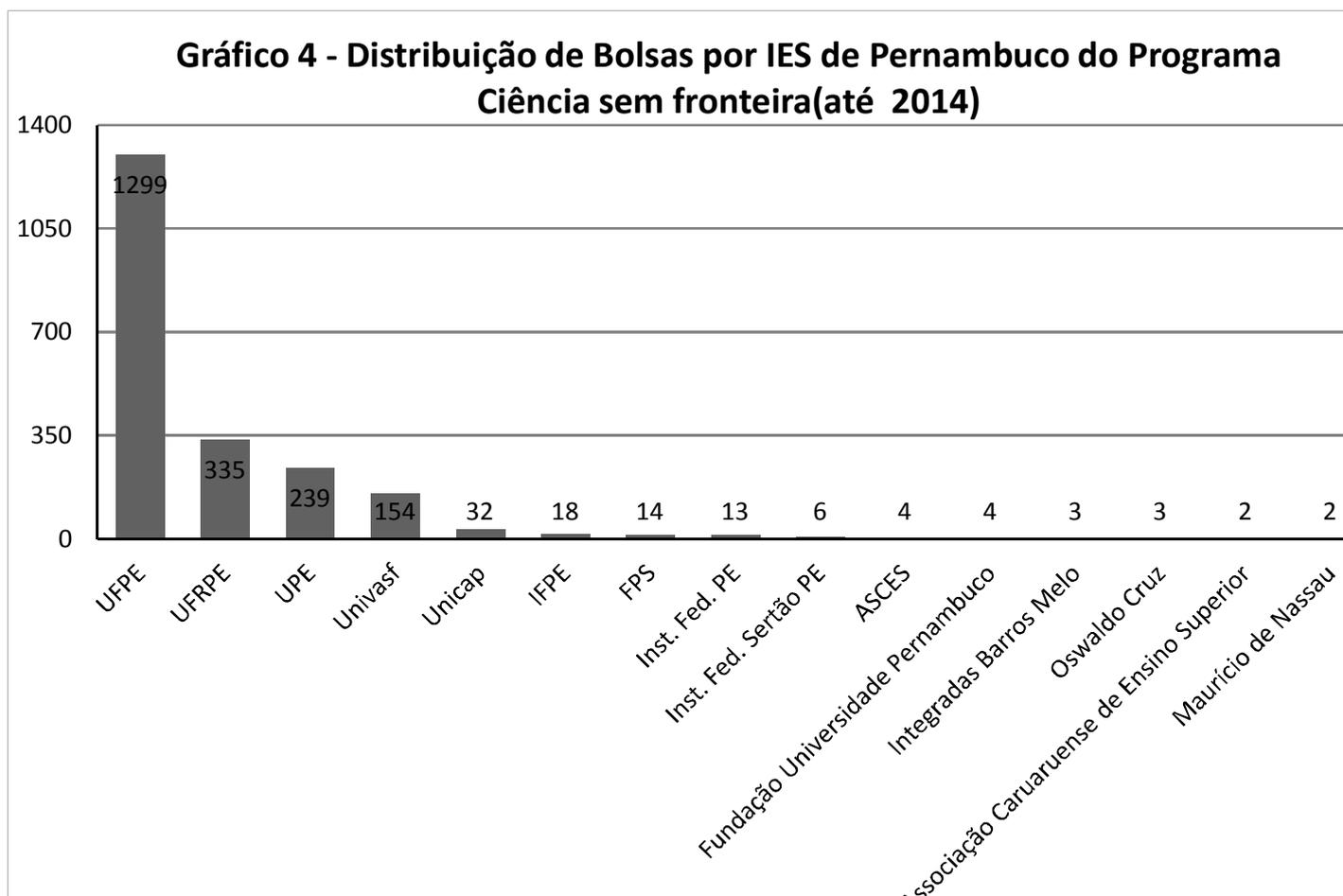


Gráfico 3 - Mobilidade interna de alunos de graduação para UFPE - 1999/2014



Especificamente sobre o programa Ciência sem Fronteira é possível constatar (ver Gráfico 4) a significativa participação dos estudantes da UFPE, em comparação com as demais instituições do estado de Pernambuco, com o registro de 1299 participantes quando a segunda colocada teve apenas 335 participantes, o que corresponde a 61% do total de estudantes participantes de Pernambuco.



Esses são apenas alguns exemplos da cooperação internacional promovida pela DRI ao longo de seu funcionamento. É notório e importante ressaltar também que o sucesso das cooperações na sua maioria está ligado aos contatos mantidos pelos professores durante o tempo em que estudaram e desenvolveram pesquisas no exterior, o que enfatiza a importância da mobilidade no estreitamento de parceiras futuras. O trabalho desenvolvido na Diretoria de Relações Internacionais demonstra a sua importância na atração de recursos humanos e materiais e no desenvolvimento de articulações internacionais que visam a ampliação do potencial da UFPE e a realização dos seus objetivos de excelência e de inclusão na sociedade global.

A Cultura e as Indústrias Criativas

O cenário da Cultura e das Indústrias Criativas na UFPE

Uma das áreas mais promissoras no futuro da UFPE é a da Cultura. Desde os anos 1950, quando a percepção antecipatória de Paulo Freire criou o Serviço de Extensão Cultural, mais tarde Departamento de Extensão Cultural, é no campo artístico e cultural que a UFPE tem tido as mais importantes repercussões de sua atividade no seio da sociedade.

A partir de 2013, além de ser considerada como importante atividade de Extensão, a Cultura passa a abranger, na UFPE, outras características: Cultura é Ensino, na medida em que temos vários cursos diretamente vinculados ao campo cultural, seja na graduação (Cinema & Audiovisual, Dança, Artes Visuais, Teatro, etc.) seja na pós-graduação. Cultura é pesquisa, sendo suficiente observar a imensa quantidade de dissertações e teses produzidas sobre questões culturais, além dos grupos de pesquisa da instituição que se dedicam a pensar essas mesmas questões.

Mais importante ainda: atualmente, a UFPE é um celeiro de produtores culturais. São, anualmente, dezenas as peças de teatro, concertos e recitais de música, livros de poesia ou romances, exposições e happenings de artes visuais ou fotografia, além de filmes, videoartes e outros produtos culturais que saem do talento criador de docentes, estudantes e técnicos da UFPE.

Uma parte importante do que se produz hoje no campo cultural em Pernambuco se origina, portanto, da comunidade acadêmica da UFPE. Nesse sentido, se, nos anos 1950, criar um serviço de extensão cultural era uma novidade a ser celebrada, hoje a complexidade desse campo e o papel multiplicador da UFPE exigem que a nossa instituição alavanque iniciativas mais ousadas.

É crucial salientar que todas as universidades consideradas como sendo ãde classe mundialõ, ou seja, aquelas que não apenas são grandes centros de pesquisa e ensino mas são igualmente referências para o desenvolvimento humano e para a vida das sociedades, associam excelência acadêmica e forte imbricação cultural nos diversos contextos que as abrigam. Não há como dissociar, portanto, a universidade do acervo cultural da humanidade, sendo a instituição o locus tanto das artes nas suas diversas expressões quanto da ciência pura e da ciência aplicada.

Desafios Estratégicos e Definição de Cenários de Futuro

Atualmente, a UFPE dispõe de um conjunto de equipamentos e projetos culturais no Campus Recife (Joaquim Amazonas) divididos entre a cidade universitária e o centro do Recife:

É Na Cidade Universitária: Centro de Convenções - CECON; Liber - Cultura Digital; MAC - Museu de Arte e Cultura; Memorial Denis Bernardes; Cine UFPE; Movimento Cultur@tiva; Ballet UFPE; Orquestra Sinfônica; Opera Studio; Galeria Capibaribe e Centro Integrado de Cultura e Saúde.

É *No Centro do Recife: Centro Cultural Benfica; Memorial da Medicina; Memorial da Engenharia; Instituto de Arte Contemporânea ó IAC; Teatro Joaquim Cardoso e Imaginário.*

Para que possamos entender melhor as mudanças porque passa a Cultura na UFPE, é necessário perceber que ela passa a operar como um Sistema Integrado, perpassando todas as atividades fins da instituição (Ensino, Pesquisa e Extensão) e internalizada nos campi de forma explícita.

O projeto a ser desenvolvido no período do PDI 2014-2018 participa desse novo olhar sobre a Cultura na UFPE, sendo o foco ampliar a interação da UFPE com a sociedade e as cidades onde ela opera diretamente (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão). Para isso torna-se fundamental ampliar e repensar as ações culturais da instituição, expandindo e reestruturando processos, espaços e equipamentos culturais.

5.4.3- A criação da Sistema Integrado de Cultura (SIC)

O Sistema Integrado de Cultura da UFPE, criado em 2014, tem como objetivo coordenar os seguintes programas e iniciativas: Programas estratégicos de Cultura; Programas de cooperação interinstitucional [nacionais e internacionais]; Redes colaborativas de cultura; Programas institucionais de cultura; Programas departamentais de cultura e Iniciativas individuais de docentes, discentes, técnicos e promotores culturais articulados com membros da comunidade acadêmica da UFPE.

O SiC é portanto responsável pela implantação e execução da política institucional de cultura, debatida pela comunidade acadêmica em suas convenções periódicas e referendada pelo Conselho Curador de Cultura, com apreciação dos órgãos deliberativos superiores e pela administração central da UFPE. Além disso, o SiC é um instrumento de articulação de iniciativas e veículo de promoção comunitária de atividades de natureza cultural e, um sistema que modela o conjunto de instituições, iniciativas e programas desenvolvidos no âmbito da UFPE, para gerenciar as relações com sua comunidade e com os outros sistemas. Trata-se uma unidade de assessoramento, responsável pela coordenação e acompanhamento da execução da política institucional de cultura no âmbito interno e externo da UFPE.

O SiC contará com uma estrutura de gestão e fomento de programas culturais e veículo de promoção comunitária de atividades de natureza cultural, assessorada pelo Conselho Curador de Cultura a qual compete a proposição de estratégias e o planejamento do Sistema Integrado de Cultura, alinhadas às necessidades institucionais de tomada de decisão da Universidade e das políticas nacionais de Cultura; definir as prioridades institucionais em relação a Cultura, articuladas e integradas com o Plano Estratégico da UFPE; ampliar a participação e visibilidade da UFPE no cenário cultural, local, nacional e internacional, e conjugar as ações transversais nas diversas unidades produtoras de cultura e arte, com o objetivo de promover e melhorar continuamente a interação e a inovação no ensino, pesquisa, extensão.

Vida Estudantil

Formas de Acesso e Políticas de inclusão

As mais atualizadas concepções de Universidade consideram de alta relevância o seu papel de indutora, alavancadora e difusora do desenvolvimento econômico, social e ambiental. Além disso, a Universidade exerce dinâmica e sinergia positiva no espaço geográfico de sua atuação. Por isso, deve estar preparada para, a partir de suas áreas de competência, expandir o ensino e difundir o conhecimento científico e tecnológico no estado de Pernambuco.

A preocupação com políticas e práticas inclusivas é coerente com a responsabilidade social da UFPE e com o novo contexto social que sugere o atendimento às demandas da maioria, em particular, enfatizando-se a necessidade institucional de: democratizar o acesso; fortalecer a educação básica; e propiciar formação permanente aos diversos segmentos da sociedade.

Existem três formas de ingresso aos cursos da UFPE, além da transferência por "força de lei". A primeira e mais importante é através do vestibular, a segunda através do ingresso extravestibular; e a terceira através da realização de convênios entre a UFPE e outras instituições, inclusive de fora do país.

- É O exame vestibular até o ingresso em 2014 era realizado anualmente, em duas etapas, (exceto para as Engenharias que é realizado semestralmente). O concurso era organizado pela Comissão de Vestibular (Covest), responsável pelo vestibular da UFPE, da UFRPE, e da UNIVASF, de forma conjunta. Na primeira etapa, na UFPE, eram consideradas as notas do ENEM. Na segunda etapa eram realizadas as provas específicas, de acordo com as áreas de cada curso escolhido ou área do conhecimento. No último vestibular em 2013 (ingresso em 2014) apenas os cursos de Estatística e Oceanografia aderiram integralmente ao sistema SISU e, por isto os candidatos fizeram apenas o ENEM. A partir do vestibular para ingresso em 2015 todos os cursos da UFPE terão ingresso apenas pelo sistema SISU, exceto os cursos de bacharelado em química, os de música e, teatro.*
- É O Ingresso extravestibular é oferecido anualmente, para preenchimento de vagas ociosas nos diversos cursos de graduação, em diferentes áreas de conhecimento/formação profissional por meio de transferência interna, transferência externa, reintegração ou outro curso de graduação para diplomados.*
- É Os convênios entre a UFPE e outras Instituições são conduzidos por uma diretoria específica (DRI - Diretoria de Relações Internacionais) ligada à Reitoria para o caso dos convênios internacionais e ligada à PROACAD para os casos de convênios nacionais.*

É possível também realizar matrícula para cursar disciplinas isoladas (<http://www.proacad.ufpe.br>), sendo aluno vinculado à Universidade, não vinculado, vinculado a outra instituição de ensino superior ou diplomado, mas estes alunos não são considerados alunos efetivos.

No contexto da democratização do acesso, a UFPE tem tomado diversas atitudes, distribuídas em três grupos, buscando assim atender às diretrizes da LDB e à crescente demanda social.

Dentro do primeiro grupo de ações, a UFPE oferece condições para o acesso dos alunos mais carentes das escolas públicas, através da isenção das taxas de inscrição do vestibular. Esta ação atingiu em 2013 um total de 13.774 (treze mil setecentos e setenta e quatro) vestibulandos.

Outra importante ação objetivando democratizar o acesso à Universidade tem sido a concessão de condições propícias à realização das provas aos portadores de necessidades especiais. Os candidatos que requerem atenção especial são alocados num prédio exclusivo, dispondo de recursos humanos e tecnológicos adequados a sua condição.

Quanto às ações de inclusão relacionadas ao ingresso na universidade, até o ano de 2012 a UFPE utilizava no vestibular um bônus de 10% de acréscimo na nota, para candidatos advindos de escola pública, a qualquer curso da instituição e funcionava como uma forma de inclusão social na educação superior federal. No ano de 2013, a UFPE implantou o sistema de cotas, conforme estabelece a Lei nº 12.711/2012, que destina 50% (cinquenta pontos percentuais) das vagas para estudantes que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas. No preenchimento dessas vagas, leva-se em consideração a renda per capita de: pretos, pardos e indígenas e outras etnias. Segundo a lei, essas minorias devem constar em números proporcionais ao censo do IBGE das respectivas unidades federativas.

As instituições federais de ensino superior terão o prazo máximo de quatro anos para implementar integralmente o sistema de cotas. A UFPE optou pela implantação gradual do sistema de cotas, estabelecendo o percentual de 12,50% (doze vírgula cinco pontos percentuais) para o ano de 2013, o que contabilizou um total de 1.153 (um mil cento e cinquenta e três) ofertadas nesse sistema. Para o ano de 2014, foi ofertado o percentual de 25% (vinte e cinco pontos percentuais) do total das vagas; em 2015 serão, 37,50% (trinta e sete vírgula cinco pontos percentuais); e, em 2016, 50% (cinquenta pontos percentuais) atingindo o percentual previsto na lei.

No campo do fortalecimento da educação básica, a UFPE aderiu ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência ó PIBID - com participação de 10 (dez) escolas públicas de baixo IDEB nos municípios de Recife, Vitória e Caruaru. O público beneficiado foi de 2.972 (dois mil novecentos e setenta e dois) alunos em 2013, que contaram com 190 (cento e noventa) bolsistas de iniciação a docência e 34 (trinta e

quatro) professores supervisores, envolvendo 18 (dezoito) licenciaturas, contemplando as áreas de: artes visuais, física, matemática, biologia, ciências, química, filosofia, geografia, letras, música, pedagogia, sociologia e teatro.

Programas de Assistência Estudantil

Os programas de bolsas e auxílios a estudantes da UFPE são coordenados pela Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis-PROAES, criada em 2011, (antes funcionava como uma diretoria da PROACAD) e, visam atender às necessidades dos discentes oferecendo programas de bolsas e auxílios, sobretudo para aqueles em vulnerabilidade socioeconômica, procurando assistir os estudantes na consecução de seus cursos em tempo hábil. Objetiva-se também viabilizar o comparecimento e a permanência de todos, nas atividades de seus respectivos campi, e assim promover uma formação universitária democrática e cidadã.

A PROAES possui duas diretorias que agregam as ações de inclusão social voltada para a comunidade estudantil. Os programas existentes em 2013 e as diretorias responsáveis são:

A DAE-Diretoria para Assuntos Estudantis é responsável pelos Programas: Moradia Estudantil; Auxílio Alimentação (Restaurante Universitário); Bolsa Permanência (Manutenção Acadêmica); Auxílio Transporte; Auxílio Creche; Auxílio visita familiar (residentes); CEU-Casa de Estudante Universitário; Restaurante Universitário.

A DAI-Diretoria de Ações Integrativas é responsável pelos Programas: Auxílio a Eventos; Bolsa Atleta; Auxílio a Língua Estrangeira; NAE-Núcleo de Apoio a Eventos; NASE- Núcleo de Atenção a Saúde do Estudante, inaugurado em 11/06/2014; Núcleo de Acessibilidade (INCLUIR).

As ações são feitas através de bolsas e auxílios que os estudantes podem participar concorrendo aos Editais. Todos os Editais e critérios de seleção para bolsas e auxílios são publicados na página eletrônica da PROAES e no Portal do Estudante.

NAE (Núcleo de Apoio a Eventos) que funciona como alojamento para estudantes e Professores que vêm participar de eventos realizados na Universidade. Existe um termo de compromisso contendo as informações necessárias ao hóspede tais como: nome, curso, universidade, matrícula, identidade, endereço, evento e período de alojamento. No momento em que se aloja o hóspede recebe o termo de compromisso para ser preenchido e devolvido ao DAE e recebe as normas básicas do NAE a serem seguidas durante sua estadia.

Está prevista para 2014 a inauguração da reforma do novo NAE com a capacidade para alojar 130 pessoas.

As ações de assistência estudantil são financiadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executado no âmbito do MEC através do Decreto 7234

de 19 de julho de 2010, para apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que acompanha e avalia o desenvolvimento do programa.

Além das verbas do PNAES são concedidos auxílios através de bolsas do Programa REUNI. As Tabelas 19 e 20 apresentam o quantitativo de benefícios concedidos nas diversas modalidades, no período de 2009 a 2013. Vale a pena destacar o elevado incremento do número de benefícios concedidos no período do último PDI passando, no caso dos recursos do PNAES, de 652 em 2009 para 9809 em 2013. Por outro lado, considerando os beneficiários dos diversos auxílios, constatamos que em dezembro de 2012 eram 3.330 estudantes e, em dezembro de 2013 eram 6.201 estudante o que corresponde a um aumento de 86% no ano 2013.

Tabela 19- Benefícios concedidos aos estudantes da UFPE com recursos do REUNI, por tipo de benefício- 2009/2013

Tipo de benefício	Ano				
	2009	2010	2011	2012	2013
Assistência Estudantil (Bolsa Permanência)	212	212	212	212	212
Bolsa extensão (pré-acadêmico)	39	50	50	50	50
Desenvolvimento Profissional	4	4	4	4	4
Monitoria	48	56	116	116	116
Total	303	322	382	382	382

Tabela 20 - Benefícios concedidos aos estudantes da UFPE com recursos do PNAES, por tipo de benefício- 2009/2013

	Ano
--	-----

Tipo de benefício	2009	2010	2011	2012	2013
<i>Auxílio Alimentação (CAV e CAA)</i>	-	216	306	897	2013
<i>Auxílio Alimentação (RU) *</i>	-	1900	1900	1900	1900
<i>Auxílio Idiomas</i>	80	85	104	89	76
<i>Auxílio Moradia</i>	70	98	81	695	1096
<i>Auxílio Pedagógico</i>	54	287	664	-	-
<i>Auxílio Transporte</i>	166	455	475	1316	2172
<i>Bolsa Permanência</i>	363	461	1100	1281	2089
<i>Incentivo ao Esporte</i>	-	130	130	124	128
<i>Auxílio a Eventos</i>	209	170	207	410	335
Total	652	2975	4967	5396	9809

* Estudantes com até 1,5 salários mínimos per capita de renda familiar recebem subsídio total.

São os seguintes os programas de assistência estudantil da UFPE:

É **Programa de Moradia Estudantil:** Objetiva promover a permanência do estudante da UFPE, comprovadamente carente de recursos financeiros e residentes fora da área metropolitana do Recife, oferecendo-lhe condições materiais que possibilitem o seu processo de formação acadêmica/profissional. A seleção de novos residentes é regulamentada pela Resolução no 1/99, do Conselho de Administração. Este programa em 2009 atendia estudantes para as residências, porém a realidade de 2013 mudou completamente graças a política de cotas, quando as residências não comportaram mais os estudantes oriundo de outras cidades fora da região metropolitana, levando a PROAES a criar o auxílio moradia no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). Em agosto 2014 houve um aumento, passando para R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), o valor do referido auxílio. A oferta atual de vagas nas Casas de Estudante é a seguinte: na casa masculina 192 vagas e, na feminina 80 vagas. Em 2014 será inaugurada a casa mista com 125 vagas, totalizando 397 vagas. O auxílio financeiro dado pela UFPE ainda abrange a compra de passagens para que os moradores das Casas de Estudante Feminina e Masculina possam visitar seus familiares durante o recesso escolar do final do ano (Auxílio visita familiar). Dessa maneira, a universidade contribui para que o vínculo entre os alunos egressos do interior e seus parentes não seja comprometido;

É **Programa de Concessão de Auxílios a Eventos Estudantis:** Objetiva apoiar financeiramente a participação de alunos em eventos estudantis. Podem participar todos os estudantes regularmente matriculados em cursos de

graduação da UFPE, em 2009 foram oferecidos 209 auxílios individuais e em 2013 houve substancial aumento, sendo concedidos 335 auxílios;

- É **Programa de Bolsa Permanência (Manutenção Acadêmica):** *Atende aos estudantes não residentes oriundos de famílias carentes de recursos financeiros. A seleção para a Bolsa Permanência é realizada no início do segundo semestre letivo e as datas e critérios de seleção são divulgados através de Edital publicado na Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE/PROAES). Conforme ilustra a Tabela 20, houve um aumento significativo do benefício passando de 363 benefícios em 2009 para 2089 em 2013;*
- É **Programa de Apoio Instrumental:** *Destinado ao estudante de odontologia, o programa possibilita que o aluno tenha acesso, através de empréstimo, ao instrumental técnico necessário às aulas práticas. No final do curso, o estudante devolve o material, que é repassado para outro aluno. Até 2013 foram disponibilizados 15 Kits;*
- É **Restaurante Universitário:** *Antiga demanda dos discentes da UFPE, começou a funcionar 2010 oferecendo mensalmente 1800 refeições com subsidio total. Nos campi do interior não existe RU, porém os estudantes recebem auxílio alimentação no valor de R\$ 472,00 (quatrocentos e setenta e dois reais), mensalmente para café, almoço e jantar;*
- É **Auxílio Transporte:** *Através do PNAES, a DAE oferece passagens aos alunos que residem em áreas distantes dos campi e que estejam em situação de vulnerabilidade financeira. Em 2009 foram oferecidos 166 auxílios, e em 2013 houve um aumento significativo chegando a 2172;*
- É **Bolsa Atletas:** *Objetiva estimular os estudantes que têm afinidades com alguma atividade esportiva a se aprimorarem, permitindo que os mesmos se dediquem à prática do esporte escolhido ou realizem pesquisa, contribuindo para a formação de novos atletas na Universidade. Em 2012 este programa recebia o nome de Incentivo ao Esporte;*
- É **Auxílio Creche:** *Criado para dar suporte às alunas mães, quando as mesmas estão em sala de aula. Consiste na concessão de vagas na creche Paulo Rosas (Campus Recife) ou auxílio financeiro pago no período letivo;*
- É **Auxílio a Língua Estrangeira ou Idiomas:** *Os estudantes podem se matricular através do Núcleo de Línguas do Departamento de Letras nos cursos de Inglês, Francês e Espanhol. Existe também o NASE- Núcleo de Atenção a Saúde do Estudante, inaugurado em 2014, é destinado somente aos estudantes de graduação da UFPE, prioritariamente aos alunos beneficiados pelos programas de assistência estudantil da Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES). No local, são disponibilizados serviços nas áreas de Psicologia, Psiquiatria, Enfermagem, Nutrição e atendimento médico clínico (eletivo);*
- É **Núcleo de Acessibilidade:** *Criado em junho de 2014, atende ao compromisso institucional de garantia do acesso e permanência com*

qualidade no processo educacional dos estudantes com deficiência, mobilidade reduzida, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, como prerrogativa básica do direito de todos à Educação, posta em nossa constituição no art. 5º, além de ampla legislação. Com suporte do Programa Incluir, o Núcleo de Acessibilidade da UFPE, avança em seu pressuposto inicial, uma vez que propõe ações voltadas não apenas para os estudantes, mas para docentes, demais servidores e usuários dos serviços ofertados nesta Instituições de Ensino Superior;

- É **Programa de Apoio Pedagógico:** *Possibilita que os estudantes, tenham acesso ao material didático necessário às aulas práticas. Os estudantes selecionados recebem o material exigido para as aulas no período letivo. De 2009 a 2011 foram concedidos 779 auxílios;*
- É **Programa de Aulas Particulares em Domicílio:** *Cadastra alunos de graduação em licenciatura, interessados em ministrar aulas particulares para alunos de primeiro e segundo graus, que carecem desse tipo de apoio educacional. Os estudantes-monitores são pagos na forma hora-aula pelos pais dos alunos. Esta atividade foi muito importante porque criou um incremento de renda para os estudantes universitários. Entre 2009 e 2011 o Programa atendeu a 280 estudantes;*
- É **Programa de Incentivo Acadêmico - Bolsa Bia:** *Sob a gestão conjunta da PROEXT, PROACAD e PROPESQ é realizado em parceria com a FACEPE e concede uma bolsa aos melhores alunos da rede pública de ensino, classificados no vestibular da COVEST, no primeiro ano do curso de graduação, como instrumento de incentivo a sua permanência e adaptação à vida universitária.*

Pessoas e Qualidade de Vida

Gestão de Pessoas

A política de Gestão de Pessoas é norteadada pelo Planejamento Estratégico Institucional ó PEI 2013 ó 2027, sendo a execução de tal política responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida ó PROGEPE e dos gestores das diversas unidades da universidade. É fundamental alinhar as políticas e ações da Gestão de Pessoas à missão e à visão da UFPE, para promover a melhoria do clima organizacional, assim como a excelência na prestação do serviço público.

Para a UFPE alcançar a estratégia proposta no PEI 2013-2027, a gestão de pessoas deverá fomentar o desenvolvimento dos servidores (docentes e técnico-administrativos), a profissionalização dos gestores e a promoção da qualidade de vida propiciando assim a satisfação e a retenção dos seus servidores.

A comunicação e a integração efetiva entre servidores nos setores e entre as unidades organizacionais da Universidade, contribuem para a implementação de

rotinas e práticas mais eficazes na gestão. Nesse sentido, é necessário repensar e adequar o sistema interno para que se torne mais eficaz a comunicação interna.

O quadro de pessoal permanente nos últimos 5 anos vem sendo modificado em virtude das vacâncias, principalmente pelas aposentadorias e exonerações, sendo renovado em torno de 40% o quadro com a admissão de novos servidores. Para garantir a incorporação dos valores e preservar a identidade institucional, ações voltadas para o ambiente físico e relacional, capacitação, saúde e qualidade de vida devem ser intensificadas nos próximos anos.

Ainda, com a expansão, a reposição automática de vagas se faz necessária para a gestão do quadro de pessoal evitando excessos ou déficit de servidores nas unidades, buscando desta forma o seu equilíbrio. A UFPE cresceu e necessita consolidar esse crescimento realizando sistematicamente o dimensionamento da força de trabalho, buscando novas vagas de docentes e técnico-administrativos em educação para poder ofertar novos cursos de graduação e pós-graduação e como também para corrigir distorções históricas.

Para garantir que a UFPE atinja seus objetivos estratégicos se faz necessário o realinhamento de políticas e práticas na gestão de pessoas com o envolvimento de gestores e servidores.

No final de 2013 existia na UFPE um total de 2.650 docentes, 4.106 técnicos-administrativos e 1.311 terceirizados, totalizando 8.067 pessoas.

A gestão de pessoas tem como princípios:

É Imparcialidade e equidade na gestão

É Valorização profissional

É Participação paritária dos servidores em todas as instâncias da Universidade.

É Transparência e ética profissional nas ações e integração entre as equipes

É Compartilhamento do conhecimento

É Qualidade, comprometimento e competência na prestação do serviço

É Estética institucional, preservando a identidade, a memória e respeitando as diversidades

É Gestão baseada em meritocracia

É Cuidado com as pessoas

É Zelo pelo bem público.

Perfil do Corpo Docente

O corpo docente da UFPE evoluiu em quantidade e qualidade no período do último PDI passando de 2.348 docentes, em 2009, para 2.650 em 2013 o que representa um aumento de 12,8%. Por outro lado, se analisarmos apenas os professores efetivos esse aumento foi de 17,8% (ver Tabela 21).

**Tabela 21- Corpo docente da UFPE por tipo de vínculo.
Situação em dezembro, 2009-2013**

Vínculo	Ano 2009		Ano 2013	
	Quant.	%	Quant.	%
<i>Efetivo (1)</i>	1964	83,6	2314	87,3
<i>Substituto</i>	368	15,7	328	12,4
<i>Visitante</i>	16	0,7	8	0,3
Total	2348	100	2650	100

(1) Inclui os 52 docentes do Colégio de Aplicação.

Considerando a titulação dos docentes, os dados da Tabela 22 mostram que no período analisado o percentual de doutores passou de 72,5% para 77,4% contribuindo para o aumento da titulação média dos docentes.

**Tabela 22- Corpo docente efetivo da UFPE por titulação.
Situação em dezembro, 2009-2013**

Titulação	Ano 2009		Ano 2013	
	Quant.	%	Quant.	%
<i>Graduado</i>	58	3,0	88	3,8
<i>Especialistas</i>	58	3,0	36	1,6
<i>Mestre</i>	424	21,6	400	17,3
<i>Doutor</i>	1424	72,5	1790	77,4
Total	1964	100	2314	100

Por outro lado, analisando o regime de trabalho, os dados da Tabela 23 mostram o aumento da quantidade de docentes em regime de dedicação exclusiva passando de 82,1% em 2009 para 85,9% em 2013.

**Tabelas 23- Corpo docente efetivo da UFPE por regime de trabalho.
Situação em dezembro, 2009-2013**

Regime de trabalho	Ano 2009		Ano 2013	
	Quant.	%	Quant.	%
<i>20 horas</i>	174	8,9	181	7,8
<i>40 horas</i>	178	9,1	145	6,3
<i>Dedicação Exclusiva</i>	1612	82,1	1988	85,9

Total	1964	100	2314	100
--------------	------	-----	------	-----

A distribuição dos docentes segundo as classes da carreira do magistério superior encontra-se apresentada na Tabela 24 de onde é possível demonstrar que, no período 2009/2013, houve uma diminuição da proporção de professores das classes de assistentes (20,8% em 2009 para 13,4% em 2013) e, adjunto (60,2% em 2009 para 54,1% em 2013) e, um aumento nas classes de associado e titular.

**Tabela 24- Corpo Docente efetivo da UFPE por classe.
Situação em dezembro, 2009 - 2013**

Classe	Ano 2009		Ano 2013	
	Quant	%	Quant	%
Auxiliar	31	1,6	140	6,1
Assistente	408	20,8	311	13,4
Adjunto	1183	60,2	1252	54,1
Associado	247	12,6	450	19,4
Titular	49	2,5	109	4,7
Colégio de Aplicação	46	2,3	52	2,2
Total	1918	100	2262	100

Analisando a distribuição por faixa etária constata-se uma mudança sutil destacando-se o aumento dos docentes com até 40 anos passando de 24,3% em 2009 para 30% em 2013, em contraponto com a diminuição da proporção dos que tinham mais de 50 anos, passando de 46,6% em 2009 para 41,7% em 2013. Mesmo com essas mudanças não se identifica alteração da idade média em torno de 46 anos e, um tempo médio de serviço de cerca de 12 anos (ver Tabela 25).

**Tabela 25- Corpo Docente efetivo da UFPE por faixa etária.
Situação em dezembro, 2009 - 2013.**

Faixa Etária	Ano 2009		Ano 2013	
	Quant	%	Quant	%
20 a 30	59	3,0	77	3,3
31 a 40	419	21,3	618	26,7
41 a 50	572	29,1	653	28,2

51 a 60	636	32,4	611	26,4
61 a 70	278	14,2	355	15,3
Total	1964	100	2314	100
Idade média (anos)	46,3		45,9	
Tempo médio de serviço (anos)	12,5		12,2	

Crêterios de Sele o e Contrata o

A Universidade Federal de Pernambuco busca o planejamento de concursos públicos com vista a obter docentes qualificados para suprir o seu quadro permanente em substitui o a aposentadorias e adequa es dos projetos pedagógicos dos diversos cursos e áreas de pesquisa. A UFPE conta com a reposi o de vagas de vacâncias, no entanto, necessita se antecipar admitindo novos docentes antes das aposentadorias. A PROGEPE realiza análise sistemática do quadro de docentes para fins de planejamento das unidades acadêmicas responsáveis pela defini o das áreas a concursar. Por outro lado, a UFPE tem como diretriz abertura de concurso público no regime de 40 horas com dedica o exclusiva, para dar ênfase ao ensino, pesquisa e extensão.

Plano de Carreira de Magistério Superior

A carreira do Magistério Superior na Universidade Federal de Pernambuco compõe-se das seguintes classes: Professor Titular; Professor Associado; Professor Adjunto; Professor Assistente; e Professor Auxiliar, sendo que cada classe compreende quatro níveis, designados pelos números de 1 a 4, exceto a de Professor Titular, que possui um só nível e as de Auxiliar e Assistente com dois níveis. A progressão dentro de cada uma destas classes encontra-se regulamentada através da Resolu o N  03/2014 do Conselho Universitário, e se guia, em primeiro lugar, pelo que está disposto na Lei N  12.772/2012, alterada pela Lei 12.863/2013. Conforme esta Lei N  12.863 de 24 de setembro de 2013 a Carreira do Cargo de Professor do Magistério Superior da Universidade Federal de Pernambuco está estruturada por Classes, a saber: Classe A (com a denomina o de Professor Adjunto A se portador de título de Doutor, Professor Assistente A se portador de título de Mestre e Professor Auxiliar A se portador de título de Especialista ou puramente de Gradua o); Classe B com a denomina o de Professor Assistente B; Classe C com a denomina o de Professor Adjunto C; Classe D com a denomina o de Professor Associado; e Classe E com a denomina o de Professor Titular. As Classes C e D possuem quatro níveis cada, rotuladas pelos algarismos  rabicos 1, 2, 3 e 4. As Classes A e B possuem apenas dois níveis cada, rotuladas pelos algarismos  rabicos 1e 2. A Classe E possui nível  nico. Afora o Cargo de Professor do Magistério de Ensino Superior, estruturado por Classes, há também o Cargo de Professor Titular Livre cujo acesso se d  por concurso público.

Além desta regulamentação, o Plano de Carreira docente da UFPE traz um modelo de avaliação que explicita e estabelece as diretrizes para progressão funcional e promoção docente com base na titulação e no desempenho acadêmico. O processo de avaliação previsto atende à diversificação e às peculiaridades de todas as áreas de atividades acadêmicas, profissionais e de gestão na Universidade.

A promoção para professor Titular se dá através de avaliação de desempenho e da aprovação de defesa de memorial, bem como da realização de concurso, este último aberto também ao público externo. A realização de concurso é dependente do número de vagas abertas pelo Governo Federal para a Universidade. Na UFPE, a alocação das vagas criadas de professor Titular-Livre se dará a partir de uma regra a ser aprovada no âmbito do Conselho Universitário.

Para as outras classes tem-se a progressão funcional e promoção definida pela Resolução Nº 03/2014 do Conselho Universitário. A resolução foi amplamente discutida com a comunidade acadêmica, a partir de suas representações nos Conselhos Departamentais e do próprio Conselho Universitário, e estabelece normas e critérios para fins de progressão funcional e promoção na Carreira de Professor de Magistério Superior. O processo de avaliação previsto atende à diversificação e às peculiaridades de todas as áreas de atividades acadêmicas da Universidade, quais sejam: o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão.

O processo de progressão funcional e promoção do professor começa dentro de uma comissão criada exclusivamente para este fim, chegando até a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), que avalia todos os casos de progressão funcional e promoção da Universidade. Este Órgão possui atribuições de apreciar alteração de regime de trabalho, progressão funcional e promoção, concessão da retribuição por titulação e avaliação de desempenho dos docentes, além dos afastamentos para aperfeiçoamento. Realiza estudos e análises para a formulação e o acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

De uma forma geral, a avaliação de desempenho leva em consideração 6 grupos de análise, contemplando as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, de formação e capacitação acadêmica, e gestão. A pontuação é atribuída por cada Centro Acadêmico de acordo com as diretrizes do Conselho Universitário com o objetivo de atender as especificidades dos perfis das unidades acadêmicas.

5.6.2.3- Plano de Carreira de Magistério de Ensino Básico

A carreira dos docentes do Colégio de Aplicação da UFPE se pauta pela qualificação e integração com o magistério superior, possibilitando a pesquisa e sua aplicação prática, além do campo de estágio para formação de recursos humanos de excelência.

Importantes ações vêm sendo realizados como a implementação de resolução para desenvolvimento na carreira, adequação do processo de concurso docentes e a

criação de comissão própria de avaliação de desempenho dos professores do ensino básico, técnico e tecnológico.

5.6.3- Perfil do Corpo de Servidores Técnico-Administrativos

No período do último PDI houve uma expansão de 15,6 % da quantidade de servidores do quadro técnico/administrativo, um pouco maior que a expansão de docentes, expansão esta decorrente principalmente do Programa Expansão Universitária. Os dados da Tabela 26 demonstram ainda uma melhora significativa na titulação desses servidores com percentual de pessoal com nível superior ou mais passando de 36,1% em 2009, para 66,7% em 2013.

Tabela 26- Corpo técnico efetivo da UFPE por nível de instrução. Situação em dezembro, 2009-2013

Titulação	Ano 2009		Ano 2013	
	Quant.	%	Quant.	%
<i>Fundamental incompleto</i>	26	0,7	14	0,3
<i>Fundamental completo</i>	278	7,8	189	4,6
<i>Médio</i>	1965	55,3	1165	28,4
<i>Superior</i>	1005	28,3	771	18,8
<i>Especialista</i>	28	0,8	1553	37,8
<i>Mestre</i>	198	5,6	345	8,4
<i>Doutor</i>	51	1,4	69	1,7
Total	3551	100	4106	100

Analisando o regime de trabalho, os dados da Tabela 27 revelam que não houve diferença significativa no período analisado continuando com cerca de 94% dos técnicos contratados em regime de 40 horas semanais.

Tabela 27- Corpo técnico efetivo da UFPE por regime de trabalho. Situação em dezembro, 2009-2013

Regime de trabalho	Ano 2009		Ano 2013	
	Quant.	%	Quant.	%

20 horas	107	3,0	112	2,7
24 horas	36	1,0	39	0,9
25 horas	12	0,3	21	0,5
30 horas	45	1,3	45	1,1
40 horas	3351	94,4	3889	94,7
Total	3551	100	4106	100

Considerando o quantitativo de funcionários terceirizados, a Tabela 28 ilustra um leve aumento da participação dos terceirizados no total passando de 20,4% em 2009 para 24,2% em 2013.

**Tabela 28- Corpo técnico da UFPE por tipo de vínculo.
Situação em dezembro, 2009-2013**

Vínculo	Ano 2009		Ano 2013	
	Quant.	%	Quant.	%
<i>Efetivo</i>	3551	79,6	4106	75,8
<i>Terceirizado</i>	912	20,4	1311	24,2
Total	4463	100	5417	100

A distribuição dos técnicos segundo a classe profissional, apresentada na Tabela 29 revela que no período analisado a distribuição é bastante semelhante destacando-se o maior percentual da classe D com 45,7% dos técnicos em 2009 e 47,1% em 2013.

**Tabela 29 - Corpo técnico efetivo da UFPE por classe.
Situação em dezembro, 2009-2013**

Classe	Ano 2009		Ano 2013	
	Quant.	%	Quant.	%
<i>A- fundamental incompleto</i>	139	3,9	121	2,9

<i>B- fundamental incompleto com experiência/fundamental completo</i>	130	3,7	113	2,8
<i>C -médio incompleto com experiência/médio completo</i>	792	22,3	835	20,3
<i>D- médio profissionalizando /médio completo com experiência</i>	1623	45,7	1933	47,1
<i>E- superior</i>	867	24,4	1104	26,9
Total	3551	100	4106	100

Analisando a distribuição por faixa etária constata-se, tal como já referido com os docentes, uma mudança sutil destacando-se o aumento dos técnicos com até 40 anos passando de 23% em 2009 para 35,6% em 2013, bem como um aumento da proporção dos que tinham mais de 50 anos, passando de 38,8% em 2009 para 42,0% em 2013, em contraponto com a diminuição na faixa de 41 a 50 anos. Mesmo com essas mudanças não se identifica alteração da idade média em torno de 46 anos e, um tempo médio de trabalho de cerca de 17 ano (ver Tabela 30).

**Tabela 30: Corpo técnico efetivo da UFPE por faixa etária.
Situação em dezembro, 2009-2013.**

Faixa Etária	Ano 2009		Ano 2013	
	Quant	%	Quant	%
20 a 30	298	8,4	606	14,8
31 a 40	517	14,6	853	20,8
41 a 50	1376	38,7	923	22,5
51 a 60	1154	32,5	1423	34,7
61 a 70	206	5,8	301	7,3
Total	3551	100	4106	100
<i>Idade média (anos)</i>	45,4		46,1	
<i>Tempo médio de serviço (anos)</i>	16,5		17,9	

5.6.3.1- Critérios de seleção e contratação

A admissão de técnico-administrativo em educação tem direcionado os concursos públicos de acordo com as necessidades das áreas, buscando adequar o máximo possível o perfil dos cargos constantes da carreira com as demandas institucionais. Cabe ainda realizar estudo e proposta ao Ministério da Educação quanto à criação de novos cargos para atender as demandas em virtude de novos conhecimentos e tecnologias, cujos cargos são ainda inexistentes na Lei N° 11.091/2005, carecendo de criação em lei específica.

A realização dos concursos públicos tem dado enfoque à avaliação de competências através de provas objetivas e práticas, com o objetivo de suprir o quadro de pessoal técnico-administrativo em educação com servidores competentes para desenvolver as atribuições das diversas áreas.

5.6.3.2-Políticas para o corpo técnico-administrativo

A Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

A Universidade realiza anualmente o Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores tendo como prioridade elevar a escolaridade, através de apoio à graduação e pós-graduação (especialização e mestrado). Busca ainda a oferta de ações de capacitação com a finalidade de desenvolver competências essenciais para o desempenho institucional.

5.6.3.3 Programas de Capacitação

Estão previstas diferentes linhas de desenvolvimento no Plano de Capacitação, desde a Iniciação ao Serviço Público, com ações que visam o desenvolvimento do pensamento crítico acerca do papel do Estado, da Instituição e do servidor público, enquanto profissional e cidadão; até aquelas mais específicas, com ações voltadas para o desempenho de atividades vinculadas ao ambiente, ao cargo, ao setor e a projetos.

Também incluídas as ações de capacitação de caráter geral, que visam à conscientização sobre o papel social e a importância dos aspectos profissionais vinculados à formulação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais; que envolvem aspectos de Gestão, devendo-se constituir em pré-requisito para o exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção.

Visando tornar viáveis atividades relacionadas e desenvolvidas em mais de um ambiente e/ou unidade organizacional são oferecidos cursos interambientais; e finalmente aquelas voltadas para a Educação Formal, que objetivam o desenvolvimento integral do servidor, desde a alfabetização até a pós-graduação. A participação de servidor em eventos de capacitação, poderá ser com ônus para a Universidade (concessão total ou parcial, de inscrições, de passagens, diárias ou outras taxas, assegurados ao servidor o vencimento e demais vantagens do cargo ou

função); com ônus limitado (manutenção do vencimento e demais vantagens do cargo ou função); ou sem ônus.

Quanto ao Plano de Expansão do Quadro de Pessoal, a previsão para Docentes-DOC (455 docentes) e Técnicos Administrativos-TAE, (465 técnicos), no período 2014/2018, encontra-se detalhada na Tabela 31.

Tabela 31 - Previsão para contratação de docentes e técnicos administrativos da UFPE 2014/2018

2014		2015		2016		2017		2018	
DOC	TAE								
80	115	75	85	100	70	100	120	100	75

A expansão do quadro de pessoal docente da carreira de magistério superior se faz necessário para criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, bem como readequação interna com a finalidade de corrigir distorções e melhorar a qualidade dos cursos. Ainda, a ampliação do banco de professor equivalente possibilitando a mudança de regime de trabalho de docentes para intensificar a pesquisa em algumas áreas do conhecimento.

Ampliação do quadro de docentes da carreira de ensino básico, é imprescindível para a consolidação das áreas e expansão das atividades.

A carreira de servidores técnico-administrativos em educação necessita de aperfeiçoamento a partir da criação de novos cargos, aumento do número de vagas e disponibilização de cargos existentes e não disponíveis no quadro atual, com a finalidade de suprir demandas existentes.

Governança Institucional

Gestão Administrativa

A gestão administrativa da UFPE estava até 2013 sob a coordenação de três pró-reitorias: PROPLAN, PROGEST e PROGEPE, entretanto como ocorre na grande maioria das instituições públicas de ensino no Brasil, carecia de bons sistemas de informação e de uma cultura de avaliação e planejamento. Com a criação de uma nova pró-reitoria, a PROCIT que tem como missão articular estrategicamente o sistema integrado de informação e comunicação da UFPE, assim como toda a atividade de produção informacional de nível administrativo nos diversos segmentos universitários, a UFPE está buscando uma maior integração de seus gestores, a transparência nos seus processos e informações e, construindo uma nova cultura de avaliação e planejamento.

O Cenário da Comunicação, da Informação e da Tecnologia da Informação na UFPE

Falar atualmente em Gestão Pública é compreender que o processo de transformação da sociedade é inevitável e que para gerenciar instituições públicas é preciso investir em novas tecnologias e em capital humano. Cabe atualmente propiciar formas para que o conhecimento individual seja agregado ao conhecimento coletivo. A sociedade da informação se caracteriza pela necessidade de respostas rápidas, numa cultura acentuadamente voltada aos relacionamentos internos e externos, transformações que se caracterizam por mudanças nas formas e no tempo de distribuição da informação, resultado de inovações tecnológicas e da importância ofertada ao desenvolvimento social.

O ambiente das comunicações também mudou, com a inclusão das novas tecnologias que, de um lado, oferece mais recursos e, de outro lado, acelera os processos e altera uma cultura bastante tradicional de relacionamentos entre as comunidades interna e externa das organizações. Assim, temos notícias via satélite e por redes de computadores, Internet e Intranet, a explosão da informação em nosso cotidiano, crescente autonomia comunicacional do cidadão, a diminuição da prestação de serviços públicos presenciais, o crescente envolvimento da mídia com o mercado, enfim tudo parece indicar que existe uma grande transformação da cultura de comunicação na sociedade contemporânea.

Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação são áreas conexas percebidas como estratégicas há muitos anos pela Universidade Federal de Pernambuco. No entanto, nos últimos reitorados, essa percepção levou ao desenvolvimento de ações isoladas que não conseguiram responder aos desafios da gestão pública moderna. Como se sabe, a UFPE colocou em operação, ao longo de décadas, muitas estruturas comunicacionais e informacionais: televisão, rádio AM e FM, editora, ASCOM - Assessoria de Comunicação, o NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação (estrutura responsável pela gestão do parque informático e das redes lógicas); criação da unidade CONNECTE ó laboratório de inovação na educação, responsável pelo uso de tecnologias da informação nos projetos pedagógicos; além do Sistema Integrado de Bibliotecas (responsável pela aquisição e gerenciamento dos acervos informacionais).

Essas unidades possuem uma enorme capacidade de ação comunicacional e informacional e recebem investimentos financeiros consistentes por parte da instituição. Superando o modelo segmentado de gerenciamento, elas passaram, em 2012, a ser vistas como Sistema Integrado de Informação e Comunicação da UFPE e são descritas de forma sumarizadas a seguir:

ASCOM (Assessoria de Comunicação)

Em virtude da nova concepção da comunicação da UFPE, surgida a partir da criação da PROCIT, a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) consolida seu papel de órgão responsável pela relação da UFPE com a imprensa e pela comunicação direta com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, por meio de seus produtos jornalísticos, a exemplo do jornal Incampus, dos boletins eletrônicos, programas de rádio, páginas nas redes sociais, Portal UFPE e a Agência de Notícias na internet, que reúne toda a produção da ASCOM.

De 2009 a 2013, a ASCOM realizou os seguintes projetos: implantação do novo site da UFPE, que possibilitou a unidade visual e uso de um mesmo sistema (Joomla) a mais de 90% das páginas da UFPE, incluindo: Centros, Pró-reitorias, Órgãos Suplementares, programas de pós-graduação, Departamentos, entre outros; adesão às principais redes sociais (Twitter, Facebook e Youtube) e ao Flickr para disponibilização de fotos ao público e imprensa; produção de material de divulgação, como folders e panfletos, bem como pastas a produção de vídeo-reportagens para a internet; realização de relatório de mídia para o MEC; criação de dois novos projetos gráficos para o Incampus, de vinhetas para os programas de rádio Notícias do Campus e Conexão Saúde e de layout para o boletim eletrônico (via e-mail) diário e de pesquisas; implantação do clipping eletrônico de notícias sobre a UFPE e educação pública superior.

CONECTE

Criada em 2014 compete à CONECTE articular as ações da CONECTEó Inovação Educacional junto aos centros, cursos e à PROCIT; divulgar os eventos de formação e científicos, encontros e similares para os Campi; disponibilizar pesquisa e produtos multimidiáticos de uso livre para os Campi; desenvolver pesquisas e produtos multimidiáticos a partir de metodologias de ensino ativas baseadas em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), em conexão com demais grupos da UFPE; definir políticas de inovação no ensino superior, com tecnologias, para os cursos presenciais e a distância da UFPE; identificar novas ações de Educação à Distância da UFPE, em consonância com as demandas do estado de Pernambuco; definir ações de melhoria da qualidade do Ensino Superior para UFPE, em consonância com as Pró-Reitorias fim; ofertar cursos de formação continuada para coordenadores de polo de Educação à distância, docentes, monitores e tutores, presenciais e à distância, sobre Educação e Tecnologia; manter atualizado o ambiente online de aprendizagem da UFPE; desenvolver os materiais multimídia dos cursos à distância; orientar sobre a elaboração e execução de projetos de cursos à distância.

Editora Universitária

A Editora Universitária é responsável pelo apoio à produção intelectual dos docentes e pesquisadores da Universidade e pela impressão de publicações diversas, como livros, periódicos, mapas, folders, relatórios, boletins entre outros materiais de divulgação. Além de atender à comunidade acadêmica por meio de editais no que diz respeito ao ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, a Editora

Universitária também presta serviços, por meio de contratos ou convênios, a pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado com aval de seu Conselho Editorial. A Editora Universitária lança uma média de 18 títulos impressos por mês. Entre 2012 e 2014, a Editora lançou também 240 livros digitais através do Portal UFPEBOOKS, plataforma digital inteiramente gratuita onde é disponibilizado o conhecimento aos estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e demais IFEs.

Núcleo de Televisão e Rádio Universitárias (NTVRUs)

Composto pela TV Universitária (1968), a Rádio Universitária FM (1979) e a Rádio Universitária AM (1963), o Núcleo de TV e Rádios Universitárias (NTVRU) existe desde 1968 como órgão suplementar da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, o NTVRU tem como objetivos estratégicos manter no ar o sinal da Universitária FM, digitalizar a transmissão da TVU Recife e de recolocar no ar a Universitária AM.

Em 2012, formou-se uma nova gestão para o NTVRU, através de um processo coletivo, público e democrático, realizado pelos próprios profissionais da televisão e das rádios, com apoio da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em 2013 foram executadas várias ações estratégicas: compra de novos equipamentos, reaproximação com a EBC ó Empresa Brasileira de Comunicação, construção de novas parcerias e realização de duas audiências públicas, além da I Semana da Comunicação Pública, através do estreitamento da relação com o Departamento de Comunicação Social da UFPE e entidades da sociedade civil e públicas. Vale destacar também a cobertura da Reunião Anual da SBPC.

Núcleo de Tecnologia da Informação

O NTI exerce suas atividades nas áreas de sistemas de informação, capacitação e inovação, redes de comunicação, suporte de serviços e infraestrutura de TI, gestão da informação, microinformática e gestão de TI. Atua diretamente junto com a PROCIT no processo de Governança de TI da UFPE nos níveis estratégicos, táticos e operacionais. Além de ter uma sede própria, conta com suporte local nas unidades acadêmicas, de nível operacional, denominados de NATI (Núcleo de Apoio à Tecnologia da Informação).

Nos últimos cinco anos (2009-2013), o cenário da TI exigiu, entre outras ações, o uso de novas tecnologias, a expansão dos serviços essenciais, a atualização do parque computacional, o aumento da equipe técnica, a ampliação da capacitação e a implementação de mudanças na estrutura organizacional da TI. O crescimento e atualização dos serviços têm acontecido de forma incremental, assim como o quadro funcional, que dobrou, nos últimos 5 anos, saindo de 34 servidores em 2009 para 70 servidores específicos da área de TIC em 2013. Serviços como expansões do Sistema de Informações e Gestão Acadêmica (Sig@) visaram a facilitar as atividades administrativas, gerenciais e acadêmicas. Iniciativas de parceria com outras Instituições de Ensino Superior foram consolidadas para uso integrado do Sistema Acadêmico. Vale ressaltar ações de hospedagem do Centro Nacional de Processamento

de Alto Desempenho (Cenapad), assim como investimentos para atualização da infraestrutura de Redes e Suporte da Universidade, garantindo melhor performance e segurança para o usuário, além da expansão da rede WiFi para toda a Universidade.

Com o objetivo de melhorar a execução dos processos administrativos, a Universidade adquiriu em 2014 o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato (SIPAC) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O SIPAC é um sistema formado por vários módulos, tais como patrimônio, orçamento, transportes, projetos e se refere às aquisições da Universidade, principalmente, da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa (Progest), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (PROGEPE) e Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (Proplan).

Sistema Integrado de Bibliotecas

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco ó SIB/UFPE foi criado com o objetivo de difundir informação, democratizar o conhecimento acadêmico e apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE. É formado pela Biblioteca Central e por 13 unidades localizadas nos Centros Acadêmicos e Colégio de Aplicação. Dispõe de um acervo de mais de 300 mil títulos, totalizando quase 1,5 milhão de documentos, em vários suportes.

Entre 2009 e 2013, o SIB/UFPE investiu em modernização de suas unidades, implantação do sistema Pergamum para gerenciamento de atividades das bibliotecas, projeção de acervos eletrônicos, ampliação dos acervos da bibliografia básica e complementar dos cursos da UFPE e capacitação e qualificação de pessoal. Em 2012, a parceria PROGEPE e a então SeGIC (hoje PROCIT) viabilizou a construção do Planejamento Estratégico para o SIB, produzido em conjunto com os servidores, que favoreceu a escolha da atual gestão da Biblioteca Central e do SIB/UFPE e definiu a missão de contribuir para a construção e preservação do conhecimento científico, tecnológico e cultural, promovendo o acesso e ampla disseminação da informação em seus diversos suportes, em apoio ao ensino, pesquisa e extensão da UFPE, e a visão de ser referência nacional em serviços informacionais no âmbito das bibliotecas universitárias federais até 2016.

Em 2013, a BC, que passou por uma grande reforma, reabriu suas portas, contando com novo conceito de Interdisciplinaridade, Intercâmbio cultural e Ação da internacionalização da UFPE. A nova estrutura visa torná-la um centro de debates permanentes, de produção (e não apenas de guarda) da informação, sendo um espaço de produção do conhecimento mais aberto às novas tecnologias e à cultura. Dentro da sistemática de evolução, o SIB implantou na BC o Memorial Denis Bernardes (MDB) um espaço multi-ambiente, com proposta futura de possuir dispositivos e ações constantes de prevenção e controle com relação à umidade, pragas, iluminação e fogo. Os ambientes estão equipados e mobiliados para atender as demandas funcionais específicas.

Desafios Estratégicos e Definição de Cenários de Futuro

A UFPE necessita expandir todos os formatos de coleta, armazenagem e distribuição de informação, além de permitir que esse conjunto seja devidamente comunicado interna e externamente. Para isso, é fundamental o uso cada vez mais intensivo de tecnologias da informação. Hoje, consideram-se que são desafios estratégicos na UFPE:

- a) A automação dos processos de registro, tratamento e disponibilização de informações (desde a matrícula dos estudantes até as formas de progressão funcional);*
- b) A ampliação da divulgação interna e externa das ações institucionais;*
- c) Incremento da transparência das informações públicas;*
- d) Definição do modelo de articulação e gestão dos processos de comunicação, informação e tecnologia da informação;*
- e) Definição de políticas integradas de sistemas;*
- f) Garantia de usabilidade e acessibilidade de sistemas.*

Organização Administrativa

Estrutura Orgânica

A Administração da UFPE é exercida por órgãos normativos, deliberativos e consultivos e pela Reitoria como órgão executivo central.

Existem duas diferentes estruturas administrativas e acadêmicas na UFPE, uma para o campus do Recife e uma para os campi do interior. Em Recife existe uma estrutura de Departamentos, coordenados por dez Centros Acadêmicos, de acordo com a área de conhecimento. Os Centros do Campus Recife, que têm a finalidade de integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão de cada área, são:

- Artes e Comunicação
- Ciências Biológicas
- Ciências da Saúde
- Ciências Exatas e da Natureza
- Ciências Jurídicas
- Ciências Sociais Aplicadas
- Educação
- Filosofia e Ciências Humanas
- Informática
- Tecnologia e Geociências

Os dez centros compreendem 70 Departamentos, que é a menor fração da estrutura universitária no campus do Recife. O Departamento é o órgão que congrega em uma área específica do saber, do ponto de vista didático-científico e administrativo, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. As atividades acadêmicas de cada curso ou projeto desenvolvem-se mediante a cooperação dos Departamentos de um mesmo ou diferentes Centros.

Nos campi do interior, que foram definidos como Centros Acadêmicos, diferentemente do Recife, estão localizados os Núcleos Acadêmicos, estes cumprindo o papel de aglutinação das grandes áreas, sem, contudo, conter a segmentação por Departamentos. No campus de Vitória existem os seguintes Núcleos:

É Biologia

É Enfermagem

É Educação Física e Ciências do Esporte

É Nutrição

E, no Centro Acadêmico do Agreste existem os seguintes Núcleos:

É Design

É Formação Docente

É Gestão

É Tecnologia

É Ciências da Saúde

A Universidade, para melhor desempenho das suas múltiplas tarefas, dispõe ainda dos seguintes Órgãos Suplementares, subordinados diretamente ao Reitor:

É Prefeitura da Cidade Universitária;

É Biblioteca Central;

É Editora Universitária;

É Hospital das Clínicas;

É Núcleo de Tecnologia da Informação;

É Núcleo de Televisão e Rádio;

É Núcleo de Saúde Pública;

É Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami.

É Núcleo de Educação Física e Desporto;

Além desses órgãos, encontram-se também subordinados ao Reitor:

a) *As Assessorias e Comissões: ASCOM - Assessoria de Comunicação Social, Cerimonial, CPA, CPPD, CACE, COVEST, COSAIP, CORAX, Comissão de ética e Comissão de Espaço de Diálogo e Reparação.*

b) *As secretarias e Unidades especiais: Auditoria, Ouvidoria, CECOM- Centro de Convenções, DRI- Diretoria de Relações Internacionais, CONECTE, UAB, UNASUS, SRI ó Secretaria de Relações Institucionais e SEGE ó Secretaria de Gestão Estratégica.*

Órgãos Colegiados: Atribuições, Competências e Composição

Os diversos níveis de órgãos colegiados da UFPE estão definidos, em suas formações e competências, no Estatuto da Universidade. Para o caso da instância superior da Universidade, os órgãos deliberativos, normativos, e consultivos são: Conselho Universitário; Conselho de Administração; e Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. Vale a pena destacar que está em elaboração o novo estatuto da UFPE. O Conselho de Curadores é um órgão de fiscalização econômico-financeira da Universidade.

Conselho Universitário: é constituído pelos integrantes do conselho de administração e do conselho coordenador de ensino, pesquisa e extensão, e pelos ex-reitores (art. 16 do Estatuto). É o órgão colegiado de instância máxima da Universidade, cabendo a ele, entre outras coisas e de acordo com o Art. 19 do Estatuto, apreciar, em grau de recurso, os processos cuja decisão final tenha sido proferida pelo conselho administração ou pelo conselho coordenador de ensino, pesquisa e extensão, nos casos de infrigência da lei; e decidir, após inquérito administrativo, sobre a intervenção em qualquer dos centros, por motivo de infrigência da legislação de ensino, deste estatuto, e do regimento geral.

Conselho de Administração: é constituído pelo reitor (presidente); vice-reitor; pró-reitores; ex-reitores; diretores e vice-diretores dos centros; representantes das classes do magistério; representantes dos estudantes de graduação e pós-graduação; e representantes das classes empresariais (Art. 20). De acordo com o artigo 21 do Estatuto, compete ao Conselho de Administração, entre outras coisas, exercer a jurisdição superior da universidade em matéria administrativa e financeira, ressalvada a competência do conselho de curadores.

Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão: é constituído pelo reitor, como presidente; vice-reitor; pró-reitores; representantes do conselho departamental de cada centro; representantes dos coordenadores de curso (graduação, ensino básico, e pós-graduação); representantes dos estudantes (graduação e pós-graduação). Compete ao conselho coordenador de ensino, pesquisa e extensão exercer a jurisdição superior da universidade em matéria de ensino, pesquisa e extensão. É composto pelas seguintes câmaras: Câmara de admissão e ensino básico; Câmara de graduação; Câmara de pós-graduação; Câmara de pesquisa; Câmara de extensão.

Conselho de Curadores: é constituído por representantes do conselho de administração; conselho coordenador de ensino, pesquisa e extensão; do corpo docente; do corpo discente; do Ministério da Educação e Cultura; e da comunidade. Tem como competência, entre outras, aprovar, em conjunto com o conselho de administração, o orçamento da universidade; e a prestação anual de contas apresentada pelo reitor.

Em cada Centro Acadêmico da Universidade, como órgão consultivo e deliberativo, tem-se o Conselho Departamental. Em seu artigo 46, o Estatuto define que o Conselho Departamental será integrado pelo diretor, como seu presidente; pelo vice-diretor; pelos chefes de departamentos; coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação, em que a maioria das disciplinas sejam ministradas pelo centro; e por representante do corpo discente. No parágrafo terceiro, define-se que o Conselho Departamental poderá dividir-se em Câmaras cuja composição e funcionamento serão disciplinados no Regimento da Unidade.

Os Departamentos, por sua vez, desempenham funções deliberativas e consultivas, em nível de Colegiado Pleno, com todos os seus docentes em exercício e um representante do corpo discente.

No artigo 63 do Estatuto encontram-se as definições dos Colegiados de Curso, de graduação e pós-graduação, visando a integração dos estudos e a coordenação didática. Os colegiados são compostos dos docentes que ministrem as disciplinas do curso. O colegiado tem um coordenador e um vice-coordenador.

Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

Do ponto de vista organizacional, e entendendo-se atividades acadêmicas como todas as atividades fins da Universidade, destacam-se a PROACAD, a PROPESQ, a PROAES, e a PROEXT como os principais órgãos de apoio acadêmico da UFPE.

Deve-se destacar ainda o Sistema de Informação e Gestão Acadêmica (SIG@), sistema integrado de apoio e implementação da política acadêmica e de gestão administrativa da UFPE, através de seus módulos de ensino de graduação e pós-graduação.

O Sistema de Informação e Gestão Acadêmica - SIG@ foi desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da UFPE. Em nível dos Cursos de Graduação, este sistema fornece uma série de ferramentas gerenciais que podem ser trabalhadas pela Diretoria de Controle Acadêmico da PROACAD, pelas Coordenações de Curso, professores, e pelos próprios alunos. Cada dirigente específico, professor, ou aluno, tem um perfil definido para o seu nível de decisão; neste sentido, existem perfis de acesso definidos para Coordenador de Curso, Diretor do Controle Acadêmico, Professor, Aluno, entre outros.

É através deste sistema que o professor informa as notas de suas disciplinas, podendo definir seu sistema próprio de avaliação ou adotar o sistema padrão da UFPE. É facultado também ao professor informar as presenças e faltas dos alunos à disciplina.

Pelo sistema, o aluno tem acesso às suas notas (e à média observada da turma), que são mantidas em privacidade, e às informações gerenciais para a sua vida acadêmica, como seu histórico escolar, média geral, grade curricular, tempo restante para conclusão do curso, entre outros. Estas mesmas informações, aliás, são também disponíveis ao Coordenador de Curso, que pode acompanhar o aluno onde for necessário.

O Coordenador do Curso, que visualiza o Curso como um todo, pode observar o andamento das disciplinas de uma forma geral, durante o decorrer do semestre, e ao fim dele. Ao final de cada semestre é possível obter informações sobre número de reprovações (por falta e por nota), número de aprovações e as disciplinas que mais reprovam ou aprovam. É possível ainda identificar os alunos que ultrapassaram o prazo médio de conclusão do curso e as dificuldades que estes alunos estão tendo em termos de desempenho nas disciplinas.

Estão em fase de desenvolvimento: a de criação de um ambiente para cada disciplina, no qual seja possível a obtenção por parte do aluno de informações relativas ao Plano de Ensino e ter uma interação maior com o professor e turma; a estrutura física disponível para cada disciplina.

A expansão do SIG@ para a pós-graduação foi implantada e atualmente está em fase de adaptações.

*A **PROACAD** (Pró-Reitoria para assuntos acadêmicos) trata exclusivamente das questões relativas ao ensino da graduação, sendo dividida em três diretorias: Gestão Acadêmica DGA, Desenvolvimento do Ensino (DDE) e Informações Gerenciais e Infraestrutura Acadêmica (DIGIA). As diretorias mais ligadas à atividade acadêmica são a DGA e o DDE.*

*A **PROPESQ** (Pró-reitoria para assuntos de Pesquisa e Pós-graduação) trata das questões relacionadas à pesquisa e à pós-graduação da universidade, assessorando o Reitor nestes assuntos, no âmbito interno e externo a universidade, sendo dividida em 3 diretorias, a Diretoria de Pesquisa, Diretoria de Inovação, e Empreendedorismo(DINE), e a Diretoria de Pós-Graduação (DPGA)*

*A **PROEXT** (Pró-reitoria de Extensão) apoia, acompanha e registra as atividades extensionistas da UFPE, e tem como instância deliberativa superior a Câmara de Extensão.*

As atividades de extensão são regulamentadas pela Resolução 09/2007 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. Esta Resolução define

extensão como o elo de integração das atividades universitárias com os diversos segmentos da comunidade externa.

A atuação da PROEXT junto à comunidade universitária é intermediada pelas coordenações setoriais de extensão, unidades vinculadas aos Centros Acadêmicos e Órgãos Suplementares que devem ser contactadas, em primeiro lugar, pelos interessados em realizar alguma ação extensionista. A PROEXT é dividida em duas diretorias, a de extensão cultural (DEC) e a de extensão acadêmica(DEA)

A PROAES (Pró-reitoria de Assuntos Estudantis) foi criada em 2011, em substituição a uma diretoria da PROACAD, e é responsável pela gestão na UFPE do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Decreto nº 7.234/2010 da Presidência da República), e busca ampliar as condições para permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais, com o objetivo de conclusão do curso superior, reduzindo as taxas de retenção e evasão escolar, contribuindo democraticamente para a promoção da inclusão social pela educação. Tem como missão oferecer ao discente, condições materiais e psicológicas que assegurem o processo de formação acadêmica, o desenvolvimento de capacidade profissional e de cidadania.

As outras pró-reitorias existentes que trabalham na gestão institucional, podendo ser consideradas pro reitorias meio são: a PROPLAN, a PROGEPE, a PROGEST e a PROCIT.

A PROPLAN, Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, é responsável pela gestão financeira da Universidade, a administração das contas, gerenciamento da execução orçamentária, prestação de contas dos investimentos e gastos da UFPE por meio de balancetes e recebimento oficial de recursos federais. Nos últimos anos a Proplan tem se destacado pelas ações voltadas a transparência das movimentações financeiras, abrindo dados do orçamento e finanças da UFPE para a comunidade acadêmica e para sociedade em geral, dando acesso à política financeira de manutenção e expansão da Universidade. Possui como missão a busca da eficiência, eficácia e efetividade das ações institucionais, centralizando-se em três eixos principais: Planejamento, avaliação e monitoramento; Gestão da informação e controle do desempenho institucional; e Gestão orçamentária e financeira.

A PROGEPE, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida, é o órgão responsável pelo planejamento, execução e avaliação das ações de administração e desenvolvimento de recursos humanos. Compete a ela realizar ações e projetos voltados à melhoria da qualidade de vida dos servidores, saúde e bem-estar social de todos os servidores da UFPE. Abrange atividades de capacitação e qualificação de pessoal, planejamento da força de trabalho de técnico-administrativos, acompanhar a execução da folha de pagamento, provimentos, vacância, e demais atividades de pessoal.

A **PROGEST**, *Pró-Reitoria de Gestão Administrativa*, foi criada em 2008 pela Portaria Normativa nº 15 A, de 26 de setembro de 2008 para absorver parte da **PROPLAN**- *Pró-reitoria de Planejamento e Finanças* que, na ocasião encontrava-se bastante sobrecarregada de atribuições. Esta pró-reitoria é responsável pela gestão de importantes áreas, tais como: licitações e contratos, gestão de patrimônio e de serviços (transporte, protocolo, arquivo), gestão de logística e de compras da UFPE.

A **PROCIT**, *Pró-Reitoria de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação*, foi criada através da Portaria Normativa nº 07 de 25 de julho de 2014, como pró-reitoria, a nova unidade tem como missão articular estrategicamente o sistema integrado de informação e comunicação da UFPE, assim como toda a atividade de produção informacional de nível administrativo nos diversos segmentos universitários, sendo composta pela Assessoria de Comunicação, Ascom; **CONNECTE**-*Inovação Educacional*; Editora Universitária; Núcleo de Tecnologia da Informação; Núcleo de TV e Rádios Universitárias; e Sistema Integrado de Bibliotecas. A Procit é responsável pela coordenação e acompanhamento da execução da política institucional de gestão da comunicação, da informação e das tecnologias da informação e processos. Tem como competência o acompanhamento de ações das unidades integradas e proposição de diretrizes sobre política de comunicação, informação e tecnologia da informação da UFPE. Também deve propor e apoiar estratégias e planejamento de sistemas de comunicação, informação e tecnologia da informação, articuladas e integradas ao Plano Estratégico da UFPE.

Por outro lado, as assessorias e comissões ligadas diretamente ao gabinete do reitor são as seguintes:

ÉASCOM - *Assessoria de Comunicação Social*;

ÉCerimonial;

ÉCPA - *Comissão Própria de Avaliação*;

ÉCIS - *Comissão Interna de Supervisão*;

ÉCPPD - *Comissão Permanente de Pessoal Docente*;

ÉCACE - *Comissão de Acumulação de Cargos e Empregos*;

ÉCOVEST - *Comissão de Processos Seletivos e Treinamentos*;

ÉCOSAIP - *Comissão de Supervisão de Atividades Insalubres e Perigosas*;

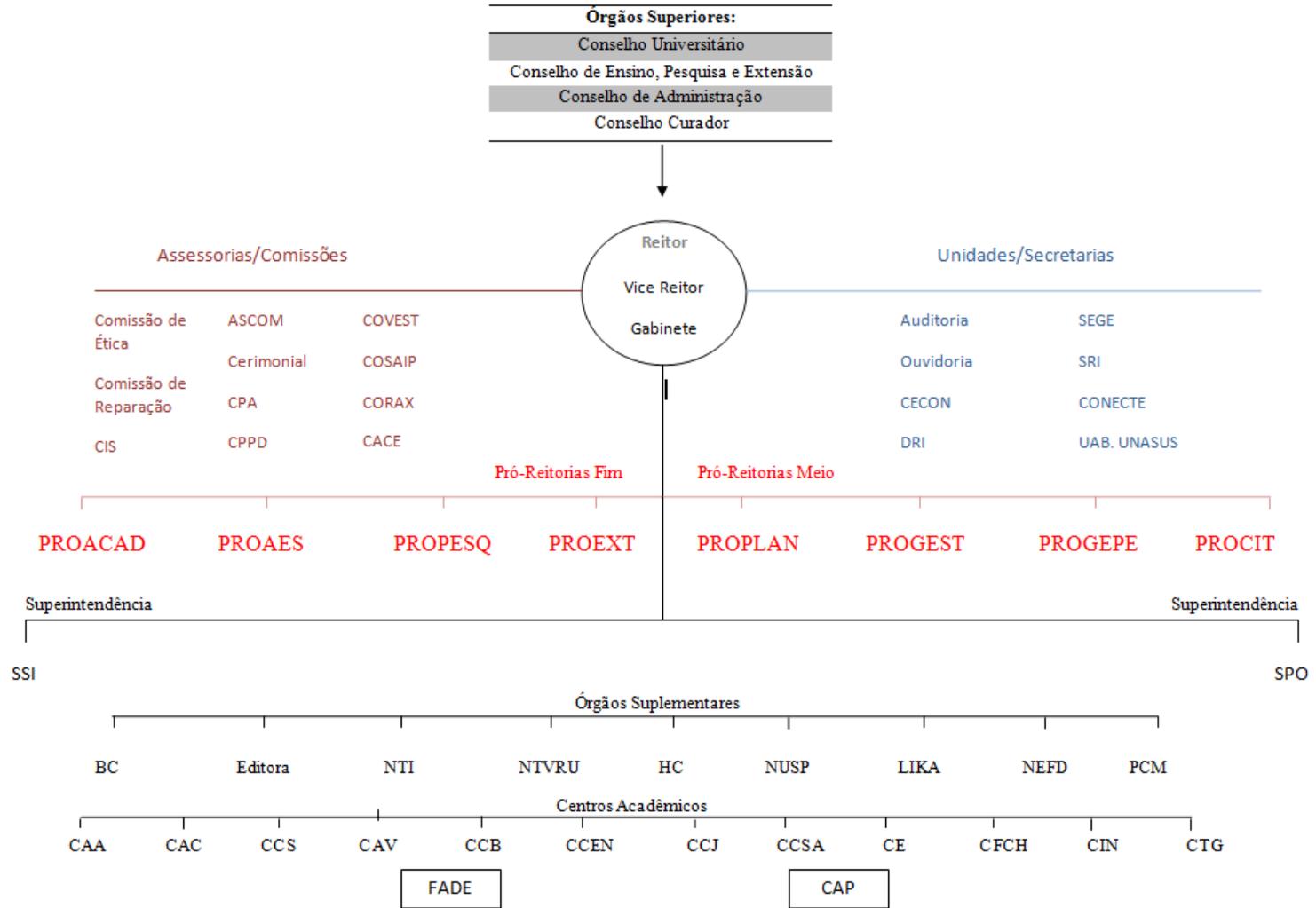
ÉCORAX - *Comissão de Raios-X e Substâncias Radioativas*;

ÉComissão de ética; e

ÉComissão de Espaço de Diálogo e reparação.

Por fim, as unidades especiais e secretarias também ligadas ao gabinete do reitor são: Auditoria, Ouvidoria, **CECON** - *Centro de Convenções*, **DRI** - *Diretoria de Relações Institucionais*, **CONNECTE**, (**UAB**, **UNASUS**), **SRI**, **SEGE** - *Secretaria de Gestão Estratégica*. A seguir o organograma atual da UFPE.

Organograma da Universidade Federal de Pernambuco



Infraestrutura e Segurança

Um grande investimento na infraestrutura da Universidade foi proporcionado pelo REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), lançado pelo governo federal em 2007 com a missão de reestruturar as universidades federais e ampliar o acesso dos brasileiros ao ensino público superior, pelo acréscimo na oferta de vagas.

Com a implantação do REUNI, a UFPE, no período de 2008 a 2012, realizou melhorias nas infraestrutura de apoio acadêmico, destacando-se as reformas das bibliotecas setoriais, ampliações dos Centros de Ciências da Saúde (CCS), Artes e Comunicação (CAC) e Informática (CIn); construção dos três Núcleos Integrados de Atividades de Ensino (Niates) nas áreas de saúde, humanas, biológicas e engenharias; construção do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA); construção da Clínica Escola de Fonoaudiologia e construção da Casa do Estudante Feminina/Masculina, além da reforma das duas casas de estudante existentes em Recife.

No que se refere à aquisição de equipamentos no âmbito do Programa REUNI teve como finalidade melhoria e modernização dos laboratórios e salas de aula, assim como prover os equipamentos necessários para o funcionamento dos cursos novos e dos já existentes. Desse modo, foram utilizados recursos na aquisição de equipamentos laboratoriais para os cursos de Física e Química; computadores para as salas dos Niates e Laboratórios de Informática; projetores multimídia e lousas interativas para as salas de aula e mobiliário para a Biblioteca Central, entre outras aquisições.

A expansão da universidade se deu com evidente melhoria da qualidade, fruto de planejamento, de investimentos, determinação e qualificação do conjunto de professores e servidores da UFPE.

No entanto, é necessário para a modernização da infraestrutura dos ambientes de ensino e pesquisa, ainda está na necessidade de aperfeiçoamento da gestão universitária, na consolidação de processos de planejamento e execução de obras e nas aquisições que atendam as áreas administrativa, acadêmica e de recursos humanos, com eficiência, eficácia e efetividade.

Infraestrutura Física

A atual infraestrutura física da UFPE possui 420.530 m² de área construída, sendo 274.254 m² em edificações acadêmicas, 68.704 m² em edificações do complexo hospitalar e 20.385 m² em edificações administrativas.

Possui um total de 804 laboratórios que abrangem uma área de 47.140,20 m², sendo de 58,6m² a área média por laboratório. O Centro de Tecnologias e Geociências concentra 26,2% do quantitativo de laboratórios, englobando uma área de 15.577,5 m², conforme discriminado na Tabela 32 .

Tabela 32 - Laboratórios existentes na UFPE, por centro. Ano 2013

Centro	Dados		
	Quantitativo	Área (m ²)	Média de Área (m ²)

CAC	71(8,8%)	3.923,4	55,3
CAV	26(3,2%)	1.235,0	47,5
CCB	136(16,9%)	6.863,8	50,5
CCEN	94(11,7%)	5.350,6	56,9
CCJ	2(0,2%)	825,0	412,5
CCS	160(19,9%)	8.337,8	52,1
CCSA	18(2,2%)	728,1	40,4
CCS-CCB	1(0,1%)	40,0	40,0
CE	17(2,1%)	947,9	55,8
CFCH	45(5,6%)	1.710,2	38,0
CIN	18(2,2%)	855,0	47,5
CTG	211(26,2%)	15.577,5	73,8
CTG-CCEN	5(0,6%)	745,8	149,2
Total geral	804	47.140,2	58,6

Segurança Institucional

Breve Histórico e Descrição

A Superintendência de Segurança Institucional foi criada pela Portaria Normativa nº 10/2011, em substituição a Diretoria de Segurança Institucional que era ligada à PROGEPE, ficando diretamente vinculada ao gabinete do reitor. Tem como finalidade exercer o planejamento, a execução e a avaliação dos projetos e atividades referentes à segurança institucional com os seguintes objetivos:

- ✓ Implementar uma política de prevenção ativa e passiva;
- ✓ Identificar os perigos naturais, antrópicos e ambientais;
- ✓ Controlar a situação de risco/violência no campus universitário;
- ✓ Erradicar os agentes criminosos das diversas unidades;
- ✓ Fornecer condição de tranquilidade aos usuários;
- ✓ Estruturar a defesa patrimonial partindo da engenharia de segurança;
- ✓ Organizar a estrutura interna de prevenção de acidentes;
- ✓ Executar a fiscalização de trânsito, promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito;
- ✓ Trabalhar continuamente no aperfeiçoamento de suas técnicas.

A Portaria Normativa nº 12/2010 por sua vez instituiu o Sistema Integrado de Segurança Institucional da UFPE, o qual divide os aspectos da segurança em três, a saber:

É *Segurança Física ou Patrimonial*, responsável pela proteção dos bens da instituição.

É *Segurança Estratégica ou de Inteligência*, responsável pela proteção antecipada do patrimônio presente e futuro da instituição.

É *Segurança Especial ou Complementar*, responsável por proteger as áreas estratégicas da instituição que necessitam de monitoramento permanente diferenciado para consecução de suas finalidades.

Para se ter uma ideia das ocorrências que são objeto de ação da SSI, a Tabela 33 ilustra a evolução das ocorrências, por tipo no período de 2008 a 2013:

Tabela 33 Ocorrências registradas pela SSI em 2013

Ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013
<i>Roubos intramuros</i>	24	22	21	8	17
<i>Roubos extramuros</i>	25	18	27	18	8
<i>Furtos</i>	21	3	39	20	51
<i>Arrombamentos</i>	12	2	26	11	50
Total	82	45	113	57	126

Infraestrutura de manutenção e expansão

Breve Histórico e Descrição

A Superintendência de Projetos e Obras foi criada pela Portaria Normativa nº 30, de 01 de outubro de 2012, vinculada diretamente ao gabinete do reitor. Tem como finalidade planejar e administrar as obras e o uso do espaço físico da Universidade, conforme os objetivos estabelecidos para a ampliação da infraestrutura da UFPE e tem as seguintes competências:

- Elaborar, fiscalizar e administrar a execução dos projetos de engenharia, arquitetura, paisagismo e urbanismos vinculados às obras da Universidade;
- Planejar o uso dos espaços físicos e a expansão da infraestrutura urbana e predial da Universidade;
- Fiscalizar o uso dos espaços físicos, comunicando às autoridades competentes a utilização inadequada ou irregular de locais ou de instalações da Universidade;
- Exercer as demais atribuições conferidas pelo Reitor ou pelos órgãos deliberativos superiores.

Prevenção Contra Incêndio

A UFPE, como todas as IFES, por exigência do MEC para credenciamento ou recredenciamento, conforme consta no Instrumento de Avaliação Institucional Externa,

em seu dispositivo legal/normativo número dois, exige que a Instituição de Ensino Superior apresente o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), o qual nada mais é que um certificado que atesta as condições de segurança e pânico das instalações.

A Universidade Federal de Pernambuco apresenta assim necessidade de se adequar a esta demanda pois existem situações distintas nos diversos prédios dos Centros Acadêmicos e outros órgãos dos diversos campi. Em prédios e instalações novas e recém-construídas, estão dentro dos padrões e requisitos da legislação em vigor, entretanto, há muitos prédios antigos criados antes dessas normas de prevenção contra incêndio e que ainda não foram reformados/adaptados aos novos requisitos de segurança, necessitando de grandes mudanças estruturais para adequação.

Meio Ambiente, acessibilidade e sustentabilidade

Meio ambiente

Sabendo da importância que o tema meio ambiente tem para o país e o planeta, a UFPE tem buscado promover ações e programas concretos com a sua comunidade local e seu entorno com o intuito de preservar o meio ambiente. A UFPE visará estimular ações e implantar mudanças em seus processos de gestão relacionados ao meio ambiente com vistas a tornar o seu entorno mais auto sustentável.

Por outro lado o Ministério do Meio Ambiente dentro do seu programa de responsabilidade socioambiental possui uma Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). O programa tem sido posto em prática em diversos órgãos e instituições públicas das três esferas de governo, no âmbito dos três poderes e pode ser usado como modelo de gestão socioambiental por outros segmentos da sociedade.

A UFPE visando atender a A3P e seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) implantada pelo governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente, objetiva no período deste PDI implantar um processo de controle na gestão de seus resíduos (plano de gerenciamento), buscando uma maior eficiência energética (pretendo instalar uma nova estação de 69 KVA), tendo um maior controle no uso da sua água, realizando construções mais sustentáveis que minimizem a necessidade de utilização de energia elétrica durante o dia e realizando na medida do possível, licitações sustentáveis. Com estas ações voltadas para a maximização na utilização dos recursos naturais, uso mais racional de recursos e reutilização dos mesmos acredita-se que a UFPE tornará mais sustentável melhorando o meio ambiente e, por conseguinte a qualidade de vida dos que habitam e usufruem o seu entorno.

Acessibilidade

Sabendo da importância da inserção das pessoas com necessidades especiais no meio acadêmico e institucional, a UFPE planeja implantar um Plano de Acessibilidade para a instituição com ações que promovam o livre deslocamento, assim como a permanência de pessoas com necessidades especiais. Como um exemplo prático de iniciativas feitas pela UFPE voltadas para a acessibilidade, foi desenvolvido pelo Departamento de Design do Campus do Agreste, uma cartilha de acessibilidade. Esta

cartilha teve como objetivo esclarecer de forma simplificada os princípios elementares de acessibilidade, favorecendo o deslocamento de forma universal, atendendo a quem tem ou não alguma restrição de deslocamento, a fim de conscientizar a sociedade e empresas responsáveis pela construção e sinalização de prédios a respeito da acessibilidade. Os aspectos abordados na cartilha incluem o acesso externo dos prédios e a circulação interna, facilitados por diversos elementos do ambiente, como a altura de aplicação de placas, elementos táteis, contrastes e proporções.

Além disso, houve a criação do Núcleo de Acessibilidade.

Sustentabilidade

A UFPE ciente da importância que a sustentabilidade tem para o planeta criou um grupo de pesquisa que tem buscado exercer um papel atuante em atividades na área de sustentabilidade no país. O grupo que é chamado GIPES (Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos em Sustentabilidades), que é parte do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, é formado por estudantes e pesquisadores interessados na área de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental empresarial.

A UFPE está em processo de implementação de ações voltadas para a sustentabilidade ambiental, estabelecendo critérios de uso racional de seus recursos, ampliando e difundindo iniciativas e programas que assegurem os princípios da sustentabilidade, implementando ações de racionalização do uso de seus recursos bem como aplicando conceitos de sustentabilidade na sua gestão administrativa.

Aspectos Financeiros e Orçamentários

A UFPE é uma Instituição Federal de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação, responsável por sua sustentabilidade financeiro-orçamentária, através de recursos previstos e aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Congresso Nacional. A manutenção das IFES é assegurada por matriz de distribuição orçamentária adotada pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, composta pelo Orçamento de Manutenção e pelo Orçamento de Investimento.

Nessa matriz de distribuição orçamentária entre as IFES, o aluno equivalente é o principal indicador para análise dos custos de manutenção nas rubricas do orçamento de custeio e capital (OCC). O cálculo do aluno equivalente é o somatório dos indicadores parciais relativos às atividades de graduação, mestrado, doutorado e residências universitárias.

Com o Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010, a matriz de distribuição orçamentária para despesas correntes e de capital foi, recentemente, institucionalizada e aperfeiçoada, cujos parâmetros foram definidos por comissão paritária formada pelo MEC e pelos reitores das universidades federais.

Além dos recursos do tesouro, as IFES recebem recursos de convênios e próprios. A receita própria provém da arrecadação de taxas, emolumentos, aluguéis de imóveis da instituição, alienação de veículos e material permanente e da execução de contratos de prestação de serviços educacionais, pesquisa e extensão.

Com base no Limite Orçamentário estabelecido pela Secretaria de Ensino Superior ó SESu/MEC, faz-se a composição da Proposta Orçamentária da Instituição pela distribuição de valores por ações componentes de programas, previamente definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), utilizando-se para este o sistema SIMEC.

Os convênios são realizados pelas Pró-Reitorias, Institutos de Ensino, Núcleos e Campi com autarquias e empresas públicas da administração pública federal, além daqueles assinados com o governo do Estado e prefeituras municipais.

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento - FADE

As Fundações de Apoio são instituições criadas com a finalidade de apoiar os projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse das instituições federais de ensino superior (IFES) e também das instituições de pesquisa. São constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos e regidas pelo Código Civil Brasileiro, passível de fiscalização pelo Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil, além da subordinação à legislação trabalhista e, em especial, ao prévio registro e credenciamento nos Ministérios da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia, renovável a cada dois anos. A relação entre a instituição federal e a fundação de apoio é de fomento ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo sua função dar suporte administrativo e finalístico aos projetos institucionais.

FADE-UFPE, fundada em 1981, foi criada com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da Universidade e exercer e divulgar outras atividades de auxílio ao desenvolvimento técnico, científico e cultural. A relação entre a UFPE e a Fade é regida pela Lei nº 8.958/94, regulamentada pelo Decreto nº 7.423/2010.

Como uma instituição consolidada, a FADE representa um patrimônio de grande valor para a comunidade acadêmica e para todos os seus parceiros. Sua função essencial é promover a integração e gestão de projetos que fomentem as ligações entre a sociedade e a academia, através de canais estabelecidos pelos meios governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal.

A FADE-UFPE tem como missão apoiar a Universidade na realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e no desenvolvimento científico, tecnológico e cultural e, extensivamente, a sociedade em geral, atuando com transparência, preservando os princípios legais e éticos.

Os programas, os projetos, as atividades e as operações especiais, inclusive de natureza infraestrutural, material e laboratorial, têm caráter de desenvolvimento institucional, promovendo a melhoria mensurável das condições da UFPE para o cumprimento eficiente e eficaz de sua missão.

Por mais de 30 anos a UFPE, em parceria com a FADE, vem desenvolvendo programas que geram resultados positivos e beneficiam a sociedade, através de

projetos tecnológicos, científicos, sociais e culturais e, como todas as fundações de apoio, a FADE é fundamental na implementação da Política de Ciência e Tecnologia e Inovação do país, estando na ponta do processo de inovação tecnológica e social.

Nos últimos três anos, a FADE-UFPE foi responsável pela gestão administrativa e financeira de recursos provenientes de quase 500 (quinhentos) projetos, oriundos dos Centros Acadêmicos da UFPE, financiados por instituições públicas e empresas privadas, com destaque para a FINEP e a Petrobrás.

Esses projetos envolveram as mais diversas áreas acadêmicas, dentre elas a pesquisa científica básica ou aplicada, inovação e desenvolvimento de tecnologias e produtos, infraestrutura laboratorial e acadêmica e formação de recursos humanos, contribuindo para o desenvolvimento de atividades que resultaram em geração, divulgação e transmissão de conhecimentos técnico, científico e cultural.

Ademais, um grande número de empresas, públicas e privadas, vem desenvolvendo projetos de sucesso com a FADE-UFPE. Entre os principais parceiros podemos destacar o BNDES, a CHESF, e a CELPE. As parcerias incluem projetos e atividades em áreas estratégicas e a Universidade Federal de Pernambuco, por meio da FADE-UFPE, apresenta-se como uma das principais alternativas de parceria.

Em relação à pesquisa, à inovação, ao empreendedorismo e à iniciação científica, a UFPE vem promovendo a convergência entre as suas competências tecnológicas e as demandas da sociedade, motivando parcerias e intercâmbios baseados na confiança e empenhados com a contínua produção e disseminação de conhecimento voltado para o progresso social. Com presença na agenda de C&T em Pernambuco, a UFPE tem inserção em diferentes setores, como: Petróleo e Gás, Naval e Offshore, Tecnologia da Informação e Comunicação, Setor Elétrico, Energias Renováveis, Metalmeccânico, Pólo Farmacoquímico, Meio Ambiente, Turismo e Cultura.

Nesse contexto, a Fade-UFPE está empenhada na busca conjunta de soluções concretas das necessidades da UFPE e dos seus parceiros, constituindo-se em um modelo de integração. Ela tem um valor estratégico para o desenvolvimento da UFPE, por contribuir com as atividades de pesquisa e inovação em seu âmbito de atuação, ao mesmo tempo em que está comprometida com a eficiência da administração dos projetos sob sua responsabilidade.

Como visão estratégica, a FADE-UFPE pretende ser referência nacional entre as fundações de apoio às universidades federais, por meio da excelência no desenvolvimento e gestão de suas ações e procedimentos, respeitando os valores da Ética, da Responsabilidade Social, da Competência, do Comprometimento, do Dinamismo e da Agilidade, Integração, Criatividade e Inovação.

Hospital das Clínicas - HC

O Hospital das Clínicas (HC) é um centro de saúde vinculado à Universidade Federal de Pernambuco, e tem como missão prestar um serviço de excelência à sociedade nos âmbitos da assistência, do ensino, da pesquisa e da extensão, com o intuito de avançar nos conhecimentos científicos relacionados à saúde, promoção e preservação da vida. É considerado um hospital modelo entre as unidades

universitárias de saúde, e reúne profissionais renomados servindo de campo de atuação para centenas de estudantes de Medicina, Enfermagem, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Psicologia, Odontologia e Serviço Social.

Por ser órgão suplementar, o HC é ligado diretamente ao Reitor para fins de supervisão e controle administrativo, e tem como função básica apoiar o ensino de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências da Saúde (CCS). O hospital reúne mais de 200 docentes, dois mil estudantes de graduação, 510 estudantes de mestrado e doutorado, 240 residentes, 938 estagiários curriculares e 199 voluntários.

Cabe ressaltar que, desde o ano de 2009, o orçamento do Hospital das Clínicas passou a ser elaborado separado ao da UFPE, em Unidade Orçamentária específica - 26373, em conformidade com a Portaria n.º 04-SPO/MEC de 20 de abril de 2008, visto que a arrecadação do SUS não está vinculada ao MEC e sim, ao Fundo Nacional de Saúde. Por ser uma unidade educacional, assistencial e de pesquisa, com atendimento exclusivo para pacientes do SUS, o financiamento era realizado com recursos do Ministério da Saúde e da Educação e Cultura, sendo este praticamente paritário. Cabe aos recursos do MEC a execução das despesas com pessoal, já ao MS as despesas com custeio e de capital. Em 2009 o hospital tornou-se unidade orçamentária e passou a administrar diretamente seus recursos orçamentários e financeiros, incluindo o de pessoal. Posteriormente com o REHUF - Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, houve incremento financeiro, calculado através da qualidade e especificidade dos serviços prestados, os quais geram ranking de classificação. Dentre os 46 hospitais universitários do país, o da UFPE ocupa a 7º posição. Posteriormente, visando dar seguimento ao processo de recuperação dos hospitais, foi criado em 2011 através da Lei nº 12.550, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, EBSEH, empresa pública vinculada ao Ministério da Educação, sendo responsável pela gestão do Programa de Reestruturação e que por contrato firmado com as universidades federais optantes, objetiva modernizar a gestão de hospitais universitários federais. O contrato foi firmado no dia 11 de dezembro de 2013, tendo como número 132/2013 - UFPE.

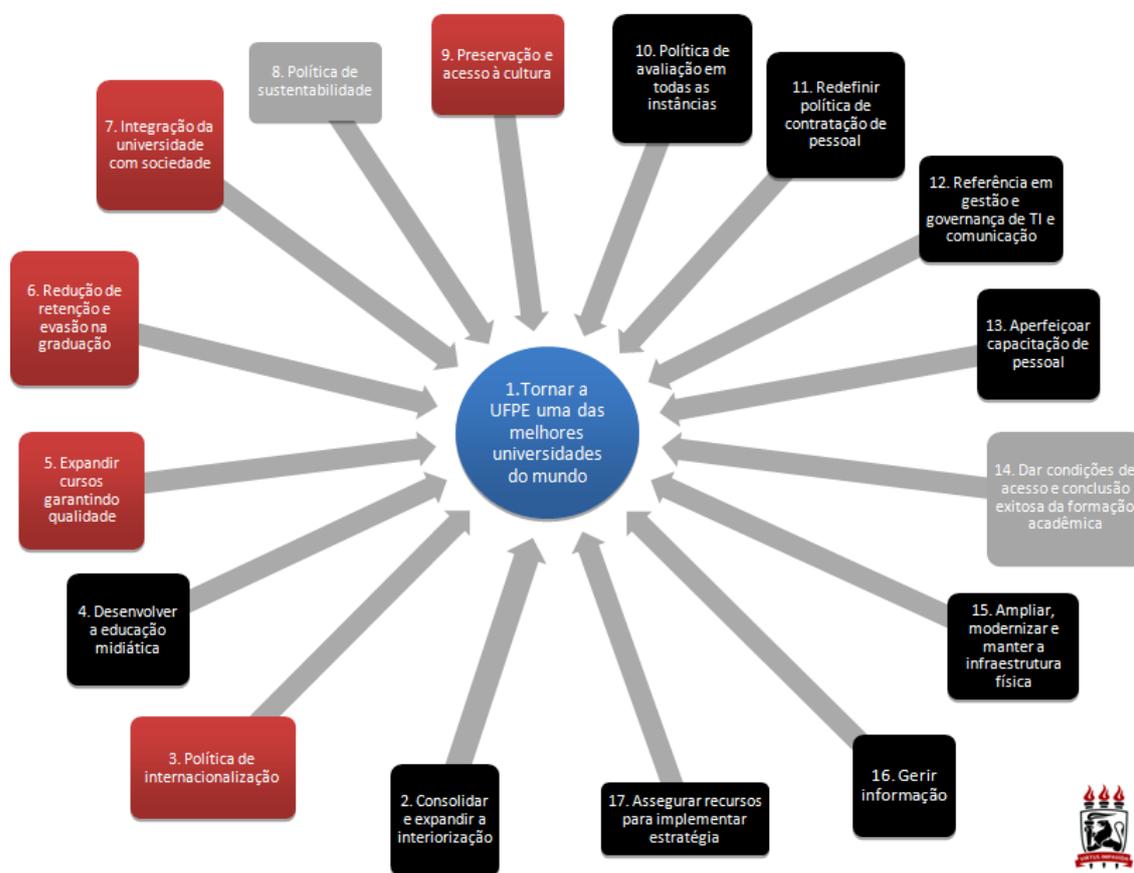
Entre as ações a serem realizadas no Hospital das Clínicas, será proposto a elaboração do Plano Estratégico Institucional do HC em 2015.

Em virtude dos grandes processos de mudança e reestruturação no Hospital com o advento da EBSEH, não serão apresentadas diretrizes e metas nesse momento, aguardando-se até o fim da estabilização administrativa.

Ações para o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018

Como parte de sua trajetória em prol da concretização de sua visão, a UFPE definiu no seu Plano Estratégico PEI 2013-2027 dezessete objetivos estratégicos, derivados de demandas dos interessados (stakeholders) e desafios a serem enfrentados nos próximos anos. Esses desafios estão perfeitamente alinhados de um lado com a declaração da última Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada pela UNESCO em julho de 2009, e de outro lado com o PNE - Plano Nacional para Educação, aprovado pelo Senado Brasileiro em dezembro de 2013 e decretado e sancionado pelo Congresso Nacional pela Lei nº135005 de 25 de junho de 2014

Considerando a análise situacional da UFPE apresentada no capítulo anterior, que descreve o diagnóstico da instituição, nos diversos aspectos de interesse, com o foco na evolução ocorrida no período do último PDI, qual seja 2009-2013 e, a partir de uma grande discussão com os gestores e a comunidade da UFPE, foram então definidas as ações para o período 2014-2018 organizadas em função de cada um dos objetivos estratégicos do PEI 2013-2027, com o foco central no Objetivo 1: Tornar a UFPE uma das melhores universidades do mundo, conforme ilustra o Diagrama a seguir.



Para a UFPE se tornar uma instituição de classe mundial deverá investir em ações estratégicas de diversas naturezas as quais estão agrupadas segundo os objetivos estratégicos ligados à sua missão, destacados em preto no diagrama e, dos recursos, destacados em vermelho, definidos no PEI 2013-2027 e a seguir descritas.

Assim, cada objetivo estratégico é, nesse plano, desdobrado em ações. Cada ação tem um identificador numérico único composto pelo identificador numérico do objetivo estratégico e um número sequencial da ação. Assim, a ação 3.2 refere-se a segunda ação associada ao objetivo estratégico 3 (Implantar uma política de internacionalização).

Objetivo Estratégico 2: Consolidar e expandir a interiorização

2.1 Estabelecer os critérios normativos para expansão de cursos e de campi levando em conta as necessidades e demandas socioeconômicas e culturais das regiões onde serão inseridos os novos cursos, garantindo a implantação de pelo menos 7 novos cursos no interior no período 2014-2018.

2.2 Criar pelo menos 4 novos programas de pós-graduação nos campi do interior.

2.3 Início de funcionamento do restaurante universitário do Centro Acadêmico do Agreste.

2.4 Expandir o programa de bolsas para os estudantes dos campi do interior.

2.5 Em alinhamento com a ação 1 e dentro de um contexto de relevância e interesse institucional e social, implantar, caso indicado, um novo campus da UFPE fora da RMR e no estado de Pernambuco.

Objetivo Estratégico 3: Implantar uma política de internacionalização

3.1 Aprimorar a estrutura normativa para possibilitar a equivalência dos créditos resultantes de mobilidade nacional, internacional e interna (inter campi);

3.2. Estruturar e consolidar o Núcleo de Formação em Línguas para todos os cursos de graduação. Incrementar em 50% o ensino de língua estrangeira para a comunidade acadêmica.

3.3 Ampliar o intercâmbio de alunos de pós-graduação do exterior em 30%.

3.4 Adotar as medidas necessárias para estimular a admissão, na pós-graduação, de alunos provenientes de outros países (alunos estrangeiros).

3.5 Divulgar os programas de pós-graduação junto às embaixadas sediadas no Brasil.

3.6 Incrementar a mobilidade acadêmica em 30% por ano (de 588 em 2013 para 764 em 2018).

3.7 Instituir os núcleos de estudos da Ásia, da África, das Américas e da Europa até 2018.

3.8 Estruturar programa de cooperação de pesquisadores e estudantes de pós-graduação com instituições internacionais em áreas estratégicas;

3.9 Estruturar e realizar missões internacionais (pelo menos uma missão por ano).

3.10 Incentivar a capacitação de professores no exterior (pos doc).

- 3.11 Ampliar os acordos de cooperação da UFPE com universidades e institutos de pesquisa.
- 3.12 Intensificar a atuação da UFPE nos sistemas nacionais e internacionais de ciência, tecnologia e inovação participando de missões internacionais;
- 3.13 Implantar um sistema integrado de gerenciamento de candidaturas para intercâmbio internacional de discentes e docentes em mobilidade internacional (Sistema Integrado de Mobilidade Acadêmica Internacional).
- 3.14 Ampliar a oferta de ensino de português para estrangeiro.
- 3.15 Implantar a página na web da UFPE em inglês, espanhol e francês, até 2016.
- 3.16 Apoiar a promoção de eventos internacionais na UFPE (pelo menos um por ano);
- 3.17 Ampliar em 30% os recursos para publicações em periódicos internacionais da produção científica e tecnológica da UFPE;
- 3.18 Ampliar o Programa de Mobilidade Internacional da UFPE participando de editais e parcerias de fomento à mobilidade acadêmica internacional;
- 3.19 Incrementar a mobilidade discente internacional, tanto de estudantes da UFPE para outras universidades, quanto de estudantes estrangeiros na UFPE;
- 3.20 Ampliar a oferta de material de divulgação da UFPE em português, inglês, francês e espanhol;
- 3.21 Ofertar sistematicamente disciplinas em inglês na pós-graduação começando com pelo menos uma disciplina por ano, por programa;
- 3.22 Investir em marketing institucional interno e externo.
- 3.23 Ampliar em 30% o auxílio a idiomas para os estudantes de graduação fazerem cursos de inglês.

Objetivo Estratégico 4: Desenvolver a educação midiática

- 4.1 Atualizar a metodologia de ensino dos cursos de graduação flexibilizando o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs) a fim de promover inovações pedagógicas.
- 4.2 Definir uma política e plano para atualização docente em relação a novas metodologias e práticas de ensino.
- 4.3 Criar novos polos de apoio presencial da UAB.
- 4.4 Definir uma política de educação midiática que garanta 20% da carga horária dos cursos presenciais em EAD, e implantá-la em pelo menos 60% dos cursos até 2018;
- 4.5 Criar e implantar dois cursos de graduação estratégicos para UFPE em EAD até 2018.
- 4.6 Criar um curso *strictu sensu* em EAD.
- 4.7 Aprovar a permissão para aprovação de defesas e seleção de candidatos de mestrado e doutorado à distância, em 2015.
- 4.8 Criar um curso de extensão sobre propriedade intelectual em 2016;
- 4.9 Ofertar 6 novos cursos SECADI e UNASUS;
- 4.10 Ofertar 5 novos cursos UAB de graduação em EAD.
- 4.11 Celebrar convênios com universidades para aceitação dos créditos das disciplinas ofertadas em EAD.

4.12 Ofertar disciplinas em EAD a outros cursos e instituições nacionais e internacionais;

4.13 Promover acesso aos cursos EAD via ENEM.

Objetivo Estratégico 5: Promover a expansão de cursos garantindo a qualidade

5.1 Reestruturar o ensino de graduação, baseado nas metodologias atuais de ensino e incorporação da educação tutorial, sendo o curso de Medicina do campus Recife um dos prioritários para o ano 2015.

5.2 Implantar ferramentas virtuais para o aperfeiçoamento do acompanhamento dos processos pedagógicos envolvidos na formação acadêmica, tais como a caderneta eletrônica; PPC; processo de alocação de vagas para professores substitutos e outros;

5.3 Implantar 12 novos cursos de graduação.

5.4 Em 2014 os novos cursos presenciais serão: Medicina no CAA e Licenciatura em Letras Libras no Recife.

5.5 Implantar 3 bacharelados interdisciplinares, 1 em Caruaru, 1 em Vitória e 1 em Recife até 2018.

5.6 Elaborar e implantar o Plano Institucional de Apoio ao Desenvolvimento das Licenciaturas no ano de 2015.

5.7 Aperfeiçoar o modelo de captação, oferta e contratualização do estágio obrigatório.

5.8 Consolidar estratégias institucionais de apoio às reformas curriculares dos cursos de saúde e sua relação com a Rede de Serviços de Saúde garantido os campos de práticas e estágios curriculares dos alunos;

5.9 Implantar projeto de apoio acadêmico-Observatório de educação tutorial;

5.10 Fortalecer o fórum dos coordenadores de cursos de graduação.

5.11 Promover a articulação da PROACAD com a PROPESQ para oferta da disciplina de metodologia do ensino superior e estágio docente;

5.12 Instituir a Iniciação Científica e CONIC como atividades curriculares oficiais na UFPE;

5.13 Criar e implantar marcos normativos que favoreçam o cumprimento dos processos regulatórios de acreditação (ARCU-SUL) e outros dos cursos de graduação;

5.14 Elevar a qualidade dos cursos de graduação em 2018, dobrando a quantidade de cursos com conceito 5.

5.15 Aumentar as vagas de ingresso na pós-graduação em 20% a partir da criação de novas áreas de pesquisa em programas existentes e da criação de novos programas (dois por ano) em áreas estratégicas, com foco no desenvolvimento regional, com conceito no mínimo 4;

5.16 Estimular a integração entre os programas de pós-graduação, com vistas à cooperação institucional (transdisciplinaridade e multidisciplinaridade);

5.17 Aumentar gradativamente o conceito médio dos cursos de pós-graduação stricto Sensu a cada avaliação trienal da CAPES, até 2018, garantindo que 100% dos

programas com mais de cinco anos de existência atinjam conceito 4,0 ou superior, ao final desse período;

5.18 Duplicar o número de mestrados profissionais até 2018 passando de 9 para 18.

5.19 Ofertar, com periodicidade adequada, os cursos de Especialização que: apresentam demanda relevante; demonstrem potencial para gerar impacto social e revelem indicadores positivos de qualidade.

Objetivo Estratégico 6: Institucionalizar uma política de acompanhamento e redução da retenção e da evasão na graduação

6.1 Elaborar e implantar, até 2017, um programa institucional de monitoramento e controle da evasão e retenção para propor ações de ajustes nos cursos; formação de professores e suporte educacional aos alunos.

6.2 Estabelecer os mecanismos de acompanhamento e monitoramento dos ingressantes até 2015.

6.3 Estabelecer os mecanismos de acompanhamento e monitoramento dos egressos dos cursos de graduação e de pós-graduação até 2016.

Objetivo Estratégico 7: Viabilizar a integração da universidade com a sociedade dentro de um programa de pesquisa, extensão e inovação

7.1 Conceber um modelo de escritório de projetos ligados à FADE.

7.2 Implantar ações de interação junto a empresas e sociedade no intuito de levantar demandas que tenham convergência com a atuação dos pesquisadores da UFPE;

7.3 Criar uma política de fomento à pesquisa científica e avaliar seus resultados, ou seja, propor um modelo para gerenciar o desempenho da pesquisa;

7.4 Assegurar à UFPE e pesquisadores o direito de patente e royalties sobre os produtos de pesquisa, e dar suporte aos pesquisadores no cadastramento, junto com a garantia do crescimento e consolidação dos grupos de pesquisa;

7.5 Articular ações junto aos grupos de pesquisas e programas de pós graduação mapeando as possibilidades de geração de patentes

7.6 Garantir que um percentual das dissertações e teses gerem depósitos de pedido de proteção (da propriedade intelectual pertinente).

7.7 Alcançar, no mínimo, 500 pedidos de proteção de propriedade intelectual junto ao INPI, no período deste PDI.

7.8 Despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes da graduação;

7.9 Instituir programa de divulgação dos resultados de excelência em pesquisas e publicações;

7.10 Garantir que todas as dissertações e teses gerem pelo menos um artigo científico em revista especializada;

7.11 Promover o Intercâmbio Nacional com as universidades brasileiras de maior produção (USP, UNICAMP; UFRJ; UFMG; UFRGS; UNIFESP (dentre outras);

7.12 Implantar bolsas de empreendedorismo jovem;

7.13 Realizar a Formação Continuada e Permanente através da realização de cursos/eventos-ampliando em 30% o nº cursos/eventos registrados no SIGPROJ e em 20% o nº de docentes e discentes envolvidos;

7.14 Difundir e socializar a Produção Acadêmica nas áreas temáticas da extensão universitária ampliando em 10% ao ano o quantitativo de produções acadêmicas (livros, revistas) de extensão publicadas e, em 20% ao ano, o quantitativo de publicações digitais;

7.15 Produzir e apoiar mídias e audiovisual através do lançamento de 01 edital anual de apoio à produção de vídeos, documentários e outros produtos de mídias e audiovisual;

7.16 Difundir e popularizar a Ciência, Tecnologia, a Inovação e a Educação Ambiental de projetos da UFPE e/ou com instituições parceiras promovendo 01 edital anual de iniciativas acadêmicas desenvolvidas e/ou apoiadas pela CECINE e ampliando em 10% a participação de docentes/discentes em atividades desenvolvidas;

7.17 Realizar Políticas Institucionais de Extensão de apoio às políticas públicas, movimentos sociais e organizações da sociedade em geral através da execução de convênios, contratos, cooperações e parcerias institucionais, lançando 01 edital/chamada pública anual

7.18 Promover ações afirmativas de inclusão e de apoio às ações étnico-raciais, de idosos da Universidade Aberta da Terceira Idade- UnaTi e do Núcleo de Atendimento ao Idoso- NAI ,integrantes do Programa PROIDOSO, às Pessoas com Deficiência (PDs) e suas famílias , no Programa do Núcleo de Iniciação ao Desporto Especial (PRONIDE ampliando em 10% os beneficiários do PRONIDE e PROIDOSO, (01 edital anual de cadastro e de fomento aos cursos Pré-Acadêmicos e um outro edital de fomento às ações e iniciativas acadêmicas na temática étnico-racial);

7.19 Implementar o Programa Institucional de Bolsas de Extensão ó PIBEX, promovendo 02 editais/ano;

7.20 Internacionalizar a extensão através do apoio às ações extensionistas e intercâmbios ampliando em 10% os eventos e publicações temáticas;

7.21 Dialogar com os Municípios com o intuito de fortalecer a interiorização e o desenvolvimento local, ampliando em 10% as visitas técnicas aos municípios atendidos;

7.22 Realizar um evento acadêmico anual de Extensão (ENEXT).

7.23 Fortalecer a indissociabilidade ensino/pesquisa/ extensão, em consonância ao Plano Nacional de Educação , Meta 12, estratégia 12.7 que define **o assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social**, promovendo 01 edital anual de pesquisa-ação.

Objetivo Estratégico 8: Promover uma política de sustentabilidade

8.1 Expandir, revitalizar e otimizar os espaços de convivência considerando a política de acessibilidade.

8.2 Estimular nos parceiros o comprometimento com a sustentabilidade, de forma que desenvolvam uma atitude cidadã no seu ambiente de trabalho no dia-a-dia;

8.3 Inserir critérios de sustentabilidade ambiental em seus procedimentos licitatórios;

8.4 Promover discussões de sustentabilidade ambiental como algo indissociável do bem-estar humano;

8.5 Criar uma cultura de sustentabilidade dentro da instituição.

8.6 Implantar o PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

8.7. Implantar o Projeto COOPERE - Coordenação de Prevenção e Gerenciamento de Resíduos e Efluentes da UFPE - Centro gestor das ações determinadas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da UFPE

Objetivos Estratégico 9: Implantar uma política de resgate, preservação e acesso à cultura

9.1 Implantar um Sistema de Cultura;

9.2 Criar e requalificar os espaços culturais da UFPE como cinemas, cinemoteca, teatros, galerias entre outros;

9.3 Promover a pesquisa e ensino da cultura através de programas de extensão, graduação e pós graduação vinculados ao campo cultural;

9.4 Expandir os espaços expositivos;

9.5 Implantar o Espaço Cultural;

9.6 Formar gestores e produtores culturais.

Objetivo Estratégico 10: Implantar a política de avaliação (interna e externa) em todas as instâncias

10.1 Consolidar o modelo de avaliação do desempenho acadêmico dos docentes da UFPE, e instituir processos de formação pedagógica para docentes com resultados insatisfatórios pelos instrumentos de avaliação até 2016.

10.2 Estimular as avaliações dos auxílios financeiros para pesquisa científica para que sejam realizadas por comissões constituídas por docentes externos (internos) à UFPE para construção de um banco de avaliadores ad hoc.

10.3 Realizar pesquisa de clima organizacional, visando tomar ações para melhoria da satisfação dos servidores no ambiente institucional;

10.4 Aperfeiçoar normas e procedimentos de gestão de desempenho de docentes e atualizar a de técnicos administrativos e avaliação de gestores;

10.5 Implantar um sistema informatizado integrado de gestão de pessoas que possibilite, entre outros, o aperfeiçoamento do dimensionamento de pessoal e a identificação de talentos necessários para melhoria da gestão.

10.6 Promover ações de vigilância à saúde do servidor.

10.7 Avaliar continuamente as competências necessárias e existentes visando prover as unidades organizacionais de pessoal adequado e suficiente para o desempenho das atividades.

10.8 Instituir um programa de monitoramento e avaliação dos planos (PEI, PDI, PAI) até 2015.

10.9 Fortalecer a CPA- Comissão Própria de Avaliação.

10.10 Definir um macroprocesso e a estrutura de autoavaliação institucional.

Objetivo Estratégico 11: Redefinir a política de contratação de pessoal (docentes e técnicos) para garantir a excelência da instituição

11.1 Elaborar um código de ética, próprio para servidores da UFPE;

11.2 Definir e elaborar indicadores para avaliar as contratações de docentes dos últimos anos visando instruir mudanças nos editais de novas contratações;

11.3 Aumentar o número de docentes visitantes estrangeiros visando a internacionalização da pesquisa incluindo um Programa de Apoio aos mesmos;

11.4 Elaborar modelo de gestão por competência.

Objetivo Estratégico 12a: Ser referência na gestão e governança institucional

12a.1- Elaborar o novo Estatuto em 2015;

12a.2- Concluir em 2015 o Plano Diretor dos três campi;

12a.3- Elaborar um estudo de custo do aluno por curso até 2018;

12a.4- Conceber e Implantar um modelo de gestão de desempenho através de indicadores;

12a.5- Elaborar o Plano Estratégico da FADE;

12a.6- Elaborar o Plano Estratégico do HC.

12a.7- Estudar critérios para acesso a funções de gestão institucional.

12a.8 Reavaliar, em 2018, o Plano Estratégico Institucional.

12a.9 Melhorar continuamente o processo de elaboração, acompanhamento e avaliação das ações institucionais anuais (PAI).

Objetivo Estratégico 12b: Ser referência na gestão e governança na Tecnologia da Informação e Comunicação

12b.1- Elevar a maturidade em governança de TI a partir do plano de governança de TI, até 2018

12b.2- Elevar a satisfação da comunidade acadêmica com os serviços de TI

12b.3- Investir na aquisição de infraestrutura de tecnologias para unidades integradas de comunicação, informação e TI

12b.4- Investir em ações articuladas de inovação

12b.5- Aprovar o PDTI

Objetivo Estratégico 13: Aperfeiçoar o Programa de capacitação de Pessoal (Docentes e técnicos) para garantir a excelência da instituição

13.1 Ofertar obrigatória e regularmente curso de formação docente a ser cumprido no estágio probatório;

13.2 Promover ações de aperfeiçoamento para profissionais de atenção básica e projeto mais médicos, com oferta do I Curso de Pós Graduação Lato Sensu, Multiprofissional em Saúde das Famílias e das Comunidades.

13.3 Implementar a avaliação de impacto das ações de capacitação em todos os níveis.

13.4 Aperfeiçoar as ações de capacitação para gestores profissionalizando a gestão universitária, capacitando 30% dos gestores para a gestão universitária;

13.5 Duplicar o número de servidores com titulação de mestres e doutores realizando avaliação de impacto quanto ao desenvolvimento institucional;

13.6 Aperfeiçoar o plano de capacitação e qualificação de servidores;

13.7 Expandir em 30% o programa de capacitação em línguas estrangeiras, libras e áreas técnicas;

13.8 Promover programa de preparação dos servidores para aposentadoria;

13.9 Implantar Programa de capacitação relacionadas a TIC (processos, governança, gestão, sistemas, tecnologias) e qualificação até 2018.

Objetivo Estratégico 14: Oferecer condições de acesso, permanência e conclusão exitosa da formação acadêmica de todos os estudantes

14.1 Inaugurar a casa do estudante mista do campus Recife e as novas instalações do Núcleo de Apoio a Eventos em 2014;

14.2 Ampliar em 37% o quantitativo de bolsas e auxílios para alunos das classes populares;

14.3 Descentralizar o R.U. do Recife construindo novas instalações, sendo a primeira descentralização no CCB em 2015 e, posteriormente, para outra região dependendo de consulta à SPO;

14.4 Disponibilizar assistentes sociais no NASE para planejamento familiar;

14.5 Aumentar o atendimento psicológico ao discente em 30%.

14.6 Rever política de bolsas aos alunos retidos na UFPE prejudicando outros alunos que precisam de bolsas.

14.7 Realizar estudos de adequações das instalações físicas e reformas visando eliminar barreiras físicas, auditivas e visuais, adequando sua acessibilidade, bem como cuidar para que os próximos projetos contemplem essas necessidades;

14.8 Adequar os sistemas de informação, materiais didáticos e pedagógicos da instituição contemplando recursos de acessibilidade para pessoas surdas, por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) garantindo as condições de acessibilidade, através da utilização de recursos de tecnologias apropriadas;

14.9 Disponibilizar aulas em EAD com recurso de interpretação em libras.

Objetivo Estratégico 15: Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da Universidade

15.1 Abrir, anualmente, editais de Melhoria de Laboratórios de Ensino visando a aquisição de equipamentos de acordo com as necessidades de cada Curso de Graduação;

- 15.2 Dar suporte para aquisição de mobiliário e equipamentos para salas de aula.
- 15.3 Fazer levantamento no ano 2015 junto aos Centros Acadêmicos das necessidades de climatização de salas de aula e laboratórios de ensino e posteriormente alinhar as demandas apresentadas a capacidade de atendimento térmico junto a Prefeitura Universitária;
- 15.4 Reestruturar a Coordenação do Corpo Docente/DGA com readequação de infraestrutura física, de pessoal e de fluxos de processos de trabalho para melhor atender as demandas dos campi até 2017.
- 15.5 Realizar planejamento da infraestrutura predial de laboratórios e grupos de pesquisa;
- 15.6 Ampliar a creche.
- 15.7 Desenvolver o Plano de Atendimento à Emergências em segurança do trabalho da UFPE.
- 15.8 Implementar em 2015 um sistema de Circuito Fechado de Televisão - CFTV integrado com a Central da SDS;
- 15.9 Implementar em 2015 controle de acesso ao campus Recife e unidades;
- 15.10 Dotar em 2016 as unidades com sistema de alarmes de incêndio e de presença;
- 15.11 Modernizar e ampliar a infraestrutura tecnológica do NTVRU;
- 15.12 Implantar a Etapa 1 (infraestrutura e prédios) do Campus 2 de Vitória de Santo Antão.
- 15.13 Construir o prédio do curso de medicina do CAA (Programa Mais Medicos).
- 15.14 Obter o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) em 2016;
- 15.15 Promover ações visando a maior eficiência energética com a instalação de uma nova estação de 69 kVA;
- 15.16 Promover em 2015 um Programa de combate ao desperdício de energia elétrica e reconfigurar a rede elétrica dos campi.
- 15.17 Implantar o Laboratório Integrado de Tecnologia em Petróleo, Gás e Biocombustíveis ó LITPEG-UFPE
- 15.18 Melhorar a gestão da manutenção predial e urbana através das seguintes ações:
- a. Implantar o processo de planejamento e acompanhamento da manutenção predial conduzida pela Prefeitura (alinhado ao Plano de Providências definido junto ao Tribunal de Contas da União).
 - b. Implantar processo de manutenção preventiva das redes elétricas e hidráulicas de todos os edifícios da UFPE.
 - c. Implantar o Sistema de Gestão e Acompanhamento das solicitações de manutenção PCU Atende online (SIPAC?).
- 15.19 Concluir digitalização de todo acervo de plantas dos prédios da UFPE;
- 15.20 Adequar contrato de limpeza predial às novas demandas da instituição;
- 15.21 Implantar, em parceria com a COMPESA, a rede de coleta de esgoto no campus Recife;
- 15.22 Dar continuidade aos editais para dotar todos os prédios de geradores, na entrada de energia, de modo a suprir 100 % da demanda nas faltas de energia;

15.23 Implantar Certificação ISO 9001 na PCU.

15.24 Adequar a estrutura da DRI e unidades que lidam com internacionalização, bem como a unidade de línguas;

15.25 Realizar estudo de viabilidade de projeto para acomodações de discentes e docentes estrangeiros na UFPE, bem como adequar seu apoio e recepção, com implantação em 2017.

Objetivo Estratégico 16: Desenvolver a gestão da informação e implantar sistemas integrados de informação e comunicação robustos e consistentes que abranjam todas as áreas da instituição

16.1 Implantar o SIPAC.

16.2 Implantar um sistema de apoio à gestão de pessoas

16.3 Ampliar em 60% até 2018 o acesso à informação;

16.4 Implantar em pelo menos 40% até 2018 a gestão eletrônica de documentos;

16.5 Implantar em pelo menos 60% até 2018 a gestão da segurança da informação;

16.6 Ampliar para até 70% a disponibilização e preservação da documentação histórica, científica, funcional e administrativa;

16.7 Disponibilizar ambientes virtuais de Comunicação e Informação (portal corporativo, ambientes de vídeo conferências, aplicativos móveis);

16.8 Implantar a Rede Social UFPE;

16.9 Implantar soluções digitais móveis;

16.10 Desenvolver e implantar programa de expansão em 40% de disponibilização de documentos eletrônicos na UFPE;

16.11 Desenvolver e implantar o Portal Corporativo da UFPE.

16.12 Implantar o sistema em nuvem da UFPE

16.13 Ampliar o potencial de comunicação nos centros acadêmicos e unidades administrativas nos três campi, através da implantação das Centrais de Informação e Comunicação, rede social e soluções digitais móveis com cobertura de 70% até 2018;

16.14 Democratizar a comunicação implantando plataformas de comunicação interativas com participação ativa da comunidade cobrindo até 2018 70% das unidades;

16.15 Ampliar em 40% até 2018 a acessibilidade comunicacional através de projetos inovadores de comunicação interativa usando tecnologias assistivas;

16.16 Implantar o sistema de transmissão digital interativa para a TVU;

16.17 Qualificar e ampliar em 40% até 2018 produtos de comunicação externa e interna (Livro texto, INCAMPUS, Folders, boletins,..);

16.18 Criar, até 2016, um programa semanal na NRTVU destacando os principais acontecimentos da UFPE;

16.19 Implantar políticas de comunicação, informação e tecnologia de informação.

Objetivo Estratégico 17: Assegurar recursos orçamentários necessários para implementação da estratégia

17.1 Melhorar o desempenho institucional com o objetivo de receber maiores aportes orçamentários e aumentar a participação da UFPE no modelo nacional de financiamento das IFES.

17.2 Desenvolver políticas e estimular a captação, institucional e departamental, de recursos públicos e privados para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

17.3 Otimizar a alocação de recursos orçamentários globais segundo prioridades institucionais.

17.4 Definir sistemática de liberação de auxílios financeiros para pesquisa científica alinhando objetivos e missão da UFPE, e dar conhecimento do orçamento anual e relatórios de avaliação dos auxílios atendidos;

17.5 Criar normas para elaboração de convênios e seus acompanhamentos, bem como estimular a captação deles para pesquisas via novas fontes de financiamento;

17.6 Implantar estrutura de prospecção e apoio à captação de recursos voltados para PD&I identificando as possibilidades internas através de cadastro prévio dos atores internos.

Ações Específicas para o Campus Caruaru

O PDI para o Campus Caruaru (CAA) além das ações planejadas para a UFPE como um todo é caracterizado pelas seguintes ações:

Objetivo Estratégico 2: Consolidar e expandir a interiorização

2.1 Estabelecer os critérios normativos para expansão de cursos, levando em conta as necessidades e demandas socioeconômicas e culturais da região garantindo a implantação de pelo menos 4 novos cursos .

2.2 Fortalecer os cursos de Pós-Graduação já implantados no CAA, incrementando a infraestrutura física e de pessoal docente e técnico-administrativo, além de criar pelo menos 1 novo programa de pós-graduação.

2.3 Inaugurar o funcionamento do restaurante universitário

2.4 Expandir o programa de bolsas para os estudantes

Objetivo Estratégico 5: Promover a expansão de cursos garantindo a qualidade

5.1 Implantar em 2014 o curso de Medicina e o Bacharelado em Comunicação Social

5.2 Criar pelo menos mais 2 novos cursos, caso haja garantia de infraestrutura física e de pessoal.

5.3 Implantar um bacharelado interdisciplinar.

5.4 Elevar a qualidade dos cursos de graduação em 2018, dobrando a quantidade de cursos com conceito 5 no INEP, hoje são apenas 2 cursos com conceito 5.

5.5 Aumentar as vagas de ingresso na pós-graduação em 20% a partir da criação de novas áreas de pesquisa em programas existentes e da criação de novos programas (pelo menos 2 no período do PDI) em áreas estratégicas, com foco no desenvolvimento regional, com conceito no mínimo 4, garantindo vagas de docentes e técnicos para atendimento da nova demanda.

5.6 Implantar um mestrado profissional

Objetivo Estratégico 8: Promover uma política de sustentabilidade

8.1 Definir uma política e implantar processos de manejo de resíduos;

8.2 Criação de sistema de aproveitamento de águas pluvias;

8.3 Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto;

8.4 Investimento em novas tecnologias energéticas.

Objetivo Estratégico 11: Redefinir a política de contratação de pessoal (docentes e técnicos) para garantir a excelência da instituição

11.1 Aumentar o número de docentes visitantes estrangeiros visando a internacionalização da pesquisa incluindo um Programa de Apoio aos mesmos.

11.2 Garantir contratação e formação continuada para servidores, docentes e técnico administrativos

Objetivo Estratégico 12a: Ser referência na gestão e governança institucional

12a.1 Planejar e aprovar nas instâncias competentes o Plano Diretor do CAA que garanta o funcionamento para os cursos existentes e assegure novos espaços para os futuros cursos;

12a.2 Definir plano de gestão do campus e seus fluxos de processos

Objetivo Estratégico 13: Aperfeiçoar o Programa de capacitação de Pessoal (Docentes e técnicos) para garantir a excelência da instituição

13.1 Duplicar o número de servidores com titulação de mestres e doutores realizando avaliação de impacto quanto ao desenvolvimento institucional e, no caso do Campus Vitória, no período do PDI.

13.2 Alguns técnicos administrativos, no mínimo 2, sendo incentivados a fazer especialização, outros mestrado e, outros doutorado.

Objetivo Estratégico 15: Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da Universidade

15.1 Projetar, licitar e construir o prédio do curso de medicina do CAA;

15.2 Projetar, licitar e construir o bloco de infraestrutura física para os cursos de graduação;

15.3 Obter, até 2018, o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

15.4 Implantar uma sub-prefeitura no CAA;

15.5 Projetar, licitar e construir o prédio para uma biblioteca de modo a unificar as setoriais do CAA hoje existentes.

Ações Específicas para o Campus Vitória de Santo Antão

O PDI para o Campus Vitória de Santo Antão (CAA) além das ações planejadas para a UFPE como um todo é caracterizado pelas seguintes ações:

Objetivo Estratégico 2: Consolidar e expandir a interiorização

2.1 Estabelecer os critérios normativos para expansão de cursos levando em conta as necessidades e demandas socioeconômicas e culturais da região garantindo a implantação de pelo menos 3 novos cursos e mais pelo menos 3 cursos de pós-graduação em Vitória

2.2 Expandir o programa de bolsas para os estudantes

Objetivo Estratégico 3: Implantar uma política de internacionalização

3.1 Estruturar e consolidar o Núcleo de Formação em Línguas para todos os cursos de graduação. Incrementar em 50% o ensino de língua estrangeira para a comunidade acadêmica, e no caso de Vitória criar um polo avançado do núcleo de línguas.

3.2 Promover a vinda de dois pesquisadores visitantes estrangeiros

Objetivo Estratégico 4: Desenvolver a educação midiática

4.1 Criar um núcleo de ensino à distância no CAV

Objetivo Estratégico 5: Promover a expansão de cursos garantindo a qualidade

5.1 Implantar 1 bacharelado interdisciplinar em Ciências Biológicas.

5.2 Implantar pelo menos 3 novos cursos de graduação sendo um deles Medicina

5.3 Implantar pelo menos três cursos de Pós Graduação Latu Sensu nas áreas de Educação Física, Nutrição, Saúde Coletiva e Enfermagem

5.4 Elevar a qualidade dos cursos de graduação em 2018, dobrando a quantidade de cursos com conceito 5, hoje tem apenas um curso com conceito 5

5.5 Aumentar as vagas de ingresso na pós-graduação na UFPE em 20% a partir da criação de novas áreas de pesquisa em programas existentes e da criação de novos programas e, no caso de Vitória criando dois mestrados acadêmicos nas áreas de saúde coletiva e enfermagem e, um programa de doutorado, com conceito no mínimo 4;

Objetivo Estratégico 8: Promover uma política de sustentabilidade

8.1 Definir uma política e implantar processos de manejo de resíduos

Objetivo Estratégico 11: Redefinir a política de contratação de pessoal (docentes e técnicos) para garantir a excelência da instituição

11.1 Aumentar o número de docentes visitantes estrangeiros visando a internacionalização da pesquisa incluindo um Programa de Apoio aos mesmos e, em Vitória contratar dois pesquisadores visitantes estrangeiros

Objetivo Estratégico 12a: Ser referência na gestão e governança institucional

12a.1 Concluir em 2015 o Plano Diretor do Campus

Objetivo Estratégico 13: Aperfeiçoar o Programa de capacitação de Pessoal (Docentes e técnicos) para garantir a excelência da instituição

13.1 Duplicar o número de servidores com titulação de mestres e doutores realizando avaliação de impacto quanto ao desenvolvimento institucional e, no caso de Vitória, no período do PDI

13.2 Alguns técnicos administrativos, no mínimo 2, sendo incentivados a fazer especialização, outros mestrado e, outros doutorado

Objetivo Estratégico 15: Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da Universidade

15.1 Implantar a Etapa 1 (infraestrutura e prédios) do Campus 2 contendo: Praça de esportes, Restaurante universitário, Biblioteca, Museu, CESB ó Centro de Estudos em Biodiversidade (primeira e segunda etapas), NIATES, Área de convivência, Setor de transporte, com auto de vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)

15.2 No Campus 1: Readequação dos laboratórios de enfermagem, nutrição e cultura de células, readequação dos laboratórios de biodiversidade e coleções didáticas, readequação do estacionamento, Instalação de equipamentos de acessibilidade (rampas, elevadores e plataformas), implantação da Unidade de Saúde Escola, implantação do horto, Construção da IV Etapa do CAV. Obter o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) para todos os prédios.

15.3 Iniciar o funcionamento do RU do CAA

Monitoramento e Avaliação do PDI

Para que a avaliação institucional fosse realizada de forma permanente, articulando todos os processos avaliativos da instituição entre si, e com o SINAES, tornou-se necessário a institucionalização deste processo na UFPE. E, dada a natureza transversal e complementar da avaliação com o planejamento fez-se esta institucionalização através da criação de uma Diretoria de Avaliação e Planejamento (DAP) na Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, em outubro de 2008.

Do ponto de vista estratégico, entende-se que o monitoramento e a avaliação devam estar muito próximas das atividades de planejamento da Universidade, uma vez que todo planejamento deve partir de um processo de avaliação, ao mesmo tempo em que sua implementação deve ser acompanhada de perto de um processo avaliativo.

A UFPE faz o seu planejamento em três níveis: o estratégico através de seu Plano Estratégico Institucional com a sua versão mais atual PEI 2013-2027, no nível tático se utiliza do PDI e, no nível operacional o instrumento que expressa as demandas operacional é o Plano de Ação Institucional (PAI), executado durante o período de um ano. Este tipo de planejamento vem sendo executado pela UFPE há mais de 5 anos, mas foi a partir do planejamento do ano 2012 que houve um maior envolvimento da comunidade de gestores da UFPE.

O monitoramento do PAI é feito sistematicamente através de reuniões com os principais gestores a cada quadrimestre e, para as ações prioritárias com intervalos de tempo menores.

Seguindo as diretrizes norteadoras do SINAES, a UFPE procura monitorar o PDI anualmente quando realiza a auto-avaliação institucional coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A DAP/PROPLAN em conjunto com a equipe da CIG/DAP/PROPLAN é responsável por avaliar anualmente os indicadores que foram definidos no Projeto REUNI, os indicadores do TUC como também os indicadores e metas do PDI, bem como participar das discussões para elaboração do relatório anual de autoavaliação coordenado pela CPA, além do relatório de gestão elaborado sob a coordenação da Diretoria de Controladoria da Proplan.

No que se refere a normativa legal para elaboração de relatórios de auto avaliação, a CONAES decidiu modificar os eixos que norteiam a avaliação institucional propondo um novo instrumento com base em 5 (cinco) eixos. Seguindo as diretrizes norteadoras dos SINAES, o relatório de autoavaliação de 2013 está dividido em capítulos, que correspondem aos eixos, que contemplam as 10 (dez) dimensões da autoavaliação institucional, referenciadas no marco legal do SINAES. O agrupamento das dimensões em eixos visou facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser

articuladas no momento da avaliação. Assim, para o relatório de 2013 a UFPE optou por trabalhar já na nova perspectiva de avaliação proposta pelo MEC no tocante aos cinco eixos:

- É **Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional.** Corresponde à dimensão 8 do SINAES relativa ao Planejamento e Autoavaliação
- É **Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional.** Corresponde às dimensões 1 e 3 do SINAES. Dimensão 1 relativa à Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional e a dimensão 3 relativa à Responsabilidade Social da Instituição.
- É **Eixo 3 - Políticas Acadêmicas.** Corresponde às dimensões 2, 4 e 9 do SINAES. Dimensão 2 relativa às Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão; dimensão 4 relativa à Comunicação com a Sociedade; e dimensão 9 relativa às Políticas de Atendimento aos Discentes.
- É **Eixo 4 - Políticas de Gestão.** Corresponde às dimensões 5, 6 e 10 do SINAES. Dimensão 5 relativa às Políticas de Pessoal; dimensão 6 relativa à Organização e Gestão da Instituição; e, a dimensão 10 relativa à Sustentabilidade Financeira.
- É **Eixo 5- Política de Infraestrutura.** Corresponde à dimensão 7 do SINAES relativa à Infraestrutura Física.

O relatório de autoavaliação do ano de 2013 encontra-se na página da PROPLAN:

http://www.ufpe.br/proplan/images/avaliacao/relatorio_autoavaliacao_cpa_2013_final.pdf.

Embora o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal e as metas definidas pela UFPE para cada uma das ações sejam num nível de agregação muito grande, as mesmas são monitoradas no sistema SIMEC e consideradas, ainda de forma superficial, no planejamento operacional (PAI).

O próximo desafio da equipe de gestores da UFPE é continuar o processo de integração das ações do PAI, que é um plano de curto prazo, com os planos de médio e longo prazo, PPA, PDI e PEI, bem como sistematizar as ações de monitoramento e avaliação dos planos de curto, médio e longo prazo.

Anexo 1: Cursos de Graduação Ofertados pela UFPE

Quadro 1: Cursos presenciais de graduação ofertados pela UFPE em 2013 e as respectivas informações de regulação junto ao INEP

	Campus	Centro	Cód	Curso	Modali dade	agas 2013	Último Conceito INEP		
							cpc	cc	Ano
1	Caruaru	CAA	101082	Administração	Bac	160	4	5	2012
2	Caruaru	CAA	101086	Ciências Econômicas	Bac	120	4	4	2012
3	Caruaru	CAA	101127	Design	Bac	160	4	3	2012
4	Caruaru	CAA	101129	Engenharia Civil	Bac	80	5	4	2011
5	Caruaru	CAA	118092	Engenharia de Produção	Bac	80		4	2014
6	Caruaru	CAA	118096	Física	Lic	80		3	2014
7	Caruaru	CAA	118100	Matemática	Lic	80		4	2013
8	Caruaru	CAA	101092	Pedagogia	Lic	80	5	5	2011
9	Caruaru	CAA	118098	Química	Lic	80		4	2014
10	Recife	CCSA	13572	Administração	Bac	200	3	5	2012
11	Recife	CFCH	117390	Arqueologia	Bac	30		4	2013
12	Recife	CAC	13610	Arquitetura Urbanismo	Bac	100	3	3	2011
13	Recife	CAC	23910	Artes Visuais	Lic	35	4	---	2011
14	Recife	CAC	13609	Biblioteconomia	Bac	55	3	---	2009
15	Recife	CCB	13597	Biomedicina	Bac	120	4	---	2010
16	Recife	CIN	13595	Ciência da Computação	Bac	100	4	---	2011
17	Recife	CFCH	117378	Ciência Política	Bac	50		5	2012

18	Recife	CCSA	117380	Ciências Atuariais	Bac	30		4	2013
19	Recife	CCB	20889	Ciências Biológicas	Lic	100	3	---	2011
20	Recife	CCB	44992	Ciências Biológicas	Bac	100	3	---	2011
21	Recife	CCB	58852	Ciências Biológicas - Ciências Ambientais	Bac	80	3	---	2011
22	Recife	CCSA	13573	Ciências Contábeis	Bac	220	3	---	2012
23	Recife	CCSA	13574	Ciências Econômicas	Bac	120	4	---	2012
24	Recife	CFCH	13575	Ciências Sociais	Bac	60	2	---	2011
25	Recife	CFCH	21847	Ciências Sociais	Lic	60	3	---	2011
26	Recife	CAC	117394	Cinema	Bac	50		4	2013
27	Recife	CAC	117392	Dança	Lic	30		4	2014
28	Recife	CAC	80088	Design	Bac	70	4	---	2012
29	Recife	CCJ	13576	Direito	Bac	250	3	---	2012
30	Recife	CCS	13598	Educação Física	Lic	120	3	3	2011
31	Recife	CCS	1192307	Educação Física	Bac	60	---	---	
32	Recife	CCS	13599	Enfermagem	Bac	80	4	4	2010
33	Recife	CTG	58856	Engenharia Biomédica	Bac	20		5	2006
34	Recife	CTG	13583	Engenharia Cartográfica	Bac	60	2	3	2011
35	Recife	CTG	13584	Engenharia Civil	Bac	120	3	---	2011
36	Recife	CIN	58854	Engenharia da Computação	Bac	100	4	5	2011
37	Recife	CTG	117382	Engenharia de Alimentos	Bac	45		4	2013

38	Recife	CTG	1192306	Engenharia de Controle e Automação	Bac	40	---	---	---
39	Recife	CTG	117384	Engenharia de Energia	Bac	20		4	2013
40	Recife	CTG	1136141	Engenharia de Materiais	Bac	40		5	2013
41	Recife	CTG	13587	Engenharia de Minas	Bac	50	2	---	2011
42	Recife	CTG	21710	Engenharia de Produção	Bac	40	3	5	2011
43	Recife	CTG	13585	Engenharia Elétrica - Eletrônica	Bac	80	3	---	2011
44	Recife	CTG	13616	Engenharia Elétrica - Eletrotécnica	Bac	60	3	---	2011
45	Recife	CTG	13586	Engenharia Mecânica	Bac	100	3	---	2011
46	Recife	CTG	1188497	Engenharia Naval	Bac	20		5	2014
47	Recife	CTG	13588	Engenharia Química	Bac	90	3	---	2011
48	Recife	CCEN	13594	Estatística	Bac	30		4	2012
49	Recife	CAC	13613	Expressão Gráfica	Lic	30		4	2014
50	Recife	CCS	13600	Farmácia	Bac	90	4	3	2010
51	Recife	CFCH	13577	Filosofia	Lic	40	4	---	2011
52	Recife	CFCH	313577	Filosofia	Bac	20	3	---	2008
53	Recife	CCEN	13589	Física	Bac	30	4	sc	2011
54	Recife	CCEN	13617	Física	Lic	30	3	sc	2011
55	Recife	CCS	13614	Fisioterapia	Bac	66	4	5	2010
56	Recife	CCS	20306	Fonoaudiologia	Bac	30	4	4	2010

57	Recife	CFCH	52231	Geografia	Lic	120	2	4	2014
58	Recife	CFCH	52249	Geografia	Bac	60	4	4	2014
59	Recife	CTG	13590	Geologia	Bac	40	sc	sc	
60	Recife	CAC	117386	Gestão da Informação	Bac	55		4	2012
61	Recife	CFCH	13579	História	Lic	75	2	4	2014
62	Recife	CFCH	313579	História	Bac	35	sc	4	2014
63	Recife	CCSA	18474	Hotelaria	Bac	20	4	sc	2009
64	Recife	CAC	29483	Jornalismo	Bac	50	4	---	2012
65	Recife	CAC	313603	Letras	Bac	30	-	sc	
66	Recife	CAC	44978	Letras - Espanhol	Lic	60	4	---	2008
67	Recife	CAC	44950	Letras - Francês	Lic	15	4	---	2008
68	Recife	CAC	44977	Letras - Inglês	Lic	30	4	---	2008
69	Recife	CAC	44947	Letras - Português	Lic	90	4	---	2008
70	Recife	CCEN	13592	Matemática	Bac	30	4	---	2011
71	Recife	CCEN	13619	Matemática	Lic	40	4	---	2011
72	Recife	CCS	13601	Medicina	Bac	140	3	4	2010
73	Recife	CFCH	117388	Museologia	Bac	30		4	2013
74	Recife	CAC	13604	Musica	Lic	60		3	2012
75	Recife	CAC	53750	Musica - Canto	Bac	2	2	---	2009
76	Recife	CAC	53760	Musica - Instrumento	Bac	32		3	2012

77	Recife	CCS	13602	Nutrição	Bac	60	4	4	2010
78	Recife	CTG	117376	Oceanografia	Bac	25		3	2014
79	Recife	CCS	13611	Odontologia	Bac	140	4	4	2010
80	Recife	CE	13580	Pedagogia	Lic	250	3	---	2011
81	Recife	CFCH	13608	Psicologia	Bac	80	3	3	2012
82	Recife	CAC	33784	Publicidade e Propaganda	Bac	45	5	---	2012
83	Recife	CCEN	13591	Química	Bac	20	3	---	2011
84	Recife	CCEN	13618	Química	Lic	30	3	---	2011
85	Recife	CTG	13593	Química Industrial	Bac	40	3	---	2011
86	Recife	CAC	23912	Radialismo - Radio e TV	Bac	30	3		2009
87	Recife	CCSA	13582	Secretariado	Bac	120	3	3	2012
88	Recife	CCSA	13581	Serviço Social	Bac	120	5	4	2010
89	Recife	CIN	1136142	Sistema de Informação	Bac	70		5	2012
90	Recife	CAC	35520	Teatro	Lic	35	3	---	2009
91	Recife	CCS	13615	Terapia Ocupacional	Bac	36		4	2013
92	Recife	CCSA	13625	Turismo	Bac	70	4		2012
93	Vitória	CAV	101140	Ciências Biológicas	Lic	90	5	4	2011
94	Vitória	CAV	1155122	Educação Física	Lic	90		4	2014
95	Vitória	CAV	5000731	Educação Física	Bac	70		4	2014
96	Vitória	CAV	101153	Enfermagem	Bac	60		3	2011

97	Vitória	CAV	101149	Nutrição	Bac	60		4	2011
98	Vitória	CAV	1189922	Saúde Coletiva	Bac	60	- - -	- - -	- - -

Fonte dos dados Básicos: Cadastro de cursos do sistema e-MEC.